

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
ESCOLA DE COMUNICAÇÃO**

MARCELO BRAZIL DE ABREU

**INICIATIVAS E MOVIMENTOS DE ALTERAÇÃO DA LEI DO DIREITO
AUTORAL**

Rio de Janeiro

2013

Marcelo Brazil de Abreu

**INICIATIVAS E MOVIMENTOS DE ALTERAÇÃO DA LEI DE DIREITO
AUTORAL**

Monografia de graduação apresentada à Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Comunicação Social, Habilitação em Radialismo.

Orientador: Prof. Dr. Márcio Tavares D'Amaral

Rio de Janeiro

2013

A162 Abreu, Marcelo Brazil de
Iniciativas e Movimentos de Alteração da Lei de Direito Autoral /
Marcelo Brazil de Abreu. Rio de Janeiro, 2013.
136 f.

Orientador: Márcio Tavares D'Amaral

Monografia (Graduação) Universidade Federal do Rio de Janeiro,
Escola de Comunicação; Habilitação: Radialismo. 2013.

1. Direitos autorais. 2. Autoria 3. Legislação. I. D'Amaral, Márcio
Tavares. II. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Escola de
Comunicação.

CDD: 346.0482

Marcelo Brazil de Abreu

**INICIATIVAS E MOVIMENTOS DE ALTERAÇÃO DA LEI DE DIREITO
AUTORAL**

Trabalho apresentado à Coordenação de Projetos Experimentais da Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como requisito parcial para a obtenção do grau de Bacharel em Comunicação Social, Habilitação Radialismo.

Rio de Janeiro, 16 de julho de 2013

Prof. Dr. Márcio Tavares D'Amaral, ECO, UFRJ

Prof. Dr. Maurício Lissovsky, ECO, UFRJ

Prof. Dr. Eduardo Refkalefsky, ECO, UFRJ

Prof. Dra. Fátima Sobral Fernandes, ECO, UFRJ

DEDICATÓRIA

**Dedico este trabalho a GIOVANNA VIVIANNI DA CRUZ, minha
princesa vaga-lume, luz da minha vida, filha que o destino me deu e que vou amar com
todo o meu coração para sempre.**

AGRADECIMENTOS

Ana Catharina Moreira Zahner, Caroline Pavão Souza, Gabriel Augusto Alves Pereira, Gabriel Guimarães Maria de França, Jacqueline Lourinho Geraldo, Lucas Conrado Silva, Vanessa Silva Raposo e Tássia Hallais Veríssimo: esse curso não teria sido tão maravilhoso sem a companhia do melhor de todos os grupos, o Excesso de Oito! Espero que possamos estar juntos para sempre. Amo vocês!

Professor Márcio Tavares D'Amaral, muito além da orientação e apoio que me ofereceu, agradeço de coração pela paciência nos meus momentos de demora e de pressa e por suas aulas, onde recebi a perspectiva de conhecimento mais inspiradora que já tive.

Iran Chaves Garcia Júnior, meu irmão nascido em outra família! Obrigado por, mesmo de longe, acompanhar meu caminho neste curso e sempre torcer por mim acima de tudo.

Antonio da Luz Furtado, nem uma outra vida inteira seria suficiente para explicar nosso vínculo nesta. Obrigado!

Lucas Conrado Silva, desde o dia da Xerox você me ofereceu uma amizade que não imaginava poder acontecer nesta altura da minha vida. Isso vale muito mais que qualquer Opala!

Tássia Hallais Veríssimo, você é uma das pessoas mais surpreendentes, generosas e capazes que já conheci. Sem sua doçura, presença e fé em mim eu não teria conseguido. Te conhecer foi um presente e tanto que a ECO me deu!

“Seria igualmente falso buscar o autor tanto do lado do escritor real quanto do lado do locutor fictício; a função autor é efetuada na própria cisão - nessa divisão e nessa distância. [...] Na verdade, todos os discursos que possuem a função autor comportam essa pluralidade de ego.”

(Michel Foucault)

RESUMO

ABREU, Marcelo Brazil de. Iniciativas e Movimentos de Alteração da Lei de Direito Autoral. Monografia (Graduação em Comunicação Social, Habilitação em Radialismo) – Escola de Comunicação, Universidade Federal do Rio De Janeiro. Rio de Janeiro, 2013.

Neste trabalho discute-se a conexão entre a legislação e os movimentos civis no contexto da alteração da Lei do Direito Autoral. Esta discussão é conduzida por uma descrição da Lei atualmente vigente, seguida pela descrição dos Projetos de Lei com origem na Câmara dos Deputados – escolhida por ser a instituição legislativa responsável por representar a população – separados por cada assunto abordado. A descrição legal é seguida da descrição dos principais movimentos civis que contestam a forma atual de proteção autoral. À partir destas descrições é feita uma análise dos vetores identificados tanto na legislação, suas propostas e justificativas quanto nos mesmos elementos dos movimentos civis.

1. Direito Autoral. 2. Autoria 3. Legislação. I. Márcio Tavares D'Amaral (Orient.). II. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Escola de Comunicação. III. Iniciativas e Movimentos de Alteração da Lei de Direito Autoral

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	11
1.1	Contexto	11
1.2	Oportunidade de Pesquisa	12
1.3	Objeto de Estudo	12
1.4	Objetivo	13
2	A LEI DO DIREITO AUTORAL E PROJETOS DE ALTERAÇÃO	15
2.1	Dispositivos da Lei 9.610/98	16
2.2.1	Projeto de Lei Nº 2.910, de 2011, sobre a Autoria e suas Garantias	25
2.2.2	Projetos de Lei que Oferecem Isenção de Direitos Autorais	25
2.2.2.1	Projeto de Lei Nº 7.325, de 2010	25
2.2.2.2	Projeto de Lei Nº 1.574, de 2011	26
2.2.2.3	Projeto de Lei Nº 3.526, de 2012	27
2.2.3	Projeto de Lei Nº 1.513, de 2011, sobre a Contratação e Licenciamento pelo Poder Público	28
2.2.4	Projeto de Lei Nº 4.072, de 2012, Sobre a Obra Audiovisual e Aspectos de sua Gestão Coletiva	31
2.2.5	Quadros Comparativos dos Projetos de Lei	33
2.2.5.1	Quadro 1 – Comparativo dos Projetos de Lei 2.910/11, 1.513/11 e 4.072/12	33
2.2.5.2	Quadro 2 – Comparativo dos Projetos de Lei 7.325/10, 1.574/11 e 3.526/12	72
3	MOVIMENTOS CIVIS PARA A ABERTURA DO DIREITO AUTORAL	84
3.1	Creative Commons (CC)	84
3.1.1	Do que trata o Creative Commons:	85
3.1.2	Ponderações Acerca do Creative Commons	86
3.2	Copyleft	87
3.3	Copyjustright e Copyfarleft	89
3.4	ⒶRobinRight	90
3.5	Quadro Comparativo entre os Movimentos de Abertura	93
4	CONVERGÊNCIAS E DIVERGÊNCIAS ENTRE PROJETOS DE LEI E MOVIMENTOS DE ABERTURA	94
4.1	Movimentos Legais	96
4.2	Nos Movimentos de Abertura	101
4.3	Quadros Comparativos entre os Projetos de Lei e os Vetores Apontados pelos Movimentos de Abertura dos Direitos Autorais	105
4.3.1	Quadro 3 – Comparativo dos Projetos de Lei 2.910/11, 1.513/11 e 4.072/12 e os Vetores Apontados pelos Movimentos de Abertura dos Direitos Autorais	105
4.3.2	Quadro 4 – Comparativo dos Projetos de Lei 7.325/10, 1.574/11 e 3.526/12 e os Vetores Apontados pelos Movimentos de Abertura dos Direitos Autorais	106
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	107
5.1	Conflitos e Consonâncias	107
5.2	O Lugar do Autor	110
5.3	Sobre os Movimentos de Abertura	111
6	REFERÊNCIAS	113
	ANEXOS	115

1 INTRODUÇÃO

1.1 Contexto

A Convenção de Berna, ocorrida em 1886, foi o primeiro dispositivo jurídico criado com o objetivo de regular direitos autorais mundialmente. Através dela foi reconhecido pela primeira vez o direito do autor na esfera internacional, o que não ocorria anteriormente.

Várias nações não reconheciam dentro de seus territórios os direitos de autores estrangeiros, de forma a obter benefícios de inventos e obras culturais sem a necessidade de retribuir e resultando na reprodução livre de inúmeras obras.

Depois de estabelecida, a Convenção de Berna já foi revisada e acrescida de dispositivos várias vezes, crescendo também o número de países signatários desta proposta.

Atualmente a tutela da Convenção está sob responsabilidade da *World Intellectual Property Organization* (WIPO), um órgão da UNESCO. (Amigos do Livro, 2013, online)

Entretanto, nos últimos anos, em especial após a virada do século XX para o XXI, a difusão de bens culturais teve uma mudança bastante significativa. Com a popularização de dispositivos tecnologicamente muito avançados, que permitem o acesso a vários formatos de produtos culturais, unida às Redes P2P e facilidade de digitalização e reprodução de obras, a propriedade intelectual se viu diante de um dilema: os dispositivos de proteção de Direitos Autorais entraram em crise com a difusão de *fanfics* e *spinoffs* feitos por fãs das obras originais e ainda mais com os produtos feitos de forma aberta e coletiva. Essas atividades, que chegaram a ser vistas como brincadeiras devido à sua natureza lúdica, ganharam espaço neste ambiente volátil com tanta velocidade que sua consistência e representatividade tornaram-se inegáveis, obrigando autores, empresas e público a repensar a proteção dada pelos Estados ao autor e a forma de controle da difusão das obras de forma a, principalmente, manter o estímulo à produção intelectual.

Destas reflexões surgiram várias propostas de abertura e flexibilização da Lei do Direito Autoral (LDA), da mesma forma que a mudança na sociedade implica em novos Projetos de Lei, também com objetivo de adequar a LDA a novas necessidades.

Entretanto, as alterações da LDA parecem estar seguindo dois caminhos opostos: por um lado os movimentos que buscam a flexibilização

pretendem diminuir em vários graus o reconhecimento patrimonial ao autor no intuito de promover a disseminação das obras, o que por outro lado pode diminuir o estímulo à produção de bens intelectuais. Conferências internacionais têm resultado em tratados que visam reconhecer ainda mais autores, delimitar ainda mais obras e melhorar o sistema de controle de sua difusão e repasse de direitos patrimoniais, o que mostra uma tendência do que legalmente está por vir.

Poucos movimentos conseguem trabalhar livremente entre esses dois extremos, em um campo onde o reconhecimento e estímulo à autoria convivem com a difusão de bens culturais, o que dificultando que se trace um meio termo entre esses dois polos.

Essa resultante ainda incerta deverá nos próximos anos determinar como será a produção intelectual da humanidade, podendo afetar seu ritmo e objetivos.

1.2 Oportunidade de Pesquisa

Devido às grandes mudanças que temos visto na difusão de produtos culturais com a disseminação da rede mundial de computadores e suas ferramentas, as relações entre consumidores, autores e bens culturais estão em franca transformação. Este processo está discutindo a participação de cada um diante do que é oferecido como conteúdo, o que deve ser oferecido em contrapartida à produção dos bens – ou mesmo se deverá haver contrapartida – e como o que é oferecido deve ser disponibilizado a todos.

Esses eventos estão efervescendo neste momento da contemporaneidade, de forma que o estudo tem não só objeto como utilidade, principalmente no tempo presente. Ainda mais em se pensando na importância que os bens culturais têm para a humanidade.

1.3 Objeto de Estudo

Este estudo passa por dois campos diferentes, através dos quais se pretende tecer uma linha de comunicação que exponha claramente as relações entre os diversos atores envolvidos, o contexto, as justificativas e as mudanças propostas para a LDA.

O primeiro campo estudado será o da Lei do Direito Autoral em si. Será feita uma descrição de todos os dispositivos contidos na Lei nº 9.610 de 19 de fevereiro de 1998, em seus 115 artigos.

Em seguida, ainda na primeira parte, serão descritos todos os Projetos de Lei tramitando como ativos na Câmara dos Deputados entre 2009 e 2012, tendo sido desprezados os Projetos de Lei arquivados independentemente do motivo. Alguns Projetos de Lei estão tramitando em conjunto com outros por tratarem de assuntos relacionados, mas para efeito deste trabalho foram considerados separadamente, uma vez que as justificativas dos seus autores não necessariamente coincidem.

A escolha pela Câmara dos Deputados se deu pela finalidade desta Casa, que é legislar como representante da população, no que difere do Senado, que legisla como representante dos Estados.

O segundo campo estudado é o que se refere aos movimentos de alteração da proteção do direito autoral que partem da população civil. Atualmente existem vários sistemas de licenciamento que já incorporam alterações que consideram necessárias à lei ou que funcionam como uma interface entre o autor e a legislação de forma a permitir uma difusão mais flexível das obras.

Muitas das alterações incorporadas às licenças têm origem em ideias que vão das que consideram que todas as obras são, desde seu nascedouro, patrimônio da humanidade e por isso devem ser divulgadas sem restrições de qualquer tipo, às que defendem que o Direito sobre a obra deveria ser permanente e exclusivo do autor.

1.4 Objetivo

Esta monografia tem como objetivo principal descrever os vetores presentes atualmente que conduzem a mudanças no sistema regulador dos Direitos Autorais tanto pelo lado do processo legislativo em si, quanto através das iniciativas no âmbito dos movimentos civis e quais argumentos são apresentados para justificar suas propostas no que tange a necessidade de disseminação do conhecimento e da cultura e a necessidade de estímulo da continuidade dessa produção.

Desta forma, o trabalho pretende traçar um perfil das mudanças propostas para os dispositivos que formalizam a relação entre a proteção autoral e a

difusão das obras. A partir deste perfil, verificar se os Projetos de Lei, como um todo e individualmente estão em consonância ou dissonância com os movimentos civis.

Do resultado desta relação se pretende identificar inconsistências e benefícios de cada proposição e expor em que pontos os dispositivos de estímulo e difusão da produção cultural atualmente contribuem de forma efetiva nesse sentido, atendendo melhor a toda a coletividade.

A UFRJ e a Escola de Comunicação têm papel fundamental na elaboração destas discussões, pois estão entre os grandes formadores de pensamento na área e são também fontes de informação para os agentes responsáveis pelas possíveis modificações. Tamanha importância não permite, portanto, que esta instituição se coloque à parte dos estudos e decisões tomadas neste campo.

A LDA, em acordo com tratados e convenções internacionais, tem profunda conexão com a comunicação e as artes, pois determina o ritmo, a forma e a divulgação desses produtos que, consumidos, alteram a percepção que a sociedade tem de si mesma, refletindo diretamente no seu comportamento. O tema proposto torna-se, assim, algo de grande relevância acadêmica e social.

2 A LEI DO DIREITO AUTORAL E PROJETOS DE ALTERAÇÃO

Segundo a WIPO, organização da ONU que trata da propriedade intelectual, ficou evidente a necessidade da criação de dispositivos legais de proteção à propriedade intelectual quando houve uma maciça recusa de inventores de participar da International Exhibition of Inventions em Viena no ano de 1873. Os inventores convidados declararam estar com receio de que suas invenções fossem copiadas e exploradas comercialmente em outros países.

O Direito Autoral, como área do Direito, surgiu à partir das Convenções de Paris (1883) e Berna (1886) que respectivamente tratam da propriedade industrial e do direito autoral.

Esses dispositivos preveem que o bem intelectual deve servir ao seu autor e, em alguns casos, se tornar um bem transmissível aos seus herdeiros de forma que qualquer utilização dada a essa propriedade deve remunerar os proprietários do Direito Autoral associado a ela. Entretanto, como se trata de um estímulo à produção visando o enriquecimento da sociedade, em um dado momento a proteção patrimonial se desfaz liberando o uso para a humanidade, não havendo mais a necessidade de remunerar o autor ou seus herdeiros.

Como se trata de um dispositivo que deve ter abrangência internacional, as convenções orientam a legislação vigente em seus signatários de forma a manter um consenso acerca do uso dessas obras.

O Direito Autoral, foco deste trabalho, é regulado pela convenção de Berna, do qual o Brasil é signatário desde 9 de fevereiro de 1922 (WIPO, Berne Convention for the Protection of Literary and Artistic Works).

Além deste, o Brasil também assinou outros tratados internacionais de Direitos Autorais, dentre eles os de Genebra, Washington e Buenos Aires.

A aceitação interna destes tratados já é expressa na Constituição Federal de 1988, onde a propriedade literária, artística e científica são mencionadas no artigo 5º, incisos XXVII e XXVIII e pela Lei Federal nº 9.610/98 que será descrita neste capítulo.

Entretanto, a própria constituição, no parágrafo único de seu artigo 1º, declara que: “Todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta Constituição.” Desta forma a legislação pode e deve ser alterada para atender melhor as demandas da população. Assim existe a previsão de um processo legislativo, onde propostas de

alteração das leis, a do Direito Autoral inclusive, tramitam visando ajustes desta, a priori, aos anseios da sociedade.

2.1 Dispositivos da Lei 9.610/98¹

Para a LDA, a Propriedade Intelectual são as criações imateriais que possuem função estética e seu objetivo é regular o uso comercial ou industrial que possam resultar em algum aproveitamento econômico das mesmas.

Deste conceito, surge o Direito da Propriedade Intelectual, que é o gênero de onde se extrai a Propriedade Industrial e o Direito Autoral e que reflete o reconhecimento do Estado, através dos legisladores, a essas criações, permitindo que seus autores e aqueles que promovem a difusão destas obras, as aproveitem economicamente.

A Patente, ou Propriedade Industrial, protege o aproveitamento de tudo o que envolve a indústria enquanto o Direito Autoral protege as criações aplicadas à arte, bem como tudo que envolve estética, à literatura e à ciência. Em vários momentos esses dois institutos se misturam, como por exemplo, em um CD musical. Ele contém a obra em si, que é intangível e protegida pelo Direito Autoral, fixada em uma mídia, o CD, que é um dispositivo técnico protegido pela propriedade industrial.

Esta proteção é considerada de tamanha importância que no Brasil é tratada desde a Constituição Federal, que rege todas as leis produzidas no país que regulem o assunto. No artigo 5º, que trata dos Direitos e Garantias Fundamentais, há três incisos que obrigam a discussão e detalhamento do assunto.

XXVII – aos autores pertence o direito exclusivo de utilização, publicação ou reprodução de suas obras, transmissível aos herdeiros pelo tempo que a lei fixar;

XXVIII – são assegurados, nos termos da lei:

a) a proteção às participações individuais em obras coletivas e à reprodução da imagem e voz humanas, inclusive nas atividades desportivas;

b) o direito de fiscalização do aproveitamento econômico das obras que criarem ou de que participarem aos criadores, aos intérpretes e às respectivas representações sindicais e associativas;

XXIX – a lei assegurará aos autores de inventos industriais privilégio temporário para sua utilização, bem como proteção às criações industriais, à propriedade das marcas, aos nomes de empresas e a outros signos distintivos, tendo em vista o interesse social e o desenvolvimento tecnológico e econômico do País; (BRASIL, 1988)

¹ O texto completo da Lei do Direito Autoral encontra-se no Anexo I.

O Direito Autoral se divide em dois campos: o Direito Moral e o Direito Patrimonial. O Direito Moral está ligado à paternidade e integralidade da obra e é de natureza irrenunciável e inalienável, ou seja, o autor, a princípio, não pode mesmo que queira atribuir ou vender a autoria de sua obra à outra pessoa. Esse direito é transmitido aos seus herdeiros que podem, a qualquer tempo, reivindicar a autoria da obra e ter o nome, pseudônimo ou sinal convencional indicado ou anunciado como sendo o autor. Isso representa um problema potencial para quem contrata um *ghostwriter*, porque caso este venha a se arrepender posteriormente e reivindicar a autoria, o contratante não tem base para reclamação. Nesses casos, essa reivindicação não significa que abriu mão da remuneração referente à sua utilização e ainda que ele não deseje ter seu nome vinculado à obra, isso pode ser exigido por seus herdeiros. (LDA, Título III)

Além disso, o Autor e seus herdeiros têm o direito de conservar a obra inédita e assegurar sua integridade, opondo-se tanto a sua divulgação quanto a quaisquer modificações que possam prejudicá-la ou atingi-la quando divulgada; podendo ainda o Autor modificar a obra a qualquer momento e/ou retirá-la de circulação bem como suspender qualquer forma de utilização já autorizada. Esse é um problema potencial para os editores, que apesar de não poderem impedir que isso aconteça podem criar mecanismos contratuais que lhes garantam indenização. É garantido ainda ao Autor acessar exemplar único e raro da sua obra, mesmo que o exemplar pertença à outra pessoa, para preservar sua memória. Entretanto, caso cause prejuízo ao proprietário, deverá indenizá-lo. (Art. 24)

Já o Direito Patrimonial se refere ao aproveitamento econômico da obra literária, artística ou científica, cabendo esta iniciativa exclusivamente ao autor. Qualquer modalidade de reprodução, tradução, adaptação ou até armazenamento, seja parcial ou integral da obra, depende de autorização expressa deste, e por necessidade expressa entende-se que depende de autorização tanto para o meio original quanto qualquer meio diferente do que foi autorizado. Cada um deve ser autorizado individualmente por escrito pelo autor ou titular da obra e não pode ser explorado simplesmente porque o cessionário dos direitos assim interpretou, mesmo que a interpretação tenha fundamento. Por exemplo, no caso de uma obra ser autorizada para o cinema, tem que ter autorização expressa para ser veiculada na TV, ainda que não precise ser feito nenhum acréscimo artístico a ela. (Art. 29)

O autor e seus sucessores podem transferir total ou parcialmente a titularidade dos direitos patrimoniais da obra a terceiros, através de licenciamento, concessão, cessão entre outros meios admitidos pela lei, sendo que a cessão somente será válida para o país em que o contrato foi firmado. Deve estar expresso taxativamente no contrato de cessão o caso de transmissão definitiva e, não sendo esta definitiva, o prazo máximo admitido é de cinco anos. Contratos que desobedeçam ou omitam esta a duração tem seus prazos adequados a ela automaticamente, bem como os valores acordados. (Art. 41)

Quanto às modalidades de reprodução, somente será admitida a cessão para as existentes até a formalização do contrato e, sendo este omissivo nesse aspecto, a cessão funcionará apenas para as modalidades essenciais para o cumprimento do mesmo, que deverá apresentar obrigatoriamente o local onde será feito o aproveitamento econômico da obra e o valor pago pela cessão, sob pena de ser invalidado.

Àqueles que são titulares de direitos de autor e conexos é garantido formarem associações sem fins lucrativos para sua defesa e fiscalização de seus direitos. Entretanto, embora o associado tenha liberdade de mudar de associação sempre que achar necessário, não pode pertencer a mais de uma associação, em cada natureza de direito a ser defendido, simultaneamente. Essas associações, quando sediadas no exterior, deverão ser representadas no Brasil por associações nacionais e em todos os casos tornam-se mandatárias de seus associados na defesa de seus direitos. Os associados somente poderão exercê-los diretamente após comunicarem esse desejo a sua associação. (LDA, Título VI)

Entretanto, para fazer uso desses direitos é necessário definir o que é o Autor diante da lei. Ele é a pessoa física que efetivamente deu vida a obra literária, artística ou científica. É quem idealizou, planejou e criou a obra no campo das ideias. A autoria pode ainda ser coletiva, quando duas ou mais pessoas estão envolvidas na criação. É também considerado autor aquele que adapta, traduz, arranja ou orchestra obra que já se encontra em domínio público. Pessoas que auxiliam o autor (ou autores) revisando, atualizando, fiscalizando, dirigindo ou apresentando a obra por qualquer meio não são consideradas autores da obra. (Art. 7º)

Associado ao Direito Autoral há ainda o Direito Conexo. Ele é dado à pessoa que interpreta, adapta, executa ou promove qualquer alteração em uma obra

alheia que não esteja sob domínio público tornando-se titular dos direitos autorais do seu trabalho, nesse caso chamados Direitos Conexos, por estarem vinculados a uma obra já existente – e por isso dependem novamente da autorização expressa do autor referenciado para que isso seja feito. É importante ressaltar que o direito conexo deriva do direito do autor e, assim, qualquer garantia relativa a estes não pode afetar as garantias dadas ao autor da obra original. (LDA, Título V)

O interprete ou executante passa a exercer os direitos morais e patrimoniais sobre suas interpretações ou execuções, sendo que no caso de obra coletiva, o titular desse direito passa a ser o diretor. Entretanto, há o caso das Gravadoras e Emissoras de Rádio e Televisão, que por se tratarem de pessoas jurídicas não têm direitos autorais, apenas cabe a elas a titularidade de uma obra. Todavia, os Produtores Fonográficos e as Empresas de Radiodifusão conseguiram, através da lei, usufruir de alguns direitos patrimoniais sobre as obras que veiculam. (LDA, Título V)

Produtores fonográficos detêm os direitos sobre reprodução total ou parcial e distribuição e comunicação ao público sob qualquer forma. Ou seja, todo o aproveitamento econômico fica por conta do produtor e este fica responsável por repassar para os artistas o que lhes cabe. (Arts. 93 e 94)

Quanto às Empresas de Radiodifusão, elas detêm os direitos de retransmissão, fixação e reprodução de suas emissões, bem como a comunicação ao público, pela televisão, em locais de frequência coletiva, mas isso também não as libera do respeito aos direitos dos titulares. As emissões realizadas por elas do trabalho de artistas é limitada, sendo permitida a cópia para conservação em arquivo público. Novas emissões, no país ou não, dependem de autorização escrita dos titulares, que receberão uma nova remuneração a cada emissão adicional. (Art. 95)

Ainda assim nem toda a produção intelectual é considerada obra sujeita a proteção. Segundo a lei brasileira, para que goze desse benefício, o resultado do que foi produzido tem que estar classificado entre determinados tipos de obra. São elas: (LDA, Título III, Capítulo IV)

- Os textos de obras literárias, artísticas ou científicas;
- As conferências, alocações, sermões e outras obras da mesma natureza;
- As obras dramáticas e dramático-musicais;
- As obras coreográficas e pantomímicas, cuja execução cênica se fixe por escrito ou por outra forma qualquer;

- As composições musicais que tenham ou não letra;
- As obras audiovisuais, sonorizadas ou não, inclusive as cinematográficas;
- As obras fotográficas e as produzidas por qualquer processo análogo ao da fotografia;
- As obras de desenho, pintura, gravura, escultura, litografia e arte cinética;
- As ilustrações, cartas geográficas e outras obras da mesma natureza;
- Os projetos, esboços e obras plásticas concernentes à geografia, engenharia, topografia, arquitetura, paisagismo, cenografia e ciência;
- As adaptações, traduções e outras transformações de obras originais, apresentadas como criação intelectual nova;
- Os programas de computador;
- As coletâneas ou compilações, antologias, enciclopédias, dicionários, bases de dados e outras obras, que, por sua seleção, organização ou disposição de seu conteúdo, constitua uma criação intelectual, desde que não firam o Direito Autoral subsistente;
- A cópia de obra de arte plástica feita pelo próprio autor é assegurada a mesma proteção de que goza o original;
- O título, se original e inconfundível com o de obra do mesmo gênero, divulgada anteriormente por outro autor.

Cabem aqui alguns comentários a respeito dos programas de computador. Esse tipo de Propriedade Intelectual tem uma série de peculiaridades. São tratados junto com obras artísticas e científicas, porque o tramite que protege a propriedade industrial, que seria a opção mais lógica de tratamento desta “obra”, tem seu efeito iniciado mais lentamente do que na prática se percebe ser a vida útil do programa. Para completar existem ainda duas outras leis que tratam especificamente as questões de direitos morais, que nesse caso, só abrangem os de paternidade, os direitos patrimoniais que pertencerão, quando houver, ao contratante do programador e do registro, que deverá ser feito no INPI (Instituto Nacional de Propriedade Industrial). (Art. 7º, XII e §1º)

E embora algumas obras possam ser vistas como criações intelectuais não tem proteção do Direito Autoral. São consideradas obras sem essa proteção: (Art. 8º)

- As ideias, procedimentos normativos, sistemas, métodos, projetos ou conceitos matemáticos como tais;

- Os esquemas, planos ou regras para realizar atos mentais, jogos ou negócios;
- Os formulários em branco para serem preenchidos por qualquer tipo de informação, científica ou não, e suas instruções;
- Os textos de tratados ou convenções, leis, decretos, regulamentos, decisões judiciais e demais atos oficiais;
- As informações de uso comum tais como calendários, agendas, cadastros ou legendas;
- Os nomes e títulos isolados;
- O aproveitamento industrial ou comercial das ideias contidas nas obras.

Uma das questões mais importantes da Propriedade Intelectual em si é que está não tem substância, portanto, não pode ser registrada por si mesma. Para que sua proteção possa ser efetivada é preciso que seja fixada por qualquer meio em algum suporte, de forma que possa ser percebida fora do mundo das ideias. (Art. 7º)

Contrariamente ao que se imagina normalmente, a proteção oferecida pelo Direito Autoral não depende de qualquer tipo de registro formal. Uma lei antiga, de 1973, determinava o registro gratuito das obras, que deveria ser feito conforme sua natureza, na Biblioteca Nacional, na Escola de Música, na Escola de Belas Artes da Universidade Federal do Rio de Janeiro, no Instituto Nacional do Cinema, ou no Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia, mas com a lei nº 9.610 de 1998 esse registro tornou-se facultativo. Porém, quando realizado, passou exigir uma retribuição estabelecida pelo órgão a que estiver vinculada. (Arts. 18 e 19)

Essa mudança provavelmente se deu devido a disputas de direito autoral, onde ao final, foi possível comprovar autoria de obras diferentes do que havia registrado. Desse modo, hoje, qualquer forma concreta é aceita como comprovação de autoria. Um expediente muito usado por autores é enviar para si próprio uma cópia lacrada da obra e mantê-la guardada. O selo do correio serve de marcação da data de seu “registro”. (Art. 19)

Outra praxe que envolve o registro é a cessão dos direitos patrimoniais, que poderá ser averbada na margem do documento de registro em órgão público responsável ou registrada em Cartório de Títulos e Documentos. (Art. 19)

O Direito Autoral foi concebido como uma forma de estímulo à produção de bens intelectuais e se a proteção sobre essas criações fosse eterna o acesso ao que foi criado seria limitado. Dessa forma os Direitos Morais não se extinguem nunca, podendo ser exercidos pelo autor ou seus herdeiros, independente da cessão dos direitos patrimoniais e pelo Estado no caso das obras em domínio público, mas os Direitos Patrimoniais tem duração definida. Pertencem ao Autor por toda a sua vida e perduram por mais 70 anos após seu falecimento, a contar do dia 1º de janeiro do ano seguinte ao ocorrido, sendo transmitidos como patrimônio para seus herdeiros. As exceções a essa regra são os das obras audiovisuais e anônimas ou pseudônimas, cujos direitos perduram por setenta anos e dos programas de computador, que tem seus direitos protegidos por cinquenta anos, ambos contados a partir do início do ano seguinte a sua divulgação, independente da duração da vida do autor. (Art. 24, §§ 1º e 2º)

Nos casos de coautoria o prazo é contado do falecimento do último sobrevivente e no caso de, anteriormente a isso, algum deles não tenha descendentes, os direitos passam para o autor remanescente. O título de publicações periódicas, inclusive jornais, também é protegido por até um ano após a saída do seu último número, salvo no caso dos anuais, caso em que esse prazo se eleva há dois anos. Existem ainda circunstâncias previstas na lei que permitem a reprodução, citação e utilização de obra intelectual sem que isso constitua ofensa ao Direito Autoral. (Art. 42 e 46)

Os discursos pronunciados em reunião pública podem ser livremente publicados, bem como notícias ou artigos informativos publicados em diários ou periódicos que podem ser reproduzido em veículos do mesmo tipo desde que mencionando o nome do autor e da publicação original. Quem encomenda retratos ou outras representações da imagem também pode reproduzi-la livremente, desde que não haja oposição do titular da imagem. (Art. 42)

As reproduções em Braille ou outro procedimento similar de obras literárias, artísticas ou científicas também não caracterizam violação de Direito Autoral, desde que não tenham fins comerciais. Também sem fins lucrativos podem ser reproduzidos pequenos trechos para uso privado do copista, feito por suas próprias mãos e para seu próprio uso. (Art. 42)

Essa limitação teria como objetivo facilitar o acesso de estudantes à informação, onde ainda no caso de haver necessidade de citar, exclusiva e

estritamente para fins de estudo, crítica ou polêmica, pode-se fazer isso sempre indicando o nome do autor e a origem da obra. Também visando o estudo, quem assiste a uma aula pode fazer apanhados, que, no entanto, não podem ser publicados sem autorização de quem a ministrou e em casa ou para fins didáticos, é permitida a representação teatral e execução musical, desde que, novamente, não haja intenção de lucro. (Art. 42)

Outro caso em que não há Direito Autoral a ser reclamado é o de lojas que comercializam as reproduções autorizadas e os equipamentos que permitem sua reprodução. Elas podem executar as obras sem ferir os direitos do titular patrimonial. Também não fere o Direito Autoral quando a reprodução da obra é necessária para que se produza prova em processo assim como quando há criação de novas obras que contenham pequenos trechos de outras, ou até a outra obra inteiram no caso das artes plásticas, desde que não seja o objetivo da nova obra nem que cause prejuízo de qualquer natureza para o autor ou titular da obra anterior. As paródias que não reproduzam nem prejudiquem a obra original também não constituem violação. (Art. 42)

Finalmente, supõe-se que obras situadas permanentemente em local público tenham sua reprodução autorizada, por meio de pinturas, desenhos, fotografias e procedimentos audiovisuais, da mesma maneira que o autor que trabalhou sobre obra já em domínio público não pode opor-se a outros trabalhos sobre as mesmas. (Art. 42)

No caso das violações, qualquer um dos envolvidos na comercialização das cópias não autorizadas, em qualquer ponto que esteja da cadeia, responde solidariamente como violador do Direito Autoral. Seja o envolvido responsável por vender, expor, ocultar, adquirir, distribuir, guardar em depósito, utilizar ou importar, seja para lucro próprio ou para de outra pessoa. Todos cometem o mesmo delito. Aqueles que de alguma maneira burlam os sistemas que impedem as cópias ou restringem sua divulgação não autorizada e os que as apresentam para qualquer público sem o direito de fazê-lo utilizando-se ou não desses subterfúgios, também cometem delito. (LDA, Título VII, Capítulo II)

Também é considerado delito a apresentação de qualquer obra sem que seja dado o crédito ao autor. Além dos danos morais a que este possa fazer jus, sua autoria deverá ser divulgada por três dias no mesmo horário, no caso de empresa de radiodifusão e através de errata e publicação em jornal de grande

circulação por três vezes consecutivas no domicílio dos autores e titulares dos direitos. (Art. 108)

Mesmo os que detêm autorização para a execução, estão sujeitos a multa, caso o façam em desacordo com o que foi tratado com os titulares dos direitos patrimoniais e com as normas legais de retribuição. Diante do Direito Civil, o autor ou o titular dos direitos pode requerer uma compensação financeira pelo dano que o violador do Direito Autoral tenha causado, além de outras providências. (LDA, Título VII, Capítulo II)

Quando é constatada a reprodução não autorizada e sua venda ilegal, o infrator terá suas cópias apreendidas e deverá pagar ao titular do direito o preço dos exemplares que tiver vendido. Caso não se conheça a quantidade de cópias produzidas, o infrator responderá pelo número de cópias apreendidas acrescido de três mil. A sentença pode ainda determinar a destruição de todo o material ilegal, dos itens que lhe servem de matriz, como negativos e moldes e a perda de máquinas e insumos ou até a destruição destes, caso sirvam apenas para esse fim. (Arts. 103 e 106)

No caso de violação por transmissão ilegal, seja essa feita através de qualquer método, deverá a mesma ser imediatamente interrompida, sem que isso signifique a isenção da multa, que pode chegar ao dobro no caso de reincidência. A execução pública, em desacordo com o que foi tratado com os titulares da obra e as normas legais de retribuição, enseja multa de vinte vezes o valor que deveria ser originalmente pago, sendo que os responsáveis pelo local onde ocorreu a violação respondem solidariamente aos organizadores do evento em qualquer caso. Vale ressaltar que essas infrações não prescrevem nunca, ou seja, o infrator pode responder pelos seus delitos passados a qualquer tempo, mesmo que já não esteja mais infringindo a lei. (Art. 105)

O Direito Penal vai tratar da punição do infrator diante da sociedade. O comprovado infrator do Direito Autoral está sujeito a pena de três meses a um ano de detenção, entretanto, se o infrator, sem autorização expressa, reproduziu total ou parcialmente, distribuiu, vendeu, expôs à venda, alugou, introduziu no país, adquiriu, ocultou, manteve em depósito (original ou cópia), ofereceu ao público através de cabo, fibra ótica, satélite, ondas ou qualquer outro sistema que permita realizar a seleção da obra ou produção para recebê-la, na intenção de obter lucro direto ou indireto, está sujeito a pena de dois a quatro anos

de reclusão. A lei penal não se aplica a quem fez apenas uma cópia para seu uso privado e sem intuito de lucro, respondendo esse apenas à lei civil. (BRASIL, Código Penal, Art. 184, Online)

2.2.1 Projeto de Lei Nº 2.910, de 2011, sobre a Autoria e suas Garantias

O deputado Luciano de Souza Castro propôs o projeto de lei nº 2.910/11 com objetivo de alterar a lei nº 9.610/98 que estabelece o funcionamento dos direitos autorais no Brasil. Sua argumentação é que diante dos problemas que atingem os autores brasileiros perante o mercado, existe a necessidade de alterar a forma de transferência dos direitos autorais de maneira a dar mais equilíbrio a relação comercial que a envolve, dando mais proteção à parte mais fraca, o autor. (CASTRO, 2011, p.2)

Dentro das modificações propostas, o prazo de validade das transmissões passa a ser regulado e obriga às partes a serem assistidas por um advogado. O projeto de lei foi fundamentado na proteção dos direitos à igualdade e à justiça bem como a segurança e o bem estar social presentes na Constituição, dando, caso aprovado, a segurança jurídica necessária aos autores para que possam exercer de forma livre seu trabalho, recebendo a contrapartida da transferência dos direitos autorais dos mesmos. (CASTRO, 2011, p.2)

O projeto age, portanto, alterando no *Título III – Dos Direitos do Autor*, o *Capítulo V – Da Transferência dos Direitos do Autor*, mudando este dispositivo conforme apresentado no Quadro 1, onde diante das alterações propostas, pode-se perceber que a intenção deste Projeto de Lei é garantir que o domínio da obra fique com o Autor, que muitas vezes está em desvantagem na relação com a indústria. (CASTRO, 2011, p.1)

2.2.2 Projetos de Lei que Oferecem Isenção de Direitos Autorais

Três dos Projetos de Lei em discussão na Câmara dos Deputados versam sobre a isenção de direitos autorais para determinados grupos ou situações.

2.2.2.1 Projeto de Lei Nº 7.325, de 2010

No Projeto de Lei nº 7.325/10 o deputado Lupércio Ramos entende que em alguns casos a isenção do pagamento do Direito Autoral se faz necessária.

Conforme alega, o ECAD², criado pela LDA e reconhecido pelo Supremo Tribunal de Justiça, pode arrecadar valores referentes à execução pública de obras musicais e lítero-musicais ainda que estas estejam tendo lugar em eventos sem fins lucrativos. (RAMOS, 2010, p.2)

Segundo seu entendimento, esta medida, assegurada pelo ordenamento legal, dificulta o acesso a eventos culturais que se realizem de forma gratuita, por parte da população, em especial da parcela mais carente. O Deputado alega ainda que esta parte do ordenamento iria de encontro à Constituição Federal no seu artigo 215: (RAMOS, 2010, p.2)

“Art. 215. O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais.” (BRASIL, 1988)

Ainda de acordo com o Deputado, a cobrança de Direitos Autorais em eventos gratuitos constitui obstáculo ao pleno exercício dos direitos culturais e por isso esta alteração se justifica, de forma a dar substância à determinação constitucional. (RAMOS, 2010, p.2)

Este projeto age, mudando o *Capítulo V – Da Transferência dos Direitos do Autor*, dentro do *Título III – Dos Direitos do Autor*, conforme fica demonstrado no Quadro 2. (RAMOS, 2010, p.1)

É possível observar, a partir da mudança proposta, que o dispositivo de controle quanto às limitações do Direito Autoral passa a facilitar o acesso à cultura por parte da população, incluindo principalmente, como pretende o Deputado, a parcela menos favorecida dela. Entretanto, a alteração não contempla obras audiovisuais, que não gozaram da mesma facilidade de acesso.

2.2.2.2 Projeto de Lei Nº 1.574, de 2011

O Projeto de Lei nº 1.574/11 do deputado Henrique Oliveira tem como objetivo isentar associações religiosas, fundações e entidades filantrópicas do pagamento de taxas ao ECAD. Segundo o deputado, as entidades que pretende

² Escritório Central de Arrecadação e Distribuição, que é o órgão responsável pela cobrança pela execução pública e pagamento aos proprietários dos direitos patrimoniais de obras musicais nacionais e estrangeiras. O ECAD foi instituído com base no Art. 99 da própria Lei 9.610/98:

“Art. 99. As associações manterão um único escritório central para a arrecadação e distribuição, em comum, dos direitos relativos à execução pública das obras musicais e lítero-musicais e de fonogramas, inclusive por meio da radiodifusão e transmissão por qualquer modalidade, e da exibição de obras audiovisuais.” (BRASIL, 1998)

isentar com seu Projeto de Lei promovem festas beneficentes nas datas comemorativas e períodos de festa com o objetivo de arrecadar fundos para manter obras sociais. Como nesses eventos há geralmente reprodução de obras musicais, estariam obrigados a arrecadar taxas para o ECAD, para o pagamento dos proprietários dos direitos autorais referentes às obras executadas. Assim ele demonstra compreender que uma vez que esses grupos promovem eventos sem fins lucrativos para atender a uma função social do Estado, o pagamento de taxas diminuiria a eficácia das ações além do que já há uma função social sendo cumprida, o que balancearia a questão da função social da remuneração do Autor. (OLIVEIRA, 2011, p.1)

O deputado ressalta ainda que não pretende extinguir os direitos expressos na lei, mas apenas isentar determinadas instituições que usem obras musicais para os fins de caridade. O projeto de lei age, assim, alterando no *Título IV – Da Utilização de Obras Intelectuais e dos Fonogramas*, o *Capítulo II – Da Comunicação ao Público*, mudando este dispositivo, conforme fica demonstrado no Quadro 2. (OLIVEIRA, 2011, p.1)

Ao surgir, o Direito Autoral teve como objetivo estimular a produção de obras intelectuais, enquanto estas atendem de várias formas uma função social, que seja entreter, instruir, educar, incluir e atrair entre outras. As alterações propostas mostram que o Projeto de Lei visa que a obra primordialmente cumpra sua função. Ao suprimir o pagamento das taxas previstas na Lei faz com que essa cumpra atinja seu objetivo por outro viés. (OLIVEIRA, 2011, p.2)

2.2.2.3 Projeto de Lei Nº 3.526, de 2012

O Projeto de Lei nº 3.526/12 do deputado Onofre Santo Agostini, funciona de forma semelhante ao do deputado Henrique de Oliveira tendo como objetivo a isenção do pagamento de direitos autorais por parte de entidades filantrópicas, associações sem fins lucrativos, creches, escolas e templos de qualquer culto através da criação de um parágrafo no Art. 68 da LDA. (AGOSTINI, 2012, p.1)

O político alega ser notória a dificuldade dessas entidades se manterem em funcionamento, sendo necessário que com frequência sejam promovidos eventos para arrecadação de fundos. Nesses eventos há geralmente a reprodução de obras musicais cujo recolhimento de taxas do ECAD é obrigatório. E

embora o valor a ser recolhido varie de acordo com diversos critérios, cada valor poupado por essas entidades é de importância fundamental para seu funcionamento e não causa prejuízos ao ECAD, cuja arrecadação é volumosa. (AGOSTINI, 2012, p.1)

O Deputado também argumenta que o objetivo do PL nº 3.526/12 não é o fim dos Direitos Autorais tratados pela LDA, mas beneficiar as entidades que tenham fins especificamente filantrópicos. Este projeto de lei também age alterando no *Título IV – Da Utilização de Obras Intelectuais e dos Fonogramas, o Capítulo II – Da Comunicação ao Público*, mudando este dispositivo, conforme demonstrado no Quadro 2. (AGOSTINI, 2012, p.1)

A criação do §8º do artigo 68, rigorosamente a mesma opção do deputado Henrique de Oliveira, visa isentar basicamente as mesmas entidades, acrescidas somente das escolas e creches, onde não fica esclarecido pelo texto da lei se se tratam de instituições públicas ou privadas.

2.2.3 Projeto de Lei Nº 1.513, de 2011, sobre a Contratação e Licenciamento pelo Poder Público

O deputado Paulo Teixeira diz na justificativa de proposição do Projeto de Lei nº 1.513/11 de sua autoria que o principal objetivo do Direito Autoral é incentivar a criação intelectual, pois como os autores gastam tempo e trabalho para produzir as obras intelectuais devem receber algum tipo de retorno por seu esforço. Ele alega que sem o Direito Autoral, a remuneração das criações do espírito humano seria difícil de assegurar, pois não haveria como controlar a distribuição ou o uso e a venda por parte de terceiros. Sem esta proteção haveria o desencorajamento da produção intelectual, o que impactaria por fim na sociedade que não iria mais usufruir do mesmo volume de obras. Desta forma, assegurar aos autores o direito de excluir outros a usar, vender e distribuir suas obras é também, por consequência, necessário à sociedade. (TEIXEIRA, 2011, p.4)

O deputado defende que a propriedade intelectual não vem sem custos. Da mesma forma que a garantia dada aos autores estimula sua produção, por outro lado restringe sua difusão no meio social e impede que muitos tenham acesso ao conhecimento. Assim, o Direito Autoral acaba também por dificultar que a população de forma geral tenha garantido seu direito à cultura e educação na medida em que sendo o direito sobre as obras exclusivo aos autores, aumenta o

custo de acesso a elas para a sociedade. Salaria ainda que o conhecimento é cumulativo e, portanto, uma geração depende do conhecimento da anterior para avançar na produção dos bens intelectuais. (TEIXEIRA, 2011, p.5)

Tendo isso em vista, seu Projeto de Lei procura justamente traçar um limite que equilibre essa relação de forma razoável, determinando que obras compradas ou subsidiadas pelo Poder Público devam ser regulados através de licenças livres e criando ainda o conceito de Recurso Educacional, que são obras como livros e materiais didáticos complementares, teses e dissertações, artigos acadêmicos e jogos com fins educacionais entre outros. (TEIXEIRA, 2011, p.5)

A proposta pretende ainda liberar para fins didáticos obras esgotadas não republicadas, obras estrangeiras não disponíveis no mercado brasileiro, partindo da premissa de que uma vez que não há interesse por parte da iniciativa privada na publicação dessas obras, sua reprodução não causaria prejuízo aos titulares de seus direitos. Seriam liberadas ainda as obras produzidas com base nos programas de pós-graduação financiados com recursos públicos, pois uma vez que a coletividade foi, através do Estado, patrocinadora da obra, não haveria motivo para limitar seu acesso a ela. (TEIXEIRA, 2011, p.6)

O Projeto de Lei do Deputado age em duas frentes. Propõe alterações no *Título III – Dos Direitos do Autor*, em seu *Capítulo IV – Das Limitações aos Direitos Autorais*, alterando seu dispositivo por esse lado, conforme visto no Quadro 1. (TEIXEIRA, 2011, p.1-4)

Por outro lado o próprio Projeto de Lei nº 1.513/11 pretende validar, através de seus artigos, outro entendimento sobre Recursos Educacionais, que passariam a ser compreendidos como as obras a serem utilizados para fins educacionais, pedagógicos e científicos, como livros e materiais didáticos complementares, objetos educacionais, multimídia, jogos, teses e dissertações, artigos científicos e acadêmicos, entre outros e Licença Livre, que passaria a ser entendida como uma licença de direito autoral ou de software que permita que terceiros usufruam de direitos patrimoniais sobre certa obra como, especificamente, o direito de cópia, distribuição, transmissão, publicação, retransmissão, criação de obras derivadas, desde que seja preservado o direito de atribuição do autor, que deve ter seu nome, pseudônimo ou sinal convencional do autor vinculado à obra e citado, a utilização não seja intencionada ou direcionada à obtenção de vantagem

comercial ou compensação monetária privada diretas e que estas sejam licenciadas sob a mesma licença que a obra original. (TEIXEIRA, 2011, p.1-4)

Através da proposta é conceituado ainda o que seria um Recurso Educacional Aberto, que passaria a ser entendido como o Recurso Educacional licenciado e disponibilizado a sociedade sob uma Licença Livre e o Padrão Técnico Livre que seria o padrão técnico que permite a interoperabilidade técnica, o depósito, tratamento e uso em plataformas operacionais e de hardware diversas e preservação histórica, e que seja distribuído sob uma Licença Livre. (TEIXEIRA, 2011, p.2)

No que tange ao uso de recursos públicos para a produção de obras intelectuais, o Projeto de Lei ainda regula que as compras parciais ou integrais ou contratações de serviços para desenvolvimento de Recursos Educacionais realizadas com base na Lei nº 8.666, de 21 de Junho de 1993, deverão prever a compra das unidades e dos direitos autorais relativos a tais obras para que a Administração possa disponibilizá-los a sociedade sob Licenças Livres, bem como os Recursos Educacionais cujos direitos intelectuais tenham sido cedidos a Administração nos termos do artigo 111 da Lei nº 8.666, deverão ser disponibilizados e licenciados pela Administração a sociedade também sob o mesmo regime de licenças. (TEIXEIRA, 2011, p.1-7)

Já as obras intelectuais previstas no artigo 6º da LDA, e aquelas resultadas do trabalho de servidor público em regime de dedicação exclusiva ou parcial, incluindo professores e pesquisadores da rede pública e de universidades, no exercício de suas funções, quando equivalentes a Recursos Educacionais, não poderão ser objeto de licenciamento exclusivo a entes privados e deverão ser disponibilizadas e licenciadas a sociedade também sob o regime de Licenças Livres. Este tipo de obra somente poderá ser objeto de licenciamento exclusivo se impedir a publicação comercial. Ainda assim será em caráter temporário, pelo período máximo de um ano após a data da primeira publicação, após o qual deverá ser disponibilizada e depositada em repositório federado de acesso aberto e não oneroso. (TEIXEIRA, 2011, p.3)

Quanto aos Padrões Técnicos Livres, estes deverão ser preferencialmente incluídos nos editais, chamadas e contratos de compras ou contratações públicas independente do tipo, quando para desenvolvimento e/ou fornecimento de Recursos Educacionais, bem como quando fruto do

desenvolvimento das obras simplesmente subvencionadas pela União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, e, especificamente aquelas resultados do trabalho de servidor público em regime de dedicação exclusiva ou parcial, no exercício de suas funções. (TEIXEIRA, 2011, p.3)

E, por fim, a Administração deverá desenvolver e incentivar o desenvolvimento e adoção internamente de repositórios técnicos para depósito, publicação e disponibilização de tais obras para a sociedade, dando acesso aberto e não oneroso, permitindo o acesso automatizado, Padrão Técnico Livre reconhecidos internacionalmente e uso gratuito e não oneroso, sob Licenças Livres. Desta forma o projeto regula a disponibilidade dessas obras visando equilibrar o acesso aos bens intelectuais e a proteção aos autores. (TEIXEIRA, 2011, p.3)

2.2.4 Projeto de Lei Nº 4072, de 2012, Sobre a Obra Audiovisual e Aspectos de sua Gestão Coletiva

O Projeto de Lei nº 4.072/12 do deputado Rogério Carvalho visa reconhecer a participação de intérpretes do setor audiovisual na LDA. O deputado alega que seu texto tenta solucionar o problema da exclusão destes artistas no setor. Ele argumenta que as entidades de gestão coletiva do setor musical taxam usuários das obras audiovisuais sem a possibilidade de inserir outros beneficiários no sistema. Com isso estão sendo prejudicados atores, dubladores, bailarinos e dançarinos, mágicos e demais intérpretes que participem de obras de audiovisual que alega ainda não terem sido reconhecidos na história do nosso país. (CARVALHO, 2012, p.5)

Além desta correção o PL ainda traria outros importantes benefícios, como uma nova sistematização das entidades responsáveis pela gestão coletiva do Direito Autoral, onde haveria a separação por categorias estabelecendo que a obra audiovisual e a musical devem ser diferenciadas para atender suas demandas; o reconhecimento de que havendo essas novas titularidades abre-se espaço para a atuação de novas entidades de gestão coletivas, coibindo práticas abusivas e que violam o direito como as denunciadas pela CPI do ECAD e a submissão destas entidades de gestão coletiva ao crivo do Ministério da Cultura e ao Ministério da Justiça. (CARVALHO, 2012, p.5)

O Deputado acredita ainda que as práticas abusivas que ocorrem no mercado seriam combatidas simplesmente pela existência de novos direitos e pela

valorização do entendimento entre os usuários das obras e as entidades de gestão coletiva dos direitos referentes a estas. Com as alterações propostas, os músicos que vierem a participar de obras audiovisuais gozarão de muito mais controle sobre seus direitos e poderão associar-se tanto a entidades do setor musical quanto do audiovisual estimulando uma competição saudável dentro do mercado. (CARVALHO, 2012, p.5)

O Projeto de Lei prevê a definição de exibição pública, o reconhecimento aos intérpretes em obras audiovisuais de seus direitos e uma revisão mais técnica de que atribuições cabem ao ECAD, reformulando o texto anterior, considerado confuso pelo deputado, criando um novo órgão independente e determinando suas obrigações perante o Estado. Ainda impõe limites e entendimentos do que seja utilização sem fins lucrativos para as finalidades sociais. (CARVALHO, 2012, p.5)

O projeto de lei age alterando no *Título IV - Da Utilização de Obras Intelectuais e dos Fonogramas*, o *Capítulo II - Da Comunicação ao Público* e o *Capítulo VI - Da Utilização da Obra Audiovisual* e criando no *Título VI - Das Associações de Titulares de Direitos de Autor e dos que lhes são Conexos*, o *Capítulo I - Das Associações de Titulares de Direitos de Autor e dos que lhes são Conexos* e o *Capítulo II - Dos Escritórios de Arrecadação e Distribuição de Direitos Autorais Musicais e Audiovisuais*, mudando esses dispositivos e criando novos parâmetros para as entidades de gestão coletiva de Direitos Autorais e formas de exibição pública para obras audiovisuais, conforme pode ser visto no Quadro 1. (CARVALHO, 2012, p.1-4)

As alterações propostas nesse projeto modificam o dispositivo de controle dos direitos autorais criando ainda novos grupos de beneficiários antes esquecidos pela lei.

2.2.5 Quadros Comparativos dos Projetos de Lei

2.2.5.1 Quadro 1 – Comparativo dos Projetos de Lei 2.910/11, 1.513/11 e 4.072/12

LEI Nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998	Projeto de Lei 2.910/11	Projeto de Lei 1.513/11	Projeto de Lei 4.072/12
TEXTO ORIGINAL	Transferência de Direitos do Autor	Contratação e Licenciamento pelo Poder Público	Sobre a Obra Audiovisual e Aspectos de sua Gestão Coletiva
Título I	NÃO HOUVE ALTERAÇÃO	NÃO HOUVE ALTERAÇÃO	
Disposições Preliminares			
Título II			
Das Obras Intelectuais			
Título III	NÃO HOUVE ALTERAÇÃO	NÃO HOUVE ALTERAÇÃO	
Dos Direitos do Autor			
Capítulo I			
Disposições Preliminares			
Art. 22. Pertencem ao autor os direitos morais e patrimoniais sobre a obra que criou.			
Art. 23. Os co-autores da obra intelectual exercerão, de comum acordo, os seus direitos, salvo convenção em contrário.			
Capítulo II			
Dos Direitos Morais do Autor			
Art. 24. São direitos morais do autor:			
I - o de reivindicar, a qualquer tempo, a autoria da obra;			
II - o de ter seu nome, pseudônimo ou sinal convencional indicado ou anunciado, como sendo o do autor, na utilização de sua obra;			
III - o de conservar a obra inédita;			

Quadro 1 – Comparativo dos Projetos de Lei 2.910/11, 1.513/11 e 4.072/12 – Continuação

LEI Nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998	Projeto de Lei 2.910/11	Projeto de Lei 1.513/11	Projeto de Lei 4.072/12
TEXTO ORIGINAL	Transferência de Direitos do Autor	Contratação e Licenciamento pelo Poder Público	Sobre a Obra Audiovisual e Aspectos de sua Gestão Coletiva
IV - o de assegurar a integridade da obra, opondo-se a quaisquer modificações ou à prática de atos que, de qualquer forma, possam prejudicá-la ou atingi-lo, como autor, em sua reputação ou honra;			
V - o de modificar a obra, antes ou depois de utilizada;			
VI - o de retirar de circulação a obra ou de suspender qualquer forma de utilização já autorizada, quando a circulação ou utilização implicarem afronta à sua reputação e imagem;			
VII - o de ter acesso a exemplar único e raro da obra, quando se encontre legitimamente em poder de outrem, para o fim de, por meio de processo fotográfico ou assemblado, ou audiovisual, preservar sua memória, de forma que cause o menor inconveniente possível a seu detentor, que, em todo caso, será indenizado de qualquer dano ou prejuízo que lhe seja causado.			
§ 1º Por morte do autor, transmitem-se a seus sucessores os direitos a que se referem os incisos I a IV.			

Quadro 1 – Comparativo dos Projetos de Lei 2.910/11, 1.513/11 e 4.072/12 – Continuação

LEI Nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998	Projeto de Lei 2.910/11	Projeto de Lei 1.513/11	Projeto de Lei 4.072/12
TEXTO ORIGINAL	Transferência de Direitos do Autor	Contratação e Licenciamento pelo Poder Público	Sobre a Obra Audiovisual e Aspectos de sua Gestão Coletiva
§ 2º Compete ao Estado a defesa da integridade e autoria da obra caída em domínio público.			
§ 3º Nos casos dos incisos V e VI, ressalvam-se as prévias indenizações a terceiros, quando couberem.			
Art. 25. Cabe exclusivamente ao diretor o exercício dos direitos morais sobre a obra audiovisual.			
Art. 26. O autor poderá repudiar a autoria de projeto arquitetônico alterado sem o seu consentimento durante a execução ou após a conclusão da construção.			
Parágrafo único. O proprietário da construção responde pelos danos que causar ao autor sempre que, após o repúdio, der como sendo daquele a autoria do projeto repudiado.			
Art. 27. Os direitos morais do autor são inalienáveis e irrenunciáveis.			
Capítulo III			
Dos Direitos Patrimoniais do Autor e de sua Duração			
Art. 28. Cabe ao autor o direito exclusivo de utilizar, fruir e dispor da obra literária, artística ou científica.			

Quadro 1 – Comparativo dos Projetos de Lei 2.910/11, 1.513/11 e 4.072/12 – Continuação

LEI Nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998	Projeto de Lei 2.910/11	Projeto de Lei 1.513/11	Projeto de Lei 4.072/12
TEXTO ORIGINAL	Transferência de Direitos do Autor	Contratação e Licenciamento pelo Poder Público	Sobre a Obra Audiovisual e Aspectos de sua Gestão Coletiva
Art. 29. Depende de autorização prévia e expressa do autor a utilização da obra, por quaisquer modalidades, tais como:			
I - a reprodução parcial ou integral;			
II - a edição;			
III - a adaptação, o arranjo musical e quaisquer outras transformações;			
IV - a tradução para qualquer idioma;			
V - a inclusão em fonograma ou produção audiovisual;			
VI - a distribuição, quando não intrínseca ao contrato firmado pelo autor com terceiros para uso ou exploração da obra;			
VII - a distribuição para oferta de obras ou produções mediante cabo, fibra ótica, satélite, ondas ou qualquer outro sistema que permita ao usuário realizar a seleção da obra ou produção para percebê-la em um tempo e lugar previamente determinados por quem formula a demanda, e nos casos em que o acesso às obras ou produções se faça por qualquer sistema que importe em pagamento pelo usuário;			
VIII - a utilização, direta ou indireta, da obra literária, artística ou científica, mediante:			

Quadro 1 – Comparativo dos Projetos de Lei 2.910/11, 1.513/11 e 4.072/12 – Continuação

LEI Nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998	Projeto de Lei 2.910/11	Projeto de Lei 1.513/11	Projeto de Lei 4.072/12
TEXTO ORIGINAL	Transferência de Direitos do Autor	Contratação e Licenciamento pelo Poder Público	Sobre a Obra Audiovisual e Aspectos de sua Gestão Coletiva
a) representação, recitação ou declamação;			
b) execução musical;			
c) emprego de alto-falante ou de sistemas análogos;			
d) radiodifusão sonora ou televisiva;			
e) captação de transmissão de radiodifusão em locais de frequência coletiva;			
f) sonorização ambiental;			
g) a exibição audiovisual, cinematográfica ou por processo assemelhado;			
h) emprego de satélites artificiais;			
i) emprego de sistemas óticos, fios telefônicos ou não, cabos de qualquer tipo e meios de comunicação similares que venham a ser adotados;			
j) exposição de obras de artes plásticas e figurativas;			
IX - a inclusão em base de dados, o armazenamento em computador, a microfilmagem e as demais formas de arquivamento do gênero;			
X - quaisquer outras modalidades de utilização existentes ou que venham a ser inventadas.			

Quadro 1 – Comparativo dos Projetos de Lei 2.910/11, 1.513/11 e 4.072/12 – Continuação

LEI Nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998	Projeto de Lei 2.910/11	Projeto de Lei 1.513/11	Projeto de Lei 4.072/12
TEXTO ORIGINAL	Transferência de Direitos do Autor	Contratação e Licenciamento pelo Poder Público	Sobre a Obra Audiovisual e Aspectos de sua Gestão Coletiva
Art. 30. No exercício do direito de reprodução, o titular dos direitos autorais poderá colocar à disposição do público a obra, na forma, local e pelo tempo que desejar, a título oneroso ou gratuito.			
§ 1º O direito de exclusividade de reprodução não será aplicável quando ela for temporária e apenas tiver o propósito de tornar a obra, fonograma ou interpretação perceptível em meio eletrônico ou quando for de natureza transitória e incidental, desde que ocorra no curso do uso devidamente autorizado da obra, pelo titular.			
§ 2º Em qualquer modalidade de reprodução, a quantidade de exemplares será informada e controlada, cabendo a quem reproduzir a obra a responsabilidade de manter os registros que permitam, ao autor, a fiscalização do aproveitamento econômico da exploração.			
Art. 31. As diversas modalidades de utilização de obras literárias, artísticas ou científicas ou de fonogramas são independentes entre si, e a autorização concedida pelo autor, ou pelo produtor, respectivamente, não se estende a quaisquer das demais.			

Quadro 1 – Comparativo dos Projetos de Lei 2.910/11, 1.513/11 e 4.072/12 – Continuação

LEI Nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998	Projeto de Lei 2.910/11	Projeto de Lei 1.513/11	Projeto de Lei 4.072/12
TEXTO ORIGINAL	Transferência de Direitos do Autor	Contratação e Licenciamento pelo Poder Público	Sobre a Obra Audiovisual e Aspectos de sua Gestão Coletiva
Art. 32. Quando uma obra feita em regime de co-autoria não for divisível, nenhum dos co-autores, sob pena de responder por perdas e danos, poderá, sem consentimento dos demais, publicá-la ou autorizar-lhe a publicação, salvo na coleção de suas obras completas.			
§ 1º Havendo divergência, os co-autores decidirão por maioria.			
§ 2º Ao co-autor dissidente é assegurado o direito de não contribuir para as despesas de publicação, renunciando a sua parte nos lucros, e o de vedar que se inscreva seu nome na obra.			
§ 3º Cada co-autor pode, individualmente, sem aquiescência dos outros, registrar a obra e defender os próprios direitos contra terceiros.			
Art. 33. Ninguém pode reproduzir obra que não pertença ao domínio público, a pretexto de anotá-la, comentá-la ou melhorá-la, sem permissão do autor.			
Parágrafo único. Os comentários ou anotações poderão ser publicados separadamente.			

Quadro 1 – Comparativo dos Projetos de Lei 2.910/11, 1.513/11 e 4.072/12 – Continuação

LEI Nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998	Projeto de Lei 2.910/11	Projeto de Lei 1.513/11	Projeto de Lei 4.072/12
TEXTO ORIGINAL	Transferência de Direitos do Autor	Contratação e Licenciamento pelo Poder Público	Sobre a Obra Audiovisual e Aspectos de sua Gestão Coletiva
Art. 34. As cartas missivas, cuja publicação está condicionada à permissão do autor, poderão ser juntadas como documento de prova em processos administrativos e judiciais.			
Art. 35. Quando o autor, em virtude de revisão, tiver dado à obra versão definitiva, não poderão seus sucessores reproduzir versões anteriores.			
Art. 36. O direito de utilização econômica dos escritos publicados pela imprensa, diária ou periódica, com exceção dos assinados ou que apresentem sinal de reserva, pertence ao editor, salvo convenção em contrário.			
Parágrafo único. A autorização para utilização econômica de artigos assinados, para publicação em diários e periódicos, não produz efeito além do prazo da periodicidade acrescido de vinte dias, a contar de sua publicação, findo o qual recobra o autor o seu direito.			
Art. 37. A aquisição do original de uma obra, ou de exemplar, não confere ao adquirente qualquer dos direitos patrimoniais do autor, salvo convenção em contrário entre as partes e os casos previstos nesta Lei.			

Quadro 1 – Comparativo dos Projetos de Lei 2.910/11, 1.513/11 e 4.072/12 – Continuação

LEI Nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998	Projeto de Lei 2.910/11	Projeto de Lei 1.513/11	Projeto de Lei 4.072/12
TEXTO ORIGINAL	Transferência de Direitos do Autor	Contratação e Licenciamento pelo Poder Público	Sobre a Obra Audiovisual e Aspectos de sua Gestão Coletiva
Art. 38. O autor tem o direito, irrenunciável e inalienável, de perceber, no mínimo, cinco por cento sobre o aumento do preço eventualmente verificável em cada revenda de obra de arte ou manuscrito, sendo originais, que houver alienado.			
Parágrafo único. Caso o autor não perceba o seu direito de seqüência no ato da revenda, o vendedor é considerado depositário da quantia a ele devida, salvo se a operação for realizada por leiloeiro, quando será este o depositário.			
Art. 39. Os direitos patrimoniais do autor, excetuados os rendimentos resultantes de sua exploração, não se comunicam, salvo pacto antenupcial em contrário.			
Art. 40. Tratando-se de obra anônima ou pseudônima, caberá a quem publicá-la o exercício dos direitos patrimoniais do autor.			
Parágrafo único. O autor que se der a conhecer assumirá o exercício dos direitos patrimoniais, ressalvados os direitos adquiridos por terceiros.			

Quadro 1 – Comparativo dos Projetos de Lei 2.910/11, 1.513/11 e 4.072/12 – Continuação

LEI Nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998	Projeto de Lei 2.910/11	Projeto de Lei 1.513/11	Projeto de Lei 4.072/12
TEXTO ORIGINAL	Transferência de Direitos do Autor	Contratação e Licenciamento pelo Poder Público	Sobre a Obra Audiovisual e Aspectos de sua Gestão Coletiva
Art. 41. Os direitos patrimoniais do autor perduram por setenta anos contados de 1º de janeiro do ano subsequente ao de seu falecimento, obedecida a ordem sucessória da lei civil.			
Parágrafo único. Aplica-se às obras póstumas o prazo de proteção a que alude o caput deste artigo.			
Art. 42. Quando a obra literária, artística ou científica realizada em co-autoria for indivisível, o prazo previsto no artigo anterior será contado da morte do último dos co-autores sobreviventes.			
Parágrafo único. Acrescer-se-ão aos dos sobreviventes os direitos do co-autor que falecer sem sucessores.			
Art. 43. Será de setenta anos o prazo de proteção aos direitos patrimoniais sobre as obras anônimas ou pseudônimas, contado de 1º de janeiro do ano imediatamente posterior ao da primeira publicação.			
Parágrafo único. Aplicar-se-á o disposto no art. 41 e seu parágrafo único, sempre que o autor se der a conhecer antes do termo do prazo previsto no caput deste artigo.			

Quadro 1 – Comparativo dos Projetos de Lei 2.910/11, 1.513/11 e 4.072/12 – Continuação

LEI Nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998	Projeto de Lei 2.910/11	Projeto de Lei 1.513/11	Projeto de Lei 4.072/12
TEXTO ORIGINAL	Transferência de Direitos do Autor	Contratação e Licenciamento pelo Poder Público	Sobre a Obra Audiovisual e Aspectos de sua Gestão Coletiva
Art. 44. O prazo de proteção aos direitos patrimoniais sobre obras audiovisuais e fotográficas será de setenta anos, a contar de 1º de janeiro do ano subsequente ao de sua divulgação.			
Art. 45. Além das obras em relação às quais decorreu o prazo de proteção aos direitos patrimoniais, pertencem ao domínio público:			
I - as de autores falecidos que não tenham deixado sucessores;			
II - as de autor desconhecido, ressalvada a proteção legal aos conhecimentos étnicos e tradicionais.			
Capítulo IV			
Das Limitações aos Direitos Autorais			
Art. 46. Não constitui ofensa aos direitos autorais:			
I - a reprodução:			
a) na imprensa diária ou periódica, de notícia ou de artigo informativo, publicado em diários ou periódicos, com a menção do nome do autor, se assinados, e da publicação de onde foram transcritos;			
b) em diários ou periódicos, de discursos pronunciados em reuniões públicas de qualquer natureza;			

Quadro 1 – Comparativo dos Projetos de Lei 2.910/11, 1.513/11 e 4.072/12 – Continuação

LEI Nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998	Projeto de Lei 2.910/11	Projeto de Lei 1.513/11	Projeto de Lei 4.072/12
TEXTO ORIGINAL	Transferência de Direitos do Autor	Contratação e Licenciamento pelo Poder Público	Sobre a Obra Audiovisual e Aspectos de sua Gestão Coletiva
c) de retratos, ou de outra forma de representação da imagem, feitos sob encomenda, quando realizada pelo proprietário do objeto encomendado, não havendo a oposição da pessoa neles representada ou de seus herdeiros;			
d) de obras literárias, artísticas ou científicas, para uso exclusivo de deficientes visuais, sempre que a reprodução, sem fins comerciais, seja feita mediante o sistema Braille ou outro procedimento em qualquer suporte para esses destinatários;			
		e) para fins didáticos e sem intuito de lucro;	
		1. As obras literárias, artísticas ou científicas, esgotadas e que não foram objeto de republicação nos últimos cinco anos;	
		2. As obras estrangeiras indisponíveis no mercado nacional brasileiro;	
		3. Os livros científicos oriundos de programas de pós-graduação financiados com recursos públicos.	
II - a reprodução, em um só exemplar de pequenos trechos, para uso privado do copista, desde que feita por este, sem intuito de lucro;		II – a reprodução integral para fins didáticos ou não comerciais;	

Quadro 1 – Comparativo dos Projetos de Lei 2.910/11, 1.513/11 e 4.072/12 – Continuação

LEI Nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998	Projeto de Lei 2.910/11	Projeto de Lei 1.513/11	Projeto de Lei 4.072/12
TEXTO ORIGINAL	Transferência de Direitos do Autor	Contratação e Licenciamento pelo Poder Público	Sobre a Obra Audiovisual e Aspectos de sua Gestão Coletiva
III - a citação em livros, jornais, revistas ou qualquer outro meio de comunicação, de passagens de qualquer obra, para fins de estudo, crítica ou polêmica, na medida justificada para o fim a atingir, indicando-se o nome do autor e a origem da obra;			
IV - o apanhado de lições em estabelecimentos de ensino por aqueles a quem elas se dirigem, vedada sua publicação, integral ou parcial, sem autorização prévia e expressa de quem as ministrou;			
V - a utilização de obras literárias, artísticas ou científicas, fonogramas e transmissão de rádio e televisão em estabelecimentos comerciais, exclusivamente para demonstração à clientela, desde que esses estabelecimentos comercializem os suportes ou equipamentos que permitam a sua utilização;			
VI - a representação teatral e a execução musical, quando realizadas no recesso familiar ou, para fins exclusivamente didáticos, nos estabelecimentos de ensino, não havendo em qualquer caso intuito de lucro;			

Quadro 1 – Comparativo dos Projetos de Lei 2.910/11, 1.513/11 e 4.072/12 – Continuação

LEI Nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998	Projeto de Lei 2.910/11	Projeto de Lei 1.513/11	Projeto de Lei 4.072/12
TEXTO ORIGINAL	Transferência de Direitos do Autor	Contratação e Licenciamento pelo Poder Público	Sobre a Obra Audiovisual e Aspectos de sua Gestão Coletiva
VII - a utilização de obras literárias, artísticas ou científicas para produzir prova judiciária ou administrativa;			
VIII - a reprodução, em quaisquer obras, de pequenos trechos de obras preexistentes, de qualquer natureza, ou de obra integral, quando de artes plásticas, sempre que a reprodução em si não seja o objetivo principal da obra nova e que não prejudique a exploração normal da obra reproduzida nem cause um prejuízo injustificado aos legítimos interesses dos autores.			
Art. 47. São livres as paráfrases e paródias que não forem verdadeiras reproduções da obra originária nem lhe implicarem descrédito.			
Art. 48. As obras situadas permanentemente em logradouros públicos podem ser representadas livremente, por meio de pinturas, desenhos, fotografias e procedimentos audiovisuais.			

Quadro 1 – Comparativo dos Projetos de Lei 2.910/11, 1.513/11 e 4.072/12 – Continuação

LEI Nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998	Projeto de Lei 2.910/11	Projeto de Lei 1.513/11	Projeto de Lei 4.072/12
TEXTO ORIGINAL	Transferência de Direitos do Autor	Contratação e Licenciamento pelo Poder Público	Sobre a Obra Audiovisual e Aspectos de sua Gestão Coletiva
Capítulo V			
Da Transferência dos Direitos de Autor			
Art. 49. Os direitos de autor poderão ser total ou parcialmente transferidos a terceiros, por ele ou por seus sucessores, a título universal ou singular, pessoalmente ou por meio de representantes com poderes especiais, por meio de licenciamento, concessão, cessão ou por outros meios admitidos em Direito, obedecidas as seguintes limitações:			
I - a transmissão total compreende todos os direitos de autor, salvo os de natureza moral e os expressamente excluídos por lei;			
II - somente se admitirá transmissão total e definitiva dos direitos mediante estipulação contratual escrita;	II – somente será admitida a transmissão total de direitos mediante estipulação contratual escrita, com validade máxima de cinco anos; III – a transmissão total de direitos poderá ser renovada, ao fim de cinco anos, mediante nova negociação;		
III - na hipótese de não haver estipulação contratual escrita, o prazo máximo será de cinco anos;			
IV - a cessão será válida unicamente para o país em que se firmou o contrato, salvo estipulação em contrário;			

Quadro 1 – Comparativo dos Projetos de Lei 2.910/11, 1.513/11 e 4.072/12 – Continuação

LEI Nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998	Projeto de Lei 2.910/11	Projeto de Lei 1.513/11	Projeto de Lei 4.072/12
TEXTO ORIGINAL	Transferência de Direitos do Autor	Contratação e Licenciamento pelo Poder Público	Sobre a Obra Audiovisual e Aspectos de sua Gestão Coletiva
V - a cessão só se operará para modalidades de utilização já existentes à data do contrato;			
VI - não havendo especificações quanto à modalidade de utilização, o contrato será interpretado restritivamente, entendendo-se como limitada apenas a uma que seja aquela indispensável ao cumprimento da finalidade do contrato.			
	Art. 49A. São nulos os contratos que versem sobre transferência de direitos autorais firmados sem a presença do advogado de qualquer das partes.		
	§ 1º É defeso às partes fazerem-se representar pelo mesmo advogado, ou por advogados integrantes da mesma sociedade profissional, ou reunidos em caráter permanente para cooperação recíproca.		
	§ 2º Sendo a parte hipossuficiente, deverá ser assistida por defensor público.		
Art. 50. A cessão total ou parcial dos direitos de autor, que se fará sempre por escrito, presume-se onerosa.			

Quadro 1 – Comparativo dos Projetos de Lei 2.910/11, 1.513/11 e 4.072/12 – Continuação

LEI Nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998	Projeto de Lei 2.910/11	Projeto de Lei 1.513/11	Projeto de Lei 4.072/12
TEXTO ORIGINAL	Transferência de Direitos do Autor	Contratação e Licenciamento pelo Poder Público	Sobre a Obra Audiovisual e Aspectos de sua Gestão Coletiva
§ 1º Poderá a cessão ser averbada à margem do registro a que se refere o art. 19 desta Lei, ou, não estando a obra registrada, poderá o instrumento ser registrado em Cartório de Títulos e Documentos.			
§ 2º Constarão do instrumento de cessão como elementos essenciais seu objeto e as condições de exercício do direito quanto a tempo, lugar e preço.			
Art. 51. A cessão dos direitos de autor sobre obras futuras abrangerá, no máximo, o período de cinco anos.			
Parágrafo único. O prazo será reduzido a cinco anos sempre que indeterminado ou superior, diminuindo-se, na devida proporção, o preço estipulado.			
Art. 52. A omissão do nome do autor, ou de co-autor, na divulgação da obra não presume o anônimo ou a cessão de seus direitos.			
Título IV			
Da Utilização de Obras Intelectuais e dos Fonogramas			

Quadro 1 – Comparativo dos Projetos de Lei 2.910/11, 1.513/11 e 4.072/12 – Continuação

LEI Nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998	Projeto de Lei 2.910/11	Projeto de Lei 1.513/11	Projeto de Lei 4.072/12
TEXTO ORIGINAL	Transferência de Direitos do Autor	Contratação e Licenciamento pelo Poder Público	Sobre a Obra Audiovisual e Aspectos de sua Gestão Coletiva
Capítulo I			
Da Edição			
Art. 53. Mediante contrato de edição, o editor, obrigando-se a reproduzir e a divulgar a obra literária, artística ou científica, fica autorizado, em caráter de exclusividade, a publicá-la e a explorá-la pelo prazo e nas condições pactuadas com o autor.			
Parágrafo único. Em cada exemplar da obra o editor mencionará:			
I - o título da obra e seu autor;			
II - no caso de tradução, o título original e o nome do tradutor;			
III - o ano de publicação;			
IV - o seu nome ou marca que o identifique.			
Art. 54. Pelo mesmo contrato pode o autor obrigá-lo à feitura de obra literária, artística ou científica em cuja publicação e divulgação se empenha o editor.			
Art. 55. Em caso de falecimento ou de impedimento do autor para concluir a obra, o editor poderá:			
I - considerar resolvido o contrato, mesmo que tenha sido entregue parte considerável da obra;			

Quadro 1 – Comparativo dos Projetos de Lei 2.910/11, 1.513/11 e 4.072/12 – Continuação

LEI Nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998	Projeto de Lei 2.910/11	Projeto de Lei 1.513/11	Projeto de Lei 4.072/12
TEXTO ORIGINAL	Transferência de Direitos do Autor	Contratação e Licenciamento pelo Poder Público	Sobre a Obra Audiovisual e Aspectos de sua Gestão Coletiva
II - editar a obra, sendo autônoma, mediante pagamento proporcional do preço;			
III - mandar que outro a termine, desde que consintam os sucessores e seja o fato indicado na edição.			
Parágrafo único. É vedada a publicação parcial, se o autor manifestou a vontade de só publicá-la por inteiro ou se assim o decidirem seus sucessores.			
Art. 56. Entende-se que o contrato versa apenas sobre uma edição, se não houver cláusula expressa em contrário.			
Parágrafo único. No silêncio do contrato, considera-se que cada edição se constitui de três mil exemplares.			
Art. 57. O preço da retribuição será arbitrado, com base nos usos e costumes, sempre que no contrato não a tiver estipulado expressamente o autor.			
Art. 58. Se os originais forem entregues em desacordo com o ajustado e o editor não os recusar nos trinta dias seguintes ao do recebimento, ter-se-ão por aceitas as alterações introduzidas pelo autor.			

Quadro 1 – Comparativo dos Projetos de Lei 2.910/11, 1.513/11 e 4.072/12 – Continuação

LEI Nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998	Projeto de Lei 2.910/11	Projeto de Lei 1.513/11	Projeto de Lei 4.072/12
TEXTO ORIGINAL	Transferência de Direitos do Autor	Contratação e Licenciamento pelo Poder Público	Sobre a Obra Audiovisual e Aspectos de sua Gestão Coletiva
Art. 59. Quaisquer que sejam as condições do contrato, o editor é obrigado a facultar ao autor o exame da escrituração na parte que lhe corresponde, bem como a informá-lo sobre o estado da edição.			
Art. 60. Ao editor compete fixar o preço da venda, sem, todavia, poder elevá-lo a ponto de embaraçar a circulação da obra.			
Art. 61. O editor será obrigado a prestar contas mensais ao autor sempre que a retribuição deste estiver condicionada à venda da obra, salvo se prazo diferente houver sido convenionado.			
Art. 62. A obra deverá ser editada em dois anos da celebração do contrato, salvo prazo diverso estipulado em convenção.			
Parágrafo único. Não havendo edição da obra no prazo legal ou contratual, poderá ser rescindido o contrato, respondendo o editor por danos causados.			
Art. 63. Enquanto não se esgotarem as edições a que tiver direito o editor, não poderá o autor dispor de sua obra, cabendo ao editor o ônus da prova.			

Quadro 1 – Comparativo dos Projetos de Lei 2.910/11, 1.513/11 e 4.072/12 – Continuação

LEI Nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998	Projeto de Lei 2.910/11	Projeto de Lei 1.513/11	Projeto de Lei 4.072/12
TEXTO ORIGINAL	Transferência de Direitos do Autor	Contratação e Licenciamento pelo Poder Público	Sobre a Obra Audiovisual e Aspectos de sua Gestão Coletiva
§ 1º Na vigência do contrato de edição, assiste ao editor o direito de exigir que se retire de circulação edição da mesma obra feita por outrem.			
§ 2º Considera-se esgotada a edição quando restarem em estoque, em poder do editor, exemplares em número inferior a dez por cento do total da edição.			
Art. 64. Somente decorrido um ano de lançamento da edição, o editor poderá vender, como saldo, os exemplares restantes, desde que o autor seja notificado de que, no prazo de trinta dias, terá prioridade na aquisição dos referidos exemplares pelo preço de saldo.			
Art. 65. Esgotada a edição, e o editor, com direito a outra, não a publicar, poderá o autor notificá-lo a que o faça em certo prazo, sob pena de perder aquele direito, além de responder por danos.			
Art. 66. O autor tem o direito de fazer, nas edições sucessivas de suas obras, as emendas e alterações que bem lhe aprouver.			

Quadro 1 – Comparativo dos Projetos de Lei 2.910/11, 1.513/11 e 4.072/12 – Continuação

LEI Nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998	Projeto de Lei 2.910/11	Projeto de Lei 1.513/11	Projeto de Lei 4.072/12
TEXTO ORIGINAL	Transferência de Direitos do Autor	Contratação e Licenciamento pelo Poder Público	Sobre a Obra Audiovisual e Aspectos de sua Gestão Coletiva
Parágrafo único. O editor poderá opor-se às alterações que lhe prejudiquem os interesses, ofendam sua reputação ou aumentem sua responsabilidade.			
Art. 67. Se, em virtude de sua natureza, for imprescindível a atualização da obra em novas edições, o editor, negando-se o autor a fazê-la, dela poderá encarregar outrem, mencionando o fato na edição.			
Capítulo II			
Da Comunicação ao Público			
Art. 68. Sem prévia e expressa autorização do autor ou titular, não poderão ser utilizadas obras teatrais, composições musicais ou litero-musicais e fonogramas, em representações e execuções públicas.			
§ 1º Considera-se representação pública a utilização de obras teatrais no gênero drama, tragédia, comédia, ópera, opereta, balé, pantomimas e assemelhadas, musicadas ou não, mediante a participação de artistas, remunerados ou não, em locais de frequência coletiva ou pela radiodifusão, transmissão e exibição cinematográfica.			

Quadro 1 – Comparativo dos Projetos de Lei 2.910/11, 1.513/11 e 4.072/12 – Continuação

LEI Nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998	Projeto de Lei 2.910/11 Transferência de Direitos do Autor	Projeto de Lei 1.513/11 Contratação e Licenciamento pelo Poder Público	Projeto de Lei 4.072/12 Sobre a Obra Audiovisual e Aspectos de sua Gestão Coletiva
§ 2º Considera-se execução pública a utilização de composições musicais ou lítero-musicais, mediante a participação de artistas, remunerados ou não, ou a utilização de fonogramas e obras audiovisuais, em locais de frequência coletiva, por quaisquer processos, inclusive a radiodifusão ou transmissão por qualquer modalidade, e a exibição cinematográfica.			
			§2º-A. Considera-se exibição pública a utilização de obra audiovisual por meio de transmissão ou retransmissão, de qualquer natureza e sob qualquer forma, de imagens com ou sem som, radiodifusão direta ou indireta, distribuição por cabo, ondas ou outros meios, seja em locais de frequência coletiva ou não.

Quadro 1 – Comparativo dos Projetos de Lei 2.910/11, 1.513/11 e 4.072/12 – Continuação

LEI Nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998	Projeto de Lei 2.910/11	Projeto de Lei 1.513/11	Projeto de Lei 4.072/12
TEXTO ORIGINAL	Transferência de Direitos do Autor	Contratação e Licenciamento pelo Poder Público	Sobre a Obra Audiovisual e Aspectos de sua Gestão Coletiva
§ 3º Consideram-se locais de frequência coletiva os teatros, cinemas, salões de baile ou concertos, boates, bares, clubes ou associações de qualquer natureza, lojas, estabelecimentos comerciais e industriais, estádios, circos, feiras, restaurantes, hotéis, motéis, clínicas, hospitais, órgãos públicos da administração direta ou indireta, fundacionais e estatais, meios de transporte de passageiros terrestre, marítimo, fluvial ou aéreo, ou onde quer que se representem, executem ou transmitam obras literárias, artísticas ou científicas.			
§ 4º Previamente à realização da execução pública, o empresário deverá apresentar ao escritório central, previsto no art. 99, a comprovação dos recolhimentos relativos aos direitos autorais.			
§ 5º Quando a remuneração depender da frequência do público, poderá o empresário, por convênio com o escritório central, pagar o preço após a realização da execução pública.			

Quadro 1 – Comparativo dos Projetos de Lei 2.910/11, 1.513/11 e 4.072/12 – Continuação

LEI Nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998	Projeto de Lei 2.910/11	Projeto de Lei 1.513/11	Projeto de Lei 4.072/12
TEXTO ORIGINAL	Transferência de Direitos do Autor	Contratação e Licenciamento pelo Poder Público	Sobre a Obra Audiovisual e Aspectos de sua Gestão Coletiva
§ 6º O empresário entregará ao escritório central, imediatamente após a execução pública ou transmissão, relação completa das obras e fonogramas utilizados, indicando os nomes dos respectivos autores, artistas e produtores.			
§ 7º As empresas cinematográficas e de radiodifusão manterão à imediata disposição dos interessados, cópia autêntica dos contratos, ajustes ou acordos, individuais ou coletivos, autorizando e disciplinando a remuneração por execução pública das obras musicais e fonogramas contidas em seus programas ou obras audiovisuais.			
Art. 69. O autor, observados os usos locais, notificará o empresário do prazo para a representação ou execução, salvo prévia estipulação convencional.			
Art. 70. Ao autor assiste o direito de opor-se à representação ou execução que não seja suficientemente ensaiada, bem como fiscalizá-la, tendo, para isso, livre acesso durante as representações ou execuções, no local onde se realizam.			

Quadro 1 – Comparativo dos Projetos de Lei 2.910/11, 1.513/11 e 4.072/12 – Continuação

LEI Nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998	Projeto de Lei 2.910/11	Projeto de Lei 1.513/11	Projeto de Lei 4.072/12
TEXTO ORIGINAL	Transferência de Direitos do Autor	Contratação e Licenciamento pelo Poder Público	Sobre a Obra Audiovisual e Aspectos de sua Gestão Coletiva
Art. 71. O autor da obra não pode alterar-lhe a substância, sem acordo com o empresário que a faz representar.			
Art. 72. O empresário, sem licença do autor, não pode entregar a obra a pessoa estranha à representação ou à execução.			
Art. 73. Os principais intérpretes e os diretores de orquestras ou coro, escolhidos de comum acordo pelo autor e pelo produtor, não podem ser substituídos por ordem deste, sem que aquele consinta.			
Art. 74. O autor de obra teatral, ao autorizar a sua tradução ou adaptação, poderá fixar prazo para utilização dela em representações públicas.			
Parágrafo único. Após o decurso do prazo a que se refere este artigo, não poderá opor-se o tradutor ou adaptador à utilização de outra tradução ou adaptação autorizada, salvo se for cópia da sua.			
Art. 75. Autorizada a representação de obra teatral feita em co-autoria, não poderá qualquer dos co-autores revogar a autorização dada, provocando a suspensão da temporada contratualmente ajustada.			

Quadro 1 – Comparativo dos Projetos de Lei 2.910/11, 1.513/11 e 4.072/12 – Continuação

LEI Nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998	Projeto de Lei 2.910/11	Projeto de Lei 1.513/11	Projeto de Lei 4.072/12
TEXTO ORIGINAL	Transferência de Direitos do Autor	Contratação e Licenciamento pelo Poder Público	Sobre a Obra Audiovisual e Aspectos de sua Gestão Coletiva
Art. 76. É impenhorável a parte do produto dos espetáculos reservada ao autor e aos artistas.			
Capítulo III			
Da Utilização da Obra de Arte Plástica			
Art. 77. Salvo convenção em contrário, o autor de obra de arte plástica, ao alienar o objeto em que ela se materializa, transmite o direito de expô-la, mas não transmite ao adquirente o direito de reproduzi-la.			
Art. 78. A autorização para reproduzir obra de arte plástica, por qualquer processo, deve se fazer por escrito e se presume onerosa.			
Capítulo IV			
Da Utilização da Obra Fotográfica			
Art. 79. O autor de obra fotográfica tem direito a reproduzi-la e colocá-la à venda, observadas as restrições à exposição, reprodução e venda de retratos, e sem prejuízo dos direitos de autor sobre a obra fotografada, se de artes plásticas protegidas.			

Quadro 1 – Comparativo dos Projetos de Lei 2.910/11, 1.513/11 e 4.072/12 – Continuação

LEI Nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998	Projeto de Lei 2.910/11	Projeto de Lei 1.513/11	Projeto de Lei 4.072/12
TEXTO ORIGINAL	Transferência de Direitos do Autor	Contratação e Licenciamento pelo Poder Público	Sobre a Obra Audiovisual e Aspectos de sua Gestão Coletiva
§ 1º A fotografia, quando utilizada por terceiros, indicará de forma legível o nome do seu autor.			
§ 2º É vedada a reprodução de obra fotográfica que não esteja em absoluta consonância com o original, salvo prévia autorização do autor.			
Capítulo V			
Da Utilização de Fonograma			
Art. 80. Ao publicar o fonograma, o produtor mencionará em cada exemplar:			
I - o título da obra incluída e seu autor;			
II - o nome ou pseudônimo do intérprete;			
III - o ano de publicação;			
IV - o seu nome ou marca que o identifique.			
Capítulo VI			
Da Utilização da Obra Audiovisual			
Art. 81. A autorização do autor e do intérprete de obra literária, artística ou científica para produção audiovisual implica, salvo disposição em contrário, consentimento para sua utilização econômica.			
§ 1º A exclusividade da autorização depende de cláusula expressa e cessa dez anos após a celebração do contrato.			

Quadro 1 – Comparativo dos Projetos de Lei 2.910/11, 1.513/11 e 4.072/12 – Continuação

LEI Nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998	Projeto de Lei 2.910/11	Projeto de Lei 1.513/11	Projeto de Lei 4.072/12
TEXTO ORIGINAL	Transferência de Direitos do Autor	Contratação e Licenciamento pelo Poder Público	Sobre a Obra Audiovisual e Aspectos de sua Gestão Coletiva
§ 2º Em cada cópia da obra audiovisual, mencionará o produtor:			
I - o título da obra audiovisual;			
II - os nomes ou pseudônimos do diretor e dos demais co-autores;			
III - o título da obra adaptada e seu autor, se for o caso;			
IV - os artistas intérpretes;			
V - o ano de publicação;			
VI - o seu nome ou marca que o identifique.			
VII - o nome dos dubladores. (Incluído pela Lei nº 12.091, de 2009)			
Art. 82. O contrato de produção audiovisual deve estabelecer:			
I - a remuneração devida pelo produtor aos co-autores da obra e aos artistas intérpretes e executantes, bem como o tempo, lugar e forma de pagamento;			
II - o prazo de conclusão da obra;			
III - a responsabilidade do produtor para com os co-autores, artistas intérpretes ou executantes, no caso de co-produção.			

Quadro 1 – Comparativo dos Projetos de Lei 2.910/11, 1.513/11 e 4.072/12 – Continuação

LEI Nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998	Projeto de Lei 2.910/11	Projeto de Lei 1.513/11	Projeto de Lei 4.072/12
TEXTO ORIGINAL	Transferência de Direitos do Autor	Contratação e Licenciamento pelo Poder Público	Sobre a Obra Audiovisual e Aspectos de sua Gestão Coletiva
Art. 83. O participante da produção da obra audiovisual que interromper, temporária ou definitivamente, sua atuação, não poderá opor-se a que esta seja utilizada na obra nem a que terceiro o substitua, resguardados os direitos que adquiriu quanto à parte já executada.			
Art. 84. Caso a remuneração dos co-autores da obra audiovisual dependa dos rendimentos de sua utilização econômica, o produtor lhes prestará contas semestralmente, se outro prazo não houver sido pactuado.			
Art. 85. Não havendo disposição em contrário, poderão os co-autores da obra audiovisual utilizar-se, em gênero diverso, da parte que constitua sua contribuição pessoal.			
Parágrafo único. Se o produtor não concluir a obra audiovisual no prazo ajustado ou não iniciar sua exploração dentro de dois anos, a contar de sua conclusão, a utilização a que se refere este artigo será livre.			

Quadro 1 – Comparativo dos Projetos de Lei 2.910/11, 1.513/11 e 4.072/12 – Continuação

LEI Nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998	Projeto de Lei 2.910/11	Projeto de Lei 1.513/11	Projeto de Lei 4.072/12
TEXTO ORIGINAL	Transferência de Direitos do Autor	Contratação e Licenciamento pelo Poder Público	Sobre a Obra Audiovisual e Aspectos de sua Gestão Coletiva
			Art. 85-A. O artista intérprete de obra audiovisual possui o direito inalienável e irrenunciável de receber uma remuneração equitativa para todo uso das obras de audiovisual das quais participar, inclusive após cessão ou licença de direito aos produtores, pelas seguintes modalidades de exploração:
			I – Exibição pública ou radiodifusão direta ou indireta, que sejam realizadas por exibidores cinematográficos, canais de televisão aberta ou fechada e operadoras de cabo, ou em locais de frequência coletiva, nos termos do art. 68, §§ 2º-A e 3º;
			II – Disponibilização de obras por meios interativos digitais;
			III – Aluguel;
			IV- Outras modalidades de uso comercial.
			Parágrafo Único. A remuneração devida será exigível de quem leve a cabo os atos de exploração previstos nos incisos I a IV deste artigo.

Quadro 1 – Comparativo dos Projetos de Lei 2.910/11, 1.513/11 e 4.072/12 – Continuação

LEI Nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998	Projeto de Lei 2.910/11 Transferência de Direitos do Autor	Projeto de Lei 1.513/11 Contratação e Licenciamento pelo Poder Público	Projeto de Lei 4.072/12 Sobre a Obra Audiovisual e Aspectos de sua Gestão Coletiva
TEXTO ORIGINAL			<p>Art. 85-B A remuneração a que se refere o art. 85-A efetuar-se-á diretamente pelo intérprete ou por meio da gestão coletiva, na forma dos arts. 97 e 98, desta Lei, e compreenderá a negociação com os usuários, a indicação dos direitos, a arrecadação e a distribuição da remuneração correspondente, bem como qualquer outra atividade necessária para assegurar a efetividade dos direitos.</p>
			<p>§1º. São artistas intérpretes de obras audiovisuais aqueles que interpretam um papel principal, coadjuvante, secundário ou que faça parte do elenco, excluindo-se desta definição os figurantes ou extras que atuem como meras figuras de fundo ou composição cênica, sem diálogo ou papel determinado.</p>
			<p>§2º. Estão expressamente excluídos da cobrança os atos de exploração e demais usos das obras no recesso familiar; em cineclubes; para portadores de deficiências visual ou auditiva; ou para fins didáticos nos estabelecimentos de ensino, desde que não haja em nenhum dos casos o intuito de lucro.</p>

Quadro 1 – Comparativo dos Projetos de Lei 2.910/11, 1.513/11 e 4.072/12 – Continuação

LEI Nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998	Projeto de Lei 2.910/11	Projeto de Lei 1.513/11	Projeto de Lei 4.072/12
TEXTO ORIGINAL	Transferência de Direitos do Autor	Contratação e Licenciamento pelo Poder Público	Sobre a Obra Audiovisual e Aspectos de sua Gestão Coletiva
Art. 86. Os direitos autorais de execução musical relativos a obras musicais, lítero-musicais e fonogramas incluídos em obras audiovisuais serão devidos aos seus titulares pelos responsáveis dos locais ou estabelecimentos a que alude o § 3o do art. 68 desta Lei, que as exibirem, ou pelas emissoras de televisão que as transmitirem.			
Capítulo VII			
Da Utilização de Bases de Dados			
Art. 87. O titular do direito patrimonial sobre uma base de dados terá o direito exclusivo, a respeito da forma de expressão da estrutura da referida base, de autorizar ou proibir:			
I - sua reprodução total ou parcial, por qualquer meio ou processo;			
II - sua tradução, adaptação, reordenação ou qualquer outra modificação;			
III - a distribuição do original ou cópias da base de dados ou a sua comunicação ao público;			
IV - a reprodução, distribuição ou comunicação ao público dos resultados das operações mencionadas no inciso II deste artigo.			

Quadro 1 – Comparativo dos Projetos de Lei 2.910/11, 1.513/11 e 4.072/12 – Continuação

LEI Nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998	Projeto de Lei 2.910/11	Projeto de Lei 1.513/11	Projeto de Lei 4.072/12
TEXTO ORIGINAL	Transferência de Direitos do Autor	Contratação e Licenciamento pelo Poder Público	Sobre a Obra Audiovisual e Aspectos de sua Gestão Coletiva
Capítulo VIII			
Da Utilização da Obra Coletiva			
Art. 88. Ao publicar a obra coletiva, o organizador mencionará em cada exemplar:			
I - o título da obra;			
II - a relação de todos os participantes, em ordem alfabética, se outra não houver sido convencionada;			
III - o ano de publicação;			
IV - o seu nome ou marca que o identifique.			
Parágrafo único. Para valer-se do disposto no § 1º do art. 17, deverá o participante notificar o organizador, por escrito, até a entrega de sua participação.			
Título V	NÃO HOUVE ALTERAÇÃO		
Dos Direitos Conexos			
Título VI			
Das Associações de Titulares de Direitos de Autor e dos que lhes são Conexos			
			Capítulo I
			Das Associações de Titulares de Direitos de Autor e dos que lhes são Conexos.

Quadro 1 – Comparativo dos Projetos de Lei 2.910/11, 1.513/11 e 4.072/12 – Continuação

LEI Nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998	Projeto de Lei 2.910/11	Projeto de Lei 1.513/11	Projeto de Lei 4.072/12
TEXTO ORIGINAL	Transferência de Direitos do Autor	Contratação e Licenciamento pelo Poder Público	Sobre a Obra Audiovisual e Aspectos de sua Gestão Coletiva
Art. 97. Para o exercício e defesa de seus direitos, podem os autores e os titulares de direitos conexos associar-se sem intuito de lucro.			
§ 1º É vedado pertencer a mais de uma associação para a gestão coletiva de direitos da mesma natureza.			
§ 2º Pode o titular transferir-se, a qualquer momento, para outra associação, devendo comunicar o fato, por escrito, à associação de origem.			
§ 3º As associações com sede no exterior far-se-ão representar, no País, por associações nacionais constituídas na forma prevista nesta Lei.			
Art. 98. Com o ato de filiação, as associações tornam-se mandatárias de seus associados para a prática de todos os atos necessários à defesa judicial ou extrajudicial de seus direitos autorais, bem como para sua cobrança.			
Parágrafo único. Os titulares de direitos autorais poderão praticar, pessoalmente, os atos referidos neste artigo, mediante comunicação prévia à associação a que estiverem filiados.			

Quadro 1 – Comparativo dos Projetos de Lei 2.910/11, 1.513/11 e 4.072/12 – Continuação

LEI Nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998	Projeto de Lei 2.910/11	Projeto de Lei 1.513/11	Projeto de Lei 4.072/12
TEXTO ORIGINAL	Transferência de Direitos do Autor	Contratação e Licenciamento pelo Poder Público	Sobre a Obra Audiovisual e Aspectos de sua Gestão Coletiva
			Capítulo II
			Dos Escritórios de Arrecadação e Distribuição de Direitos Autorais Musicais e Audiovisuais.
Art. 99. As associações manterão um único escritório central para a arrecadação e distribuição, em comum, dos direitos relativos à execução pública das obras musicais e lítero-musicais e de fonogramas, inclusive por meio da radiodifusão e transmissão por qualquer modalidade, e da exibição de obras audiovisuais.			Art. 99. As associações manterão um único escritório central para a arrecadação e distribuição, em comum, dos direitos relativos à execução pública das obras musicais e lítero-musicais e de fonogramas, inclusive pelo seu uso em obras audiovisuais por meio da radiodifusão e transmissão por qualquer modalidade.
§ 1º O escritório central organizado na forma prevista neste artigo não terá finalidade de lucro e será dirigido e administrado pelas associações que o integrem.			
§ 2º O escritório central e as associações a que se refere este Título atuarão em juízo e fora dele em seus próprios nomes como substitutos processuais dos titulares a eles vinculados.			
§ 3º O recolhimento de quaisquer valores pelo escritório central somente se fará por depósito bancário.			

Quadro 1 – Comparativo dos Projetos de Lei 2.910/11, 1.513/11 e 4.072/12 – Continuação

LEI Nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998	Projeto de Lei 2.910/11	Projeto de Lei 1.513/11	Projeto de Lei 4.072/12
TEXTO ORIGINAL	Transferência de Direitos do Autor	Contratação e Licenciamento pelo Poder Público	Sobre a Obra Audiovisual e Aspectos de sua Gestão Coletiva
§ 4º O escritório central poderá manter fiscais, aos quais é vedado receber do empresário numerário a qualquer título.			
§ 5º A inobservância da norma do parágrafo anterior tornará o faltoso inabilitado à função de fiscal, sem prejuízo das sanções civis e penais cabíveis.			
			Art. 99-A. As associações que reúnam titulares de direitos sobre as obras audiovisuais manterão um único escritório para a arrecadação e distribuição, em comum, dos direitos relativos à cada exibição pública, emissão, transmissão e retransmissão de obras audiovisuais.
			Parágrafo Único. Não será necessário requerer autorização do artista intérprete de uso das obras de audiovisual para as explorações previstas no art. 85-A, incisos I a IV desta Lei.

Quadro 1 – Comparativo dos Projetos de Lei 2.910/11, 1.513/11 e 4.072/12 – Continuação

LEI Nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998	Projeto de Lei 2.910/11 Transferência de Direitos do Autor	Projeto de Lei 1.513/11 Contratação e Licenciamento pelo Poder Público	Projeto de Lei 4.072/12 Sobre a Obra Audiovisual e Aspectos de sua Gestão Coletiva
TEXTO ORIGINAL			Art. 99-B. Os escritórios de arrecadação e distribuição de que trata este capítulo submetem-se, exclusivamente no exercício do serviço monopolístico prestado de proteção ao direito autoral e conexos, ao interesse público da cultura, do desenvolvimento social e da transparência, conforme dispuser regulamentação do Ministério da Cultura e do Ministério da Justiça sobre o tema.
			§1º. O escritório central de arrecadação e distribuição de direitos autorais audiovisuais deverá destinar um percentual, não inferior a 10%, da sua arrecadação a ser utilizado em sua totalidade, para os seguintes fins: I – Atividades ou serviços de caráter assistencial, promovendo auxílio econômico aos artistas intérpretes que se encontrem em situações de necessidade econômica, de trabalho ou de saúde;
			II – Ações promocionais e de formação dos artistas intérpretes;
			III – Ações promocionais culturais em geral e do setor audiovisual em particular.

Quadro 1 – Comparativo dos Projetos de Lei 2.910/11, 1.513/11 e 4.072/12 – Continuação

LEI Nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998	Projeto de Lei 2.910/11	Projeto de Lei 1.513/11	Projeto de Lei 4.072/12
TEXTO ORIGINAL	Transferência de Direitos do Autor	Contratação e Licenciamento pelo Poder Público	Sobre a Obra Audiovisual e Aspectos de sua Gestão Coletiva
Art. 100. O sindicato ou associação profissional que congregue não menos de um terço dos filiados de uma associação autoral poderá, uma vez por ano, após notificação, com oito dias de antecedência, fiscalizar, por intermédio de auditor, a exatidão das contas prestadas a seus representados.			§2º. O escritório central de arrecadação e distribuição de direitos autorais audiovisuais estimulará o acesso às obras de audiovisual por meio de audiodescrição e outras modalidades de inclusão social.
Título VII			
Das Sanções às Violações dos Direitos Autorais			
Título VIII			
Disposições Finais e Transitórias			
		NÃO HOUVE ALTERAÇÃO	
		NÃO HOUVE ALTERAÇÃO	

2.2.5.2 Quadro 2 – Comparativo dos Projetos de Lei 7.325/10, 1.574/11 e 3.526/12

LEI Nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998	Projeto de Lei 7.325/10	Projeto de Lei 1.574/11	Projeto de Lei 3.526/12
TEXTO ORIGINAL	Isenção de Direitos Autorais		
Título I	NÃO HOUVE ALTERAÇÃO	NÃO HOUVE ALTERAÇÃO	
Disposições Preliminares			
Título II	NÃO HOUVE ALTERAÇÃO		
Das Obras Intelectuais			
Título III			
Dos Direitos do Autor			
Capítulo I			
Disposições Preliminares			
Capítulo II			
Dos Direitos Morais do Autor			
Capítulo III			
Dos Direitos Patrimoniais do Autor e de sua Duração			
Capítulo IV			
Das Limitações aos Direitos Autorais			
Art. 46. Não constitui ofensa aos direitos autorais:			
I - a reprodução:			
a) na imprensa diária ou periódica, de notícia ou de artigo informativo, publicado em diários ou periódicos, com a menção do nome do autor, se assinados, e da publicação de onde foram transcritos;			

Quadro 2 – Comparativo dos Projetos de Lei 7.325/10, 1.574/11 e 3.526/12 - Continuação

LEI Nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998	Projeto de Lei 7.325/10	Projeto de Lei 1.574/11	Projeto de Lei 3.526/12
TEXTO ORIGINAL	Isenção de Direitos Autorais		
b) em diários ou periódicos, de discursos pronunciados em reuniões públicas de qualquer natureza;			
c) de retratos, ou de outra forma de representação da imagem, feitos sob encomenda, quando realizada pelo proprietário do objeto encomendado, não havendo a oposição da pessoa neles representada ou de seus herdeiros;			
d) de obras literárias, artísticas ou científicas, para uso exclusivo de deficientes visuais, sempre que a reprodução, sem fins comerciais, seja feita mediante o sistema Braille ou outro procedimento em qualquer suporte para esses destinatários;			
	e) de obras musicais ou litero-musicais e registros sonoros, a partir de fonograma ou de programa radiofônico, para fins de sonorização de ambientes em que se realizem eventos sem o intuito de lucro.		
II - a reprodução, em um só exemplar de pequenos trechos, para uso privado do copista, desde que feita por este, sem intuito de lucro;			

Quadro 2 – Comparativo dos Projetos de Lei 7.325/10, 1.574/11 e 3.526/12 - Continuação

LEI Nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998	Projeto de Lei 7.325/10	Projeto de Lei 1.574/11	Projeto de Lei 3.526/12
TEXTO ORIGINAL	Isenção de Direitos Autorais		
III - a citação em livros, jornais, revistas ou qualquer outro meio de comunicação, de passagens de qualquer obra, para fins de estudo, crítica ou polêmica, na medida justificada para o fim a atingir, indicando-se o nome do autor e a origem da obra;			
IV - o apanhado de lições em estabelecimentos de ensino por aqueles a quem elas se dirigem, vedada sua publicação, integral ou parcial, sem autorização prévia e expressa de quem as ministrou;			
V - a utilização de obras literárias, artísticas ou científicas, fonogramas e transmissão de rádio e televisão em estabelecimentos comerciais, exclusivamente para demonstração à clientela, desde que esses estabelecimentos comercializem os suportes ou equipamentos que permitam a sua utilização;			
VI - a representação teatral e a execução musical, quando realizadas no recesso familiar ou, para fins exclusivamente didáticos, nos estabelecimentos de ensino, não havendo em qualquer caso intuito de lucro;			
VII - a utilização de obras literárias, artísticas ou científicas para produzir prova judiciária ou administrativa;			

Quadro 2 – Comparativo dos Projetos de Lei 7.325/10, 1.574/11 e 3.526/12 - Continuação

LEI Nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998	Projeto de Lei 7.325/10	Projeto de Lei 1.574/11	Projeto de Lei 3.526/12
TEXTO ORIGINAL	Isenção de Direitos Autorais		
VIII - a reprodução, em quaisquer obras, de pequenos trechos de obras preexistentes, de qualquer natureza, ou de obra integral, quando de artes plásticas, sempre que a reprodução em si não seja o objetivo principal da obra nova e que não prejudique a exploração normal da obra reproduzida nem cause um prejuízo injustificado aos legítimos interesses dos autores.			
Art. 47. São livres as paráfrases e paródias que não forem verdadeiras reproduções da obra originária nem lhe implicarem descrédito.			
Art. 48. As obras situadas permanentemente em logradouros públicos podem ser representadas livremente, por meio de pinturas, desenhos, fotografias e procedimentos audiovisuais.			

Quadro 2 – Comparativo dos Projetos de Lei 7.325/10, 1.574/11 e 3.526/12 - Continuação

LEI Nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998	Projeto de Lei 7.325/10	Projeto de Lei 1.574/11	Projeto de Lei 3.526/12
TEXTO ORIGINAL	Isenção de Direitos Autorais		
Capítulo V			
Da Transferência dos Direitos de Autor			
Art. 49. Os direitos de autor poderão ser total ou parcialmente transferidos a terceiros, por ele ou por seus sucessores, a título universal ou singular, pessoalmente ou por meio de representantes com poderes especiais, por meio de licenciamento, concessão, cessão ou por outros meios admitidos em Direito, obedecidas as seguintes limitações:			
I - a transmissão total compreende todos os direitos de autor, salvo os de natureza moral e os expressamente excluídos por lei;			
II - somente se admitirá transmissão total e definitiva dos direitos mediante estipulação contratual escrita;			
III - na hipótese de não haver estipulação contratual escrita, o prazo máximo será de cinco anos;			
IV - a cessão será válida unicamente para o país em que se firmou o contrato, salvo estipulação em contrário;			
V - a cessão só se operará para modalidades de utilização já existentes à data do contrato;			

Quadro 2 – Comparativo dos Projetos de Lei 7.325/10, 1.574/11 e 3.526/12 - Continuação

LEI Nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998	Projeto de Lei 7.325/10	Projeto de Lei 1.574/11	Projeto de Lei 3.526/12
TEXTO ORIGINAL	Isenção de Direitos Autorais		
VI - não havendo especificações quanto à modalidade de utilização, o contrato será interpretado restritivamente, entendendo-se como limitada apenas a uma que seja aquela indispensável ao cumprimento da finalidade do contrato.			
Art. 50. A cessão total ou parcial dos direitos de autor, que se fará sempre por escrito, presume-se onerosa.			
§ 1º Poderá a cessão ser averbada à margem do registro a que se refere o art. 19 desta Lei, ou, não estando a obra registrada, poderá o instrumento ser registrado em Cartório de Títulos e Documentos.			
§ 2º Constarão do instrumento de cessão como elementos essenciais seu objeto e as condições de exercício do direito quanto a tempo, lugar e preço.			
Art. 51. A cessão dos direitos de autor sobre obras futuras abrangerá, no máximo, o período de cinco anos.			
Parágrafo único. O prazo será reduzido a cinco anos sempre que indeterminado ou superior, diminuindo-se, na devida proporção, o preço estipulado.			

Quadro 2 – Comparativo dos Projetos de Lei 7.325/10, 1.574/11 e 3.526/12 - Continuação

LEI Nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998	Projeto de Lei 7.325/10	Projeto de Lei 1.574/11	Projeto de Lei 3.526/12
TEXTO ORIGINAL	Isenção de Direitos Autorais		
Art. 52. A omissão do nome do autor, ou de co-autor, na divulgação da obra não presume o anonimato ou a cessação de seus direitos.			
Título IV			
Da Utilização de Obras Intelectuais e dos Fonogramas			
Capítulo I			
Da Edição			
Capítulo II			
Da Comunicação ao Público			
Art. 68. Sem prévia e expressa autorização do autor ou titular, não poderão ser utilizadas obras teatrais, composições musicais ou litero-musicais e fonogramas, em representações e execuções públicas.			
§ 1º Considera-se representação pública a utilização de obras teatrais no gênero drama, tragédia, comédia, ópera, opereta, balé, pantomimas e assemelhadas, musicadas ou não, mediante a participação de artistas, remunerados ou não, em locais de frequência coletiva ou pela radiodifusão, transmissão e exibição cinematográfica.			

Quadro 2 – Comparativo dos Projetos de Lei 7.325/10, 1.574/11 e 3.526/12 - Continuação

LEI Nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998	Projeto de Lei 7.325/10	Projeto de Lei 1.574/11	Projeto de Lei 3.526/12
TEXTO ORIGINAL	Isenção de Direitos Autorais		
§ 2º Considera-se execução pública a utilização de composições musicais ou lítero-musicais, mediante a participação de artistas, remunerados ou não, ou a utilização de fonogramas e obras audiovisuais, em locais de frequência coletiva, por quaisquer processos, inclusive a radiodifusão ou transmissão por qualquer modalidade, e a exibição cinematográfica.			
§ 3º Consideram-se locais de frequência coletiva os teatros, cinemas, salões de baile ou concertos, boates, bares, clubes ou associações de qualquer natureza, lojas, estabelecimentos comerciais e industriais, estádios, circos, feiras, restaurantes, hotéis, motéis, clínicas, hospitais, órgãos públicos da administração direta ou indireta, fundacionais e estatais, meios de transporte de passageiros terrestre, marítimo, fluvial ou aéreo, ou onde quer que se representem, executem ou transmitam obras literárias, artísticas ou científicas.			
§ 4º Previamente à realização da execução pública, o empresário deverá apresentar ao escritório central, previsto no art. 99, a comprovação dos recolhimentos relativos aos direitos autorais.			

Quadro 2 – Comparativo dos Projetos de Lei 7.325/10, 1.574/11 e 3.526/12 - Continuação

LEI Nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998	Projeto de Lei 7.325/10	Projeto de Lei 1.574/11	Projeto de Lei 3.526/12
TEXTO ORIGINAL	Isenção de Direitos Autorais		
§ 5º Quando a remuneração depender da frequência do público, poderá o empresário, por convênio com o escritório central, pagar o preço após a realização da execução pública.			
§ 6º O empresário entregará ao escritório central, imediatamente após a execução pública ou transmissão, relação completa das obras e fonogramas utilizados, indicando os nomes dos respectivos autores, artistas e produtores.			
§ 7º As empresas cinematográficas e de radiodifusão manterão à imediata disposição dos interessados, cópia autêntica dos contratos, ajustes ou acordos, individuais ou coletivos, autorizando e disciplinando a remuneração por execução pública das obras musicais e fonogramas contidas em seus programas ou obras audiovisuais.			

Quadro 2 – Comparativo dos Projetos de Lei 7.325/10, 1.574/11 e 3.526/12 - Continuação

LEI Nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998	Projeto de Lei 7.325/10	Projeto de Lei 1.574/11	Projeto de Lei 3.526/12
TEXTO ORIGINAL	Isenção de Direitos Autorais		
		<p>§ 8º Estão isentas do que dispõe o caput deste artigo as associações religiosas, fundações e entidades filantrópicas sem fins lucrativos, quando da realização de eventos com a finalidade de angariar recursos para sua manutenção, funcionamento e melhoramento de suas instalações e desenvolvimento de obras sociais.</p>	<p>§8.º Ficam isentos do disposto no caput deste artigo e do respectivo recolhimento da taxa pertinente aos direitos autorais procedido pelo Escritório Central de Arrecadação e Distribuição de direitos autorais (ECAD), os eventos promovidos por entidades filantrópicas, associações sem fins lucrativos, creches, escolas e templos de qualquer culto em eventos beneficentes cuja renda seja destinada a angariar recursos para manutenção e funcionamento destas entidades.</p>
Art. 69. O autor, observados os usos locais, notificará o empresário do prazo para a representação ou execução, salvo prévia estipulação convencional.			
Art. 70. Ao autor assiste o direito de opor-se à representação ou execução que não seja suficientemente ensaiada, bem como fiscalizá-la, tendo, para isso, livre acesso durante as representações ou execuções, no local onde se realizam.			
Art. 71. O autor da obra não pode alterar-lhe a substância, sem acordo com o empresário que a faz representar.			

Quadro 2 – Comparativo dos Projetos de Lei 7.325/10, 1.574/11 e 3.526/12 - Continuação

LEI Nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998	Projeto de Lei 7.325/10	Projeto de Lei 1.574/11	Projeto de Lei 3.526/12
TEXTO ORIGINAL	Isenção de Direitos Autorais		
Art. 72. O empresário, sem licença do autor, não pode entregar a obra a pessoa estranha à representação ou à execução.			
Art. 73. Os principais intérpretes e os diretores de orquestras ou coro, escolhidos de comum acordo pelo autor e pelo produtor, não podem ser substituídos por ordem deste, sem que aquele consinta.			
Art. 74. O autor de obra teatral, ao autorizar a sua tradução ou adaptação, poderá fixar prazo para utilização dela em representações públicas.			
Parágrafo único. Após o decurso do prazo a que se refere este artigo, não poderá opor-se o tradutor ou adaptador à utilização de outra tradução ou adaptação autorizada, salvo se for cópia da sua.			
Art. 75. Autorizada a representação de obra teatral feita em co-autoria, não poderá qualquer dos co-autores revogar a autorização dada, provocando a suspensão da temporada contratualmente ajustada.			
Art. 76. É impenhorável a parte do produto dos espetáculos reservada ao autor e aos artistas.			
Capítulo III			
Da Utilização da Obra de Arte Plástica			

Quadro 2 – Comparativo dos Projetos de Lei 7.325/10, 1.574/11 e 3.526/12 - Continuação

LEI Nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998	Projeto de Lei 7.325/10	Projeto de Lei 1.574/11	Projeto de Lei 3.526/12
TEXTO ORIGINAL	Isenção de Direitos Autorais		
Capítulo IV			
Da Utilização da Obra Fotográfica			
Capítulo V			
Da Utilização de Fonograma			
Capítulo VI			
Da Utilização da Obra Audiovisual			
Capítulo VII			
Da Utilização de Bases de Dados			
Capítulo VIII			
Da Utilização da Obra Coletiva			
Título V	NÃO HOUVE ALTERAÇÃO		
Dos Direitos Conexos			
Título VI	NÃO HOUVE ALTERAÇÃO		
Das Associações de Titulares de Direitos de Autor e dos que lhes são Conexos			
Título VII	NÃO HOUVE ALTERAÇÃO		
Das Sanções às Violações dos Direitos Autorais			
Título VIII	NÃO HOUVE ALTERAÇÃO		
Disposições Finais e Transitórias			

3 MOVIMENTOS CIVIS PARA A ABERTURA DO DIREITO AUTORAL

Nos últimos anos, em especial após a virada do século, várias iniciativas questionam a validade e o modelo de proteção de direitos autorais. A tecnologia atualmente incorporada ao tráfego da informação permitiu que obras nas mais diferentes mídias fossem digitalizadas, muitas vezes até nascendo no formato digital, e difundidas pelas redes de computadores. Isso somado ao sampleamento que se iniciou na música, mas que se espalhou por outras mídias, tornou comum a produção de obras a partir de amostras ou partes de outras, como no caso dos spinoffs, que não necessariamente são produzidos pelo autor da obra original ou por fanfics que com frequência cada vez maior são o ponto de partida de obras “originais”.

Roland Barthes em “A Morte do Autor” (2004) alega que o “Scriptor” moderno, possui características diferentes do Autor. O Autor seria aquele que impregna a obra de si, o que faz com que o usuário da obra busque no Autor a essência desta, enquanto que modernamente o “Scriptor” seria aquele que nasce junto da obra, onde sua produção seria um gesto “puramente de inscrição e não de expressão” e, desta maneira, não fariam mais sentido visões como a de que a mão seria lenta demais para acompanhar seu pensamento ou paixão, uma vez que está não estaria mais presente na escrita. Assim, a obra hoje não teria mais um sentido único dado pelo que chama de Autor-Deus, mas “um espaço de dimensões múltiplas” onde fontes variadas da cultura compõe a obra.

Embora algumas iniciativas de alteração do formato de proteção dos Direitos do Autor ainda levem em consideração a concepção de autor que segundo Barthes não seria mais característica da contemporaneidade, há uma tendência, expressa no incentivo a liberação da obra, de se considerar esse Autor, morto.

3.1 Creative Commons (CC)

O Creative Commons é uma organização sem fins lucrativos, que oferece opções para o licenciamento de obras, visando que a criatividade e o conhecimento sejam compartilhados. Este sistema pretende oferecer ao autor um conjunto simples e padronizado de autorizações que permitam que pessoas usem sua obra intelectual conforme ele julgue adequado. São licenças que cobrem desde obras artísticas até a área acadêmica sem a necessidade de intermediação ou de assessoria jurídica. Com elas é possível ao autor liberar alguns usos da obra, onde

seu nome sempre deverá ser citado e ser consultado sobre os usos não liberados a cada vez que alguém queira fazê-lo.

Ainda assim, o Creative Commons não é uma alternativa aos Direitos Autorais e sim um sistema de gestão baseado nas próprias liberdades dadas pela lei. O sistema ainda oferece a possibilidade de busca de conteúdo dentro de sua base de dados de obras licenciadas através de uma ferramenta do site. (CREATIVE COMMONS, 2013, online). Esta ferramenta permite a busca de vários tipos de conteúdo disponíveis online com a opção de uso comercial ou para modificação ou citação em outras obras.

O objetivo do Creative Commons, indicado em sua Missão e Visão, é desenvolver uma estrutura técnica e jurídica que consiga maximizar o compartilhamento e a inovação, principalmente no ambiente digital e permitir a participação plena na cultura e o acesso universal à pesquisa e à educação. Desta forma acreditam estar investindo em uma nova era de desenvolvimento, crescimento e produtividade. Assim, o Creative Commons pretende construir e gerir uma estrutura sobre a qual os autores possam produzir e depositar os ‘commons digitais’.

3.1.1 Do que trata o Creative Commons:

O termo de licença Creative Commons³ é explícito em não contrariar o Direito Autoral, informando que os usos da obra além do autorizado pela licença são proibidos. Sendo assim, uma vez que o usuário tire proveito do que foi concedido pela licença, fica automaticamente obrigado a aceitar seus termos. Estes deixam claro que sua utilização não deve criar qualquer obstáculo aos usos já permitidos pelo Direito Autoral ou das exceções às proteções contidas na legislação, não afeta os direitos morais e exime o licenciante de garantias ou declarações sobre a obra, desde que a jurisdição aceite a exclusão desta garantia.

Além da expressa subordinação à legislação vigente, o Creative Commons pretende ter abrangência mundial, vedar o pagamento de *royalties* aos licenciantes, durar por todo o período de tempo aplicável pela legislação e abranger todas as mídias e formatos conhecidos ou que venham a ser criados, entretanto se exime de ser parte na licença, não oferecendo qualquer garantia sobre a obra, bem como informa não prestar qualquer tipo de serviço jurídico e adverte que não é uma licença propriamente dita, mas uma interface amigável para a Licença Jurídica.

³ Vide texto integral no anexo 2.

As modalidades de licença oferecidas⁴ tratam da reprodução livre, comum a todas as modalidades; derivação, desde que indicando as mudanças feitas; uso comercial e o licenciamento das reproduções e derivações feitas pelos usuários das obras, que são itens variáveis nas modalidades. A alternância destas permissões e exigências forma o escopo de cada licença.

As restrições impostas aos usuários das obras se limitam a incluir uma cópia da licença CC ou identificador desta em cada uma das cópias, o crédito ao autor ou autores da obra e, caso o uso desta venha a causar prejuízos, o licenciante, via de regra, não deverá responder por eles. Em vários momentos o CC apela para a razoabilidade dos usuários das obras, como ao remover créditos quando pedido e informar direitos autorais vigentes na obra.

3.1.2 Ponderações Acerca do Creative Commons

Para o diretor do curso de Design de Mídia no Piet Zwart Institute, Willem de Kooning Academie Rotterdam, Florian Cramer, o Creative Commons falha em satisfazer os critérios das licenças livres como um todo. O sistema tem recebido críticas quanto a sua fragmentação, definição de um padrão mínimo comum de liberdades e direitos garantidos aos usuários, reservando os direitos aos proprietários de direitos autorais ao invés de oferecê-los ao público. (2012, Copyfight: Pirataria & Cultura Livre).

Segundo Florian Cramer o CC possui licenças “não comerciais” que proíbem qualquer proposito de uso, “não às obras derivadas” que não permitem modificações, bem como a “Sampling Licence” e “Developing Nation License” que não permitem cópias literais. Desta forma uma obra licenciada pelo CC pode não significar nada em termos de garantias aos usuários das mesmas. Assim, o CC funcionaria apenas como uma “marca da moda” e não como uma verdadeira ferramenta de licença e compartilhamento. (CRAMER, 2012 apud HILL, 2005).

Cramer ainda cita Richard Stallman, onde este considera uma “autodesilusão” apoiar apenas algumas licenças, pois as pessoas acabariam por interpretar esse apoio de algumas como o apoio a todas as iniciativas destes sistema de licenças. Tendo ele sugerido uma mudança de rumos ao CC e este tendo declinado, sugeriu então aos seus partidários que não mais utilizem esta

⁴ Vide descrição das Licenças Creative Commons no anexo 3.

forma de licenciamento, pois colocam o que deveria ser conteúdo livre de volta às restrições do Copyright. (CRAMER, 2012 apud STALLMAN, não creditado).

“De oito milhões de fotos” postadas sob licenças CC no Flickr.com “menos de um quinto permitem livres alterações no conteúdo sob termos similares a uma licença livre. Mais do que um terço não permitem modificações nenhuma.” (CRAMER, 2012 apud, BOSWORTH, não creditado) Desta forma, ainda segundo Bosworth, a maioria do conteúdo licenciado pelo Creative Commons não pode ser utilizado de forma alguma. Entretanto, Cramer não cita as fontes de onde Bosworth conseguiu essas informações.

O CC ajuda o produtor a ter controle sobre a obra e não menciona o direito do consumidor ou contesta a divisão entre produtor e consumidor. Desta forma constituindo o CC como uma ferramenta contrária ao Commons legitimando o controle do produtor, mais do que o negando. (CRAMER, 2012 apud, KLEINER, não creditado).

De acordo com Cramer (2012, Copyright: Pirataria & Cultura Livre, p.179), na homepage da Creative Commons a distinção entre “consumidores” e “produtores” está claramente evidenciada quando apresenta dois campos de busca: “Ache música, fotos e mais” e “Publique suas coisas, seguramente e legalmente”. Ainda, segundo ele, essa separação indica uma incompreensão em relação ao CC, pois: “Licenças livres, não foram feitas para ser, e não são, uma segurança confiável contra ser processado pelo uso de material de terceiros ou marcas registradas.” (CRAMER, 2012, Copyright: Pirataria & Cultura Livre). Para ele o Creative Commons é uma licença ambígua ou “pseudolivre” (CRAMER, 2012, Copyright: Pirataria & Cultura Livre, p.182), pois colocar um trabalho sobre uma licença livre significa mais conceder do que obter usos.

3.2 Copyleft

O Copyleft é uma iniciativa que partiu do movimento GPL (General Public License), idealizado por Richard Matthew Stallman a partir do Projeto GNU da *Free Software Foundation*. Também chamada de GFDL (GNU⁵ *Free Documentation License*) foi idealizada para ser aplicada a softwares, porém também pode ser usada em qualquer outro tipo de documento escrito. Seu objetivo é a máxima difusão dos

⁵ GNU é um sistema operacional lançado pelo desenvolvedor de software e ativista Richard Matthew Stallman. O GNU foi criado com o objetivo de ser uma plataforma de computação colaborativa, onde qualquer um poderia ter acesso à sua estrutura e trabalhar livremente pelo seu aperfeiçoamento, permitindo o controle do processamento sem depender de softwares protegidos pelo Copyright.

textos permitindo a livre reprodução, estabelecendo quem é o autor do texto original e impedindo que o material caia em licenciamentos fechados.

Para Eduardo Manchón (Disponível em: http://www.amigosdolivro.com.br/lermais_materias.php?cd_materias=5658, acessado em 04/06/2013) são poucos os autores que conseguem sucesso com o licenciamento fechado. A maioria vive do prestígio obtido pelo acesso livre à suas obras, o que permite que realizem trabalhos para os quais recebem. Ele alega que existem outras formas de obter lucro com fora do sistema de licenciamento fechado e que este, na verdade, só é aproveitado por autores famosos ou a indústria que detém os direitos de cópia. Desta forma, acredita que para autores pouco conhecidos o licenciamento fechado na verdade representa uma barreira, transformando-se em um problema ao invés de uma vantagem.

O Copyleft impõe que o nome do autor original seja exposto na obra, seja na capa ou em algum outro lugar, dependendo da situação. No caso de haver modificação do conteúdo original deve ser indicado claramente o que foi mudado pelo segundo autor e o que é original e, obviamente, o que foi distribuído como Copyleft não pode ser distribuído através de licenças fechadas, ainda que tenha sofrido modificações por outro autor. Entretanto, para Monchón (Disponível em: http://www.amigosdolivro.com.br/lermais_materias.php?cd_materias=5658, acessado em 04/06/2013), o Copyleft entende que uma licença livre não significa obrigatoriamente que o documento seja gratuito. Um documento licenciado através do Copyleft pode ser comercializado e, uma vez adquirido, pode ser copiado livremente.

Monchón declara ainda que no caso de alguém se apropriar de um artigo publicado através de Copyleft, ao atingir notoriedade, pode ser facilmente desmascarado e que “Se não o obtiver, mesmo que não seja caçado, não será motivo de dores de cabeça.” Legalmente o Copyleft funciona como um tipo de Copyright onde é permitida a livre reprodução do conteúdo da obra com as condições já mencionadas. Anexo à obra licenciada através do Copyleft deve haver um texto indicando nome do autor, ano da obra e liberando a distribuição e modificação de acordo com os termos da GFDL.

Desta forma o Copyleft tem permitido que vários artigos estejam na internet e se propaguem por outros sites, bem como se incorporem como material dos mais variados cursos. Considerando que não há necessidade de pagar os

direitos do autor, a tradução dessas obras é facilitada abrindo campo na internet para línguas minoritárias e ainda que sejam livres, vários usuários pedem permissão para uso de matérias, o que possibilita a avaliação da repercussão deles na rede.

Ainda segundo Monchón, embora o Copyleft pareça idealista no contexto atual, ele acredita que o sistema também tem vantagens práticas. O Copyleft se sustenta da ideia de que qualquer conhecimento está baseado em um conhecimento anterior e, portanto, limitar a cópia é limitar a geração de novos conhecimentos. Sendo a geração de conhecimento benéfica para a melhoria da sociedade, banir a cópia é dificultar o acesso discriminando pessoas que por qualquer motivo não possam adquirir as obras.

3.3 Copyjustright e Copyfarleft

Uma vez que, segundo Dmytri Kleiner (2012), o Copyleft não permite comercialização, o Copyjustright surge para criar mais categorias e subcategorias de forma a permitir que obras derivadas possam funcionar dentro de um regime de propriedade. Assim, ainda segundo ele, o Copyjustright funcionaria como uma versão mais flexível do Copyright. Para Kleiner, os artistas, que via de regra negociam suas obras em troca, no máximo, da sua subsistência, dispõem apenas do direito de transferir sua propriedade para aqueles que utilizam o Direito Autoral como forma de especulação, sem produzir novas obras, formando uma classe de proprietários dos direitos das obras. E isso ainda, quando essa classe considera do seu interesse adquirir esses direitos.

Kleiner, entretanto argumenta que:

Os ganhos provenientes de atividades não relacionadas com o copyright e mesmo não artísticas representam uma importante fonte de receitas para a maioria dos criadores” (apud Martin Kretschmer, 2006).

Segundo a pesquisa de Kretschmer, informada por Kleiner, o valor repassado aos autores no Reino Unido em 1994 foi em média de 84 libras. Desta forma, nenhum dos dispositivos de controle de direitos de autor seria capaz de garantir riqueza para os artistas e outros trabalhadores associados a esse comércio enquanto classe.

Para Kleiner, para fazer com que o Copyleft tenha real potencial transformador, ele deveria converter-se em Copyfarleft, onde necessariamente os trabalhadores seriam os proprietários do meio de produção. As licenças não deveriam ter um único grupo de termos para todos os envolvidos e sim regras

diferentes para cada classe. Um grupo para aqueles que trabalham no Commons e na propriedade coletiva e outro para o trabalho assalariado e a propriedade privada.

Assim, uma obra licenciada sob o Copyfarleft ofereceria livre acesso a uma cooperativa de trabalhadores, que poderia reproduzir, modificar e distribuir livremente, mas vedaria o livre acesso de empresas privadas a essa reserva comum. Dentre as iniciativas do Copyleft, a tendência a esse tipo de diferenciação tem sido uma tendência.

Contudo, para que seja possível criar termos endógenos⁶ comuns, as próprias obras devem se encontrar no commons e, desde que os autores reservem o direito a ganhar dinheiro com ela e impeçam outros produtores baseados no commons de o fazer, a obra não pode de modo algum ser considerada como estando no commons. Trata-se de uma obra privada. (Kleiner, 2012)

Desta forma, as licenças Copyfarleft deveriam possibilitar o uso comercial de obras oriundas do commons e ao mesmo tempo impedir que se obtivesse lucro através da exploração de trabalho assalariado, na medida em que obrigue aqueles que se utilizam deste trabalho a dividir os dividendos com os autores das obras.

3.4 ⒶRobinRight

Numa alusão ao herói mítico inglês Robin Hood, que roubava dos ricos para dar aos pobres, o ⒶRobinRight pretende que todo o direito sobre a obra seja de propriedade exclusiva do autor, que deveria conceder licença para uso e comunicação ao público apenas à pessoas físicas e sem fins comerciais, obrigando os demais usos a reverterem parte de seus lucros para o autor e assim garantir sua máxima: “De Graça Para Quem Precisa, Pago Para Quem Pode E Deve Pagar.” (www.robinright.org)

O ⒶRobinRight está baseado na intenção de que:

“a produção intelectual é propriedade reservada do seu autor. O uso econômico ou comercial total ou parcial é completamente vedado para pessoas jurídicas sem a autorização prévia e expresso do autor. Sendo previamente liberado a pessoas físicas, porém livre tão somente para o uso e reprodução sem fins comerciais ou econômicos daquelas que não o distribuam sob quaisquer forma ou condições às pessoas jurídicas de direito público ou privado, nem auferam ou propiciem a terceiros nenhum tipo de vantagem econômica por meio da obra, sua reprodução, distribuição ou veiculação.” (VINICIUS, 2012)

Desta forma o ⒶRobinRight permite que o usuário da obra a copie para seu uso pessoal ou distribua livremente a obra, desde que os receptores destas

⁶ Licenças endógenas seriam as teoricamente “não comerciais”, que teriam origem no commons e tem seu uso autorizado. Por outro lado, às licenças exógenas, que teriam origem fora do commons não tem seu acesso liberado, a menos que seus autores assim permitissem.

cópias não sejam pessoas jurídicas, mesmo entidades filantrópicas ou outras ainda que sem fins lucrativos e que não tenha qualquer tipo de recompensa financeira por conta desta distribuição. Assim, qualquer pessoa jurídica ou outra que deseje fazer uso comercial da obra depende de autorização do autor, sendo as pessoas jurídicas consideradas da mesma forma que pelo Copyright.

No caso de pessoas físicas, o [@RobinRight](#) é muito semelhante ao Copyleft, com a diferença de que o [@RobinRight](#) não permite a distribuição ou prestação de serviço baseado na obra, ainda que gratuito para as pessoas jurídicas. Desta forma procura impedir que o trabalho de quem está na ponta seja entregue a entidades fictícias que irão repassar ganhos de alguma natureza a seus controladores que efetivamente não contribuíram para a produção daquele bem.

Segundo Marcus Vinícius (2012), essa é uma característica que o Copyleft e outras iniciativas de cunho não comercial deixam de propiciar aos autores. Quando um autor renuncia a propriedade de sua obra, procura em última instância um bem comum. Entretanto isso não veda que uma entidade lucre sobre essa obra, deixando sua iniciativa descoberta e a sociedade vulnerável a esse tipo de ação. Essas iniciativas não impedem que o trabalho seja explorado fornecendo inteiramente sem custos a quem explora as obras material para comercialização.

Ainda segundo Marcus Vinicius, o autor deve ser remunerado e somente aquele que não cria, estando restrito a copiar, pode não perceber esta realidade. Alega ainda que nem toda a obra é simples derivação. Em muitos casos a própria originalidade é a contradição das obras que estão disponíveis e essa inovação muitas vezes cobra um alto preço de seus idealizadores. Isso indica que não devemos incorrer nos erros de libertários de séculos passados, que ao não acreditar na propriedade privada não tomaram as precauções necessárias para que outros não se apropriassem de tudo o que era comum.

Por este pensamento ele dá mérito às iniciativas de Copyleft, onde se insere o [@RobinRight](#). Não se tratam de utopias, mas de experimentos que buscam a realização de suas intenções de forma concreta. Desta forma situa o [@RobinRight](#):

“O RobinRight é, portanto, um contrato simples entre os autores e os usuários: copyleft para usos não econômicos, ou institucionais; e copyright para todos os demais. Para uso empresarial não é de graça. Se for distribuído por ou para empresas também não. Se for para uso governamental não é gratuito, se for distribuído para entidades

governamentais ou publicas também não. Gratuito só se for para uso pessoal.” (Marcus Vinícius, Copyright)

3.5 Quadro Comparativo entre os Movimentos de Abertura

DIREITOS	CREATIVE COMMONS	COPYLEFT	COPYFARLEFT	©ROBINRIGHT
Distribuir a Obra Original	Liberado em todas as modalidades desta licença	Liberado sob qualquer aspecto desta licença	Liberado dentro do Commons. Fora dele depende da autorização do Autor da obra original	Liberado para Pessoas Físicas desde que não o façam a serviço de uma Pessoa Jurídica
Utilizar em Obras Derivadas	Liberação facultada ao Autor da obra original de acordo com a modalidade de licença escolhida	Liberado sob qualquer aspecto desta licença	Liberado dentro do Commons. Fora dele depende da autorização do Autor da obra original	As referências não deixam claro
Obter Lucro	Liberação facultada ao Autor da obra original de acordo com a modalidade de licença escolhida	Proibido sob qualquer aspecto desta licença	Liberado dentro do Commons. Fora dele depende da autorização do Autor da obra original	O Autor pode obter lucro apenas de Pessoas Jurídicas ou de Pessoas Físicas a serviço de Pessoas Jurídicas
Licenciamento das Obras Derivadas	Liberação facultada ao Autor da obra original de acordo com a modalidade de licença escolhida	Todas as obras derivadas devem estar sob o mesmo licenciamento	Todas as obras derivadas devem estar sob o mesmo licenciamento	As referências não deixam claro
Remunerar do Autor da Obra Original	O Autor não é remunerado em nenhuma modalidade de licença	O Autor não é remunerado sob qualquer aspecto desta licença	Todo o lucro obtido na negociação das obras é dividido dentro do Commons	O Autor pode obter lucro apenas de Pessoas Jurídicas ou de Pessoas Físicas a serviço de Pessoas Jurídicas
Atribuir o Nome do Autor da Obra Original	O nome do Autor deve sempre ser atribuído	O nome do Autor deve sempre ser atribuído	O nome do Autor deve sempre ser atribuído	O nome do Autor deve sempre ser atribuído

4 CONVERGÊNCIAS E DIVERGÊNCIAS ENTRE PROJETOS DE LEI E MOVIMENTOS DE ABERTURA

Com o surgimento da necessidade da criação de dispositivos legais de proteção à propriedade intelectual, quando da recusa de inúmeros inventores em participar da *International Exhibition of Inventions* em Viena no ano de 1873, houve uma sequência de convenções para tratar e elaborar o funcionamento destes dispositivos. (WIPO, What's WIPO)

A Convenção de Berna foi o primeiro desses dispositivos a ser adotado internacionalmente em 1886, tendo sido seguido de uma série de outras convenções e tratados que ao longo dos quase 130 anos que se seguiram visaram adaptar o Direito Autoral no âmbito mundial de acordo com as mudanças sociais e a evolução tecnológica. (WIPO, Berne Convention for the Protection of Literary and Artistic Works)

Desde a Convenção de Berna, apenas para tratar do Direito Autoral, foram realizados formalmente outras oito grandes convenções internacionais. A Convenção de Paris de 1896, a de e Berlim em 1908, que foi completada em Berna em 1914 e as revisões de Roma em 1928, Bruxelas em 1948, Estocolmo em 1967 e finalmente outra em Paris em 1971, que foi emendada em 1979. Em 1967 a Convenção passou a ser administrada pela *World Intellectual Property Organization* (WIPO), que foi incorporada às Nações Unidas em 1974. (Casa do Autor Brasileiro, 2013)

Embora possamos ter a noção de que a questão da autoria e da proteção oferecida pelo Direito Autoral seja pétrea, essas informações mostram a necessidade de discussões e mudanças frequentes que ocorrem em torno do tema.

Entre o final do século XX e o início do século XXI temos experimentado uma aceleração deste processo devido à grande disseminação das redes comunicacionais que ocorre em função da grande aplicação de recursos voltada para o desenvolvimento da tecnologia da informação e sua difusão.

Essa aceleração resulta em uma maior demanda de alterações no direito de forma a atender as relações sociais geradas pela disseminação das obras, que deve ser balanceada com a necessidade de estimular sua produção, intenção primeira de todas as iniciativas propostas desde a Convenção de Berna.

Em tese, essas alterações deveriam ir ao encontro das intenções manifestadas pela população, conforme dita o parágrafo único do primeiro artigo da

Constituição Brasileira: “Todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta Constituição”. (BRASIL, 1988)

Por outro lado, nacional e internacionalmente há um número crescente de movimentos que também buscam promover mudanças na Propriedade Intelectual e em especial no Direito Autoral, foco deste trabalho.

Muitas dessas iniciativas procuram pôr em xeque a validade do modelo de proteção dos Direitos Autorais com base no uso que tem sido dado à tecnologia que é hoje largamente utilizada no tráfego de informação. Essa tecnologia tem permitido que cada vez mais obras sejam convertidas de sua forma analógica original em um formato digital caracterizado pela grande facilidade não só de sua conversão, mas de armazenamento, transporte, transmissão, consumo e consequente utilização em outras obras derivadas.

Além disso, atualmente, inúmeras obras já são concebidas dentro deste modelo tecnológico digital e, portanto, sujeitas às mesmas características de interação. Dentro deste novo modelo baseado na tecnologia digital tem sido cada vez mais difícil regular o uso dado tanto às obras originais quanto às obras derivadas, bem como o próprio controle dos ganhos financeiros obtidos sobre ambas.

A condição de autor, como aquele que concebe algo único, original e inteiramente tirado de si, tendo em vista o surgimento de obras baseadas em outras, além de escritos e pesquisas anteriores, começa a se fragilizar. Isso abre margem para argumentos de que uma vez que a obra original se tornou virtualmente impossível, dada a imbricação cultural e facilidade e proliferação de acesso à informação, o que um autor cria não pode mais ser considerado dele. Músicas e vídeos sampleados são postados diariamente aos terabytes na internet e livros como “50 tons de cinza” de E. L. James, confessadamente originado de uma *fanfic* sua sobre a série “Crepúsculo”, de Stephenie Meyer viram base para esses argumentos.

Visto desta forma, e embasados por pensamentos como o de Roland Barthes, o autor enquanto figura responsável pela obra estaria morto e as mudanças ou até a extinção da proteção autoral seriam justificadas e bem vindas do ponto de vista da humanidade como consumidora de bens culturais.

4.1 Movimentos Legais

Com base nos Projetos de Lei tramitando na Câmara dos Deputados até o dia 17 de maio de 2013 foi possível identificar quatro assuntos relacionados à Lei do Direito Autoral.

Garantias da Manutenção do Direito Autoral para o Autor

A proposta do Deputado Luciano de Souza visa aumentar a proteção ao direito do autor, assegurando melhorar o controle deste sobre sua obra. Ele argumenta que os autores brasileiros de um modo geral sofrem por estar em uma relação desequilibrada dentro do mercado de produtos culturais no Brasil. Diante da força da indústria desses bens, que a cada dia se torna mais especializada e abrangente, o autor seria parte fraca no momento da transferência de seus direitos patrimoniais.

O projeto visa justamente diminuir esse desnível dando ao autor a oportunidade de estar mais bem assistido no momento de firmar contratos que envolvam suas obras e, caso essa assistência não seja eficaz ele tenha a possibilidade de reverter a situação, ainda que em um momento futuro. Isso estaria fundamentado pelos princípios de igualdade, justiça, segurança e bem estar social.

O dispositivo da lei em que incide a alteração está localizado dentro do Título III, que trata de todos os Direitos do Autor, no capítulo V, onde é tratada a Transferência dos Direitos de Autor especificamente, nos artigos 49, 50, 51 e 52. Dentro do artigo 49, que cria a possibilidade de transmissão dos direitos, o deputado propõe a alteração da redação do inciso II, onde retira a palavra “definitiva” e acrescenta a obrigação de vigência máxima de 5 anos, ao fim dos quais, o direito patrimonial da obra voltaria para seu autor. Ainda no mesmo artigo, no inciso III, ao invés da redação que estipulava o máximo de 5 anos para a cessão e conflitava com a palavra “definitivo” constante na redação antiga do inciso II, passa a vigorar uma redação que permite a renovação da transmissão dos direitos, sob uma nova negociação.

Além das alterações propostas para o artigo 49, o Deputado insere um novo artigo, o 49A, que obriga a presença de advogados das duas partes, sob a pena de nulidade do contrato de transferência. Como condições desta representação impõe que as partes não podem ter o mesmo representante e nem possuírem representantes ligados sob qualquer aspecto.

Essas alterações tiram a possibilidade antes presente na lei, que os compradores do direito patrimonial sobre a obra possam mantê-la de forma permanente e garantem uma representação técnica no momento da formalização da negociação e, como a representação não é uma garantia de que será bem sucedida para o autor, a limitação de tempo e obrigatoriedade de renegociação para renovação favorece que melhores condições sejam obtidas mais adiante. Isso beneficia ainda o próprio comprador do direito, pois não sendo a obra tão procurada como era esperado, mas havendo ainda intenção de manter o direito de exploração, este ainda pode ser renegociado para valores mais baixos. Da mesma forma que se a obra obtiver mais sucesso do que o que tinha sido imaginado anteriormente, obriga o mercado a remunerar proporcionalmente o autor.

Isenção de Pagamento de Direitos Autorais

Há três projetos de lei na Câmara que visam a isenção de algumas entidades da obrigação do pagamento de direitos autorais.

O Deputado Lupércio Ramos alega que a cobrança de Direitos Autorais limita o acesso das pessoas a eventos culturais que se realizem de forma gratuita, pois ainda que não tenha fins lucrativos, o Direito Autoral deve ser pago na execução de obras em ambiente público. Desta forma, a entidade que realiza o evento, para torna-lo gratuito, deveria pagar o Direito Autoral referente às obras que fossem executadas e arcar com este gasto, que seria tirado ou de seus fundos ou dos valores ganhos com o evento em si ou ainda obrigariam o evento a não ser mais gratuito.

A alteração proposta incide sobre o dispositivo da lei também localizado dentro do Título III, que trata de todos os Direitos do Autor, mas no capítulo IV, onde tratada Das Limitações dos Direitos Autorais através dos artigos 46, 47 e 48. No artigo 46, a proposta insere uma alínea (e) no primeiro inciso, o qual trata dos tipos de reprodução onde não é devido o pagamento de Direitos Autorais. Esta alínea permite que na sonorização de ambientes onde se realizem eventos sem intuito de lucro, obras possam ser executadas livremente.

Desta forma, a lei passaria a isentar o pagamento dos Direitos Autorais nesse tipo de evento, entretanto é importante salientar que não há limitação quanto à entidade. Pessoas naturais ou jurídicas, desde que em um evento sem

objetivo de lucro, estariam liberadas para disseminar essas obras sem a necessidade de uma contrapartida ao autor.

Já na proposta do Deputado Henrique Oliveira a isenção recairia sobre as fundações, associações religiosas e filantrópicas. Em seu entendimento, essas entidades promovem festas beneficentes que geram divisas que mantêm suas obras sociais que atendem a funções originariamente do Estado. Embora o pagamento de Direitos Autorais tenha uma função social, na medida em que estimula a produção de propriedade intelectual, essas obras sociais também atendem a sociedade e o não pagamento de Direitos nesse caso promoveria um balanceamento entre o benefício social direto da obra e o indireto dado pela remuneração do autor.

Nesse caso, o dispositivo da lei a ser alterado está localizado no Título IV, que trata Da Utilização de Obras Intelectuais e dos Fonogramas, dentro do Capítulo II, que trata Da Comunicação ao Público, mudando este dispositivo ao inserir um parágrafo ao artigo 68. O novo parágrafo, o oitavo, isenta as associações religiosas, fundações e entidades filantrópicas sem fins lucrativos, mas apenas quando estiverem realizando de eventos que gerem fundos para manutenção, funcionamento e melhoramento de suas instalações e desenvolvimento de obras sociais.

O projeto do Deputado Onofre Santo Agostini também visa dar isenção a algumas entidades quando em determinadas ações e não somente às ações em si. Entretanto, no rol de entidades beneficiadas, são acrescentadas creches, escolas e templos de qualquer culto, que teriam também grande dificuldade de se manter em funcionamento e a não remuneração dos autores nesses casos não causaria impacto significativos nos seus ganhos.

O dispositivo da lei alterado é o mesmo, localizado no Capítulo II do Título IV, acrescentando também o parágrafo oitavo ao artigo 68. Nesta versão do parágrafo oitavo, o referencial para o não pagamento de Direitos Autorais é o ECAD, mencionado explicitamente, além do acréscimo das entidades mencionadas acima e sem mencionar que o evento seja voltado para fins beneficentes, se limitando à manutenção e funcionamento das entidades.

Contratação e Licenciamento pelo Poder Público

O projeto do Deputado Paulo Teixeira procura fazer alterações de lei que equilibrem o sistema onde agem a remuneração do autor e o acesso às obras por ele produzidas. Embora a LDA tenha o objetivo de estimular essa produção, o pagamento de direitos autorais dificulta o acesso da sociedade a elas.

O projeto visa então que obras que tenham sido produzidas com financiamento público não tenham direitos patrimoniais reservados aos autores, sendo reguladas através de licenças livres. Da mesma forma, o projeto pretende liberar para a sociedade obras que não despertaram o interesse do mercado de bens culturais, permitindo a livre reprodução de obras esgotadas e não reeditadas ou estrangeiras que cujos direitos para tradução não tenham sido adquiridos. Um terceiro aspecto do projeto seria a liberação da obrigação de remuneração do autor de obras acadêmicas fruto de programas públicos de pós-graduação.

A alteração proposta incide sobre o texto da lei localizado, como no projeto do Deputado Lupércio Ramos embora com objetivo bastante diferente, dentro do capítulo IV, que trata Das Limitações dos Direitos Autorais, no Título III, que engloba todos os Direitos do Autor.

No caso desta alteração, o artigo 46 também recebe no seu primeiro inciso mais uma alínea, a “e”, que enumera obras que, não tendo fins lucrativos e sejam destinadas ao ensino, não sejam obrigadas a pagar direitos autorais. Além disso, muda a redação do inciso II, onde a redação antiga permitia apenas a reprodução de pequenos trechos para uso privado do copista, desde que feito por ele, para uma mais ampla que permite a reprodução integral para fins didáticos ou não comerciais. Outro aspecto do projeto do Deputado Paulo Teixeira é que além das alterações textuais da LDA, a aprovação do projeto em si cria mais alguns conceitos dentro do Direito Autoral.

O Recurso Educacional seria a obra que tivesse sido produzida para esse fim e estes poderiam ser de livros a jogos, desde que obedecendo a esse preceito e que estaria regulado através de uma licença livre que permite o uso por terceiros para divulgação ou obras derivadas desde que creditado o autor, sem que, no entanto, possa haver fins lucrativos da obra original ou derivada. As características desta forma de licenciamento apontam tacitamente para algumas modalidades vistas no terceiro capítulo deste trabalho, o que indica uma afinidade,

ainda que parcial, deste projeto com alguns movimentos de abertura do Direito Autoral.

O projeto impõe ainda que seja prevista a compra dos Direitos Patrimoniais da obra para que esta possa ser posteriormente licenciada da forma descrita quando licitada a contratação para a produção destes Recursos Educacionais. O projeto veda o licenciamento exclusivo a entes privados de obras intelectuais subvencionadas pela União, Estados e Municípios, bem como aquelas produzidas por servidores públicos sob regime de dedicação exclusiva sendo estas obrigadas também a ficarem disponibilizadas sobre o mesmo tipo de licença livre. Nesses casos o projeto ainda admite o licenciamento exclusivo por até um ano, se este impedir a publicação comercial. Mais uma característica dos tipos de licença tratados no capítulo 3 desta monografia.

O projeto em si trata ainda do padrão técnico do repositório e da forma com que essas obras pertencentes aos Recursos Educacionais ficariam disponíveis para o acesso público, sempre tratando, mais uma vez, tanto o padrão técnico usado no repositório quanto a licença do seu conteúdo através de licenças livres.

Gestão Coletiva da Obra Audiovisual

O projeto de lei do Deputado Rogério Carvalho visa a inclusão do reconhecimento de autores que no momento não são considerados na composição de obras audiovisuais. A gestão coletiva dos direitos sobre essas obras atualmente não permite a inclusão de atores, dubladores, bailarinos e dançarinos, entre outros participantes.

Dadas essas distorções identificadas pelo parlamentar, seu projeto de lei corrigiria esses problemas incluindo as categorias no rol das que fazem jus a Direitos Patrimoniais e alterando o sistema de gestão coletiva dos direitos autorais das obras audiovisuais e sua relação com o Ministério da Cultura e o Ministério da Justiça ajudando a coibir práticas abusivas que tiram o crédito da gestão e indiretamente desestimulam a produção intelectual por tornar ineficiente o dispositivo de retribuição ao autor. A diversificação e liberdade de associação às entidades de gestão de direitos criadas pelo projeto produziriam ainda uma melhoria do próprio sistema de gestão coletiva. O projeto busca ainda reformular algumas definições e tornar mais clara a redação do texto anterior.

Este é o projeto de lei ativo que promove a alteração mais extensa na LDA. Ele age sobre os Capítulos II e IV do Título IV, que trata Da Utilização de Obras Intelectuais e dos Fonogramas. Somado a isso, cria ainda no Título VI, que trata Das Associações de Titulares de Direitos de Autor e dos que lhes são Conexos, o Capítulo I e o Capítulo II redistribuindo artigos, mudando algumas redações. No artigo 68, localizado no capítulo II do título IV, o projeto insere o parágrafo 2-A, onde é feita a caracterização da exibição pública de obra audiovisual, não prevista na redação anterior.

Em seguida, no capítulo IV do mesmo título, os artigos 85-A e 85-B são inseridos. O artigo 85-A oferece ao intérprete da obra audiovisual direito patrimonial irrenunciável e inalienável, listando em seus incisos as modalidades de uso que ensejam o pagamento de direitos, enquanto o artigo 85-B é reestruturado o relacionamento do autor com as entidades de gestão coletiva, que passam a ser obrigadas a negociar vários aspectos do uso da obra e sua forma de arrecadação e distribuição da remuneração, regulando através de seus parágrafos as participações na obra audiovisuais a serem representadas por essas entidades e os casos onde não poderão fazer cobrança de direitos.

No título VI os artigos 97 e 98, que criam as associações de titulares de Direitos de Autor e dos que lhes são conexos, são inseridos ao capítulo um, criado pelo projeto de lei e dedicado a este assunto. No mesmo título, os capítulos de 99 a 100 ficam sobre outro novo capítulo, o II que trata dos escritórios de arrecadação de Direitos Autorais voltados para o mercado musical e audiovisual.

Nesse último caso, são inseridos pelo projeto de lei os artigos 99-A e 99-B. O primeiro indica que cada associação criada pelos capítulos anteriores fica limitada a manter um único escritório central para arrecadação e distribuição dos direitos, enquanto o segundo submete esses escritórios aos Ministérios da Cultura e Justiça e impõe o uso de parte de sua arrecadação para atividades que recompensem de forma mais ampla a classe artística e estimulem o consumo de obras audiovisuais.

4.2 Nos Movimentos de Abertura

Os principais movimentos de modificação do Direito Autoral, listados no capítulo 3 expõem alguns dos vetores de mudança deste cenário.

Creative Commons

Como todos os movimentos de abertura da propriedade intelectual, o objetivo do Creative Commons é promover o compartilhamento da criatividade e do conhecimento. Ele oferece ao autor uma forma de licenciamento simples que permite indicar aos usuários das obras o que pode ou não ser feito com elas, de acordo com a sua vontade.

Este movimento coloca-se como uma interface amigável entre o autor e a legislação autoral, onde oferece de forma simples o que já é previsto por ela, de maneira que, independente do que seja ofertado pela licença, não contraria nenhuma parte da lei. Para o usuário não autor, ele funciona como uma base de dados de obras que podem ser acessadas de acordo com a licença aplicada.

O ponto comum de todas as licenças é que o autor renuncia ao direito patrimonial sobre a obra, de forma que os usuários, independente do que sejam autorizados a fazer, não devem qualquer retribuição ao autor, que não seja a manutenção do vínculo de seu nome, pseudônimo ou marca distintiva a ela.

Há outros pontos, opcionais, oferecidos por este sistema de licenciamento ao autor. O mais polêmico é a possibilidade de fazer ou não uso comercial da obra, o que só encontra par no movimento [@RobinRight](#) e é amplamente condenado pelos outros, que pregam a livre utilização. Além desta opção o autor pode autorizar ou não que sua obra seja utilizada em obras derivadas e obrigar que seja distribuída sob o mesmo regime de licença ou não.

Assim este sistema de licenciamento vai desde a liberação total da obra, que pode ser livremente modificada, ainda que quem o faça tenha ganhos financeiros com isso, até a distribuição gratuita obrigatória sem direito a modificação, que é considerada como sendo apenas divulgação do material. Entretanto, a não obrigação deste tipo de licença em liberar a obra do uso econômico, a coloca à margem dos sistemas de licenciamento que normalmente impõe a livre utilização por parte dos usuários como meta.

Copyleft

Iniciado em um movimento ligado a softwares, mas atualmente aplicável a qualquer tipo de obra, o Copyleft parte do princípio que o autor, salvo raras exceções, não tem ganhos com o sistema de licenciamento fechado, sendo este benéfico apenas para aqueles que podem e se interessam em adquirir para

explorar os Direitos Patrimoniais. Assim entende que o licenciamento fechado na verdade serve apenas para prejudicar o autor e não para trazer para ele qualquer tipo de benefício. Com base nisso, este licenciamento pretende promover a maior divulgação possível do material licenciado.

Por ter sido iniciado de um projeto de sistema operacional, onde toda a programação era aberta justamente para permitir a interferência de outros usuários, pois o conhecimento humano estaria sempre baseado em um conhecimento anterior, o Copyleft entende que a derivação das obras originais é desejável e serve para melhoria da obra original, contribuindo com a humanidade. Esse conjunto de ideias faz ainda que o Copyleft seja o maior crítico do sistema de licenciamento Creative Commons.

Como em todos os sistemas de licenciamento, tanto abertos quanto fechados, ele impõe a identificação do autor da obra original e obriga que os usuários que produzam obras derivadas identifiquem ainda suas alterações, marcando o que faz parte da obra primeira e o que é alteração.

Sendo, portanto, uma ferramenta de divulgação de obras sem custo para os usuários, o Copyleft tem sido responsável por manter e difundir vários trabalhos inclusive levando os textos a línguas minoritárias da internet, por não haver necessidade de pagamento de direitos para o autor ao serem traduzidos e redistribuídos.

Copyjustright e Copyfarleft

Esses movimentos são extrapolações do Copyright e do Copyleft. Em relação ao Copyright, o Copyjustright viria para trazer mais categorias e subcategorias às obras, permitindo a difusão de criações ainda dentro de um regime de propriedade. Desta forma ele seria uma versão mais flexível do sistema de licenciamento fechado. Ainda assim os ganhos obtidos com o licenciamento fechado não seriam significativos para a maioria dos autores.

Já o Copyfarleft é uma reflexão sobre o Copyleft, onde os trabalhadores seriam também os que reproduzem e controlam o comércio de suas obras. As licenças não tem apenas um viés de proteção e sim regras diferentes para cada classe, semelhandando-se ao [Ⓐ]RobinRight neste aspecto. Para os autores situados dentro do Commons de produção, a propriedade e o lucro sobre as obras seria coletivo permitindo inclusive a derivação. Já para o mercado fora da

comunidade produtora, em especial para empresas que podem vir a lucrar com a obra, o acesso não seria livre.

ⒶRobinRight

Essa proposta faz uma mistura de iniciativas descritas anteriormente. O funcionamento se baseia na liberdade de uso por parte de toda e qualquer pessoa física, desde que sem finalidade de lucro.

O uso por parte de pessoas jurídicas de qualquer natureza e para qualquer finalidade deve ser remunerado ou expressamente autorizado pelo autor, sendo que o uso por pessoa física estando esta prestando serviço à pessoa jurídica também tem a liberação vedada, pois, elas visam estritamente lucro e não necessitam de desenvolvimento pessoal. Existem apenas para repassar os ganhos de seu funcionamento às pessoas físicas que compõe seu quadro social, sem nenhuma transferência ou geração de conhecimento nesse processo, nem interno nem social.

O ⒶRobinRight tem a intenção de garantir o acesso das pessoas no sentido de promover seu desenvolvimento enquanto consumidores de produtos culturais. Essa garantia se daria através da gratuidade oferecida a todos que movimentaria vários tipos de ganhos dos mais privilegiados aos menos.

4.3 Quadros Comparativos entre os Projetos de Lei e os Vetores Apontados pelos Movimentos de Abertura dos Direitos Autorais

4.3.1 Quadro 3 – Comparativo dos Projetos de Lei 2.910/11, 1.513/11 e 4.072/12 e os Vetores Apontados pelos Movimentos de Abertura dos Direitos Autorais

VETORES DOS MOVIMENTOS DE ABERTURA	Projeto de Lei 2.910/11 Transferência dos Direitos do Autor	Projeto de Lei 1.513/11 Contratação e Licenciamento pelo Poder Público	Projeto de Lei 4.072 Sobre a Obra Audiovisual e Aspectos de sua Gestão Coletiva
Distribuir a Obra Original	Não tratado	Obras que recebem verbas públicas devem estar licenciadas por Licenças Livres	Não tratado
Utilizar em Obras Derivadas	Não tratado	Obras que recebem verbas públicas podem ser utilizadas para outras obras de mesmo fim	Não tratado
Obter Lucro	Não tratado	Obras que recebem verbas públicas não podem ser utilizadas para fins lucrativos	Não tratado
Licenciamento das Obras Derivadas	Não tratado	Obras que recebem verbas públicas devem estar sob licenças livres	Não tratado
Remunerar do Autor da Obra Original	Não tratado	A remuneração do autor deve estar prevista no edital de contratação, quando for o caso	Não tratado
Atribuir o Nome do Autor da Obra Original	Não tratado	Não tratado	Não tratado

4.3.2 Quadro 4 – Comparativo dos Projetos de Lei 7.325/10, 1.574/11 e 3.526/12 e os Vetores Apontados pelos Movimentos de Abertura dos Direitos Autorais

VETORES DOS MOVIMENTOS DE ABERTURA	Projeto de Lei 7.325/10	Projeto de Lei 1.574/11	Projeto de Lei 3.526/12
	Isenção de Direitos Autorais		
Distribuir a Obra Original	Autorizada a execução pública em eventos sem fins lucrativos	Autorizada a execução pública para associações religiosas, fundações e entidades filantrópicas sem fins lucrativos em eventos com finalidade de angariar recursos para sua manutenção, funcionamento e melhoramento de suas instalações e desenvolvimento de obras sociais	Autorizada a execução pública para entidades filantrópicas, associações sem fins lucrativos, creches, escolas e templos em eventos beneficentes que visem angariar recursos para sua manutenção e funcionamento
Utilizar em Obras Derivadas	Não tratado	Não tratado	Não tratado
Obter Lucro	Não permitido pelo Projeto de Lei	Não permitido pelo Projeto de Lei	Não permitido pelo Projeto de Lei
Licenciamento das Obras Derivadas	Não tratado	Não tratado	Não tratado
Remunerar do Autor da Obra Original	Não tratado	Não tratado	Não tratado
Atribuir o Nome do Autor da Obra Original	Não tratado	Não tratado	Não tratado

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os movimentos de abertura dos Direitos Autorais possuem vetores que não apontam para os mesmos lugares, apresentando argumentos que em vários momentos divergem e coincidem.

5.1 Conflitos e Consonâncias

Como ponto comum defendido por todos os movimentos de abertura do Direito Autoral está a maior difusão das obras intelectuais, de forma que o conhecimento e a cultura possam ser acessados de maneira mais livre por uma parcela cada vez maior da humanidade.

Entretanto, a forma como isso deve ser atingido muda de acordo com cada uma das correntes. As mais conservadoras facultam ao autor decidir sobre o uso comercial de sua obra e sobre o aproveitamento da mesma em obras derivadas enquanto as mais liberais pregam que a obra não deve ser comercializada e livremente usada por outros em novas obras.

Como exemplo de iniciativas com viés mais conservador está o Creative Commons. Embora todas as licenças oferecidas impliquem que o autor abra mão de qualquer ganho sobre suas obras, permite em algumas opções que ao serem reproduzidas seus copistas recebam por elas.

Outra iniciativa que autoriza o ganho sobre as obras é o Copyfarleft. Este modelo de licença implica que os autores sejam também donos dos meios de reprodução da obra e em conjunto componham uma comunidade de autores. Dentro desta comunidade, o licenciamento permitiria que todos os seus componentes usassem livremente, para ganho ou como parte de outras obras, as que foram concebidas dentro do grupo. Fora dele os direitos seriam reservados, sendo vedado o uso livre.

O [@RobinRight](#) é mais um dos tipos de licença que permite o comércio das obras licenciadas, mas com limites. Nesta modalidade o uso por parte de pessoas físicas, desde que não haja nenhum tipo de ganho decorrente do uso, é livre, porém, para pessoas jurídicas, com qualquer intenção, o uso não é livre, dependendo de liberação do autor.

Todos esses modelos oferecem mais liberdade de uso, entretanto reconhecem como legítimo o direito do autor ter ganhos sobre suas obras.

O sistema restante, o Copyleft, não confere nenhum direito patrimonial ao autor da obra. Ao adotar esta licença o autor, da mesma forma que nas outras licenças, abre mão do direito patrimonial de sua obra e todos os que vierem a ter acesso a ela poderão copiar, distribuir e modificar livremente, com a condição de o façam sem nenhum tipo de cobrança e sendo suas obras baseadas em um original licenciado pelo Copyleft, estas deverão ter também o mesmo tipo de licença.

Dentre os Projetos de Lei analisados, apenas o do Deputado Paulo Teixeira foi receptivo à questão das licenças livres e sua aplicação. O projeto propõe que alguns produtos culturais, batizados por ele de Recursos Educacionais, tendo recebido alguma forma de financiamento público, sejam disponibilizadas através desse tipo de licença. Ainda assim, isso não caracteriza a liberação da propriedade intelectual sem algum retorno ao autor, uma vez que houve prévia transferência de recursos ou contratação com esta intenção específica ou consequente.

As outras propostas do item 2.2.2 tratam da disponibilização dos bens culturais, mas apenas para fins específicos. Determinadas condições ou entidades teriam direito de utilizar material protegido por Direito Autoral sem obrigação de pagamento. Em todos esses casos, o objetivo é a difusão de bens culturais para o uso de entidades que, em tese, exercem funções sociais.

Desta forma haveria por parte destas propostas uma compensação ainda dentro do espírito da Lei. Devemos lembrar que esta foi concebida para atender às demandas internacionais que surgiram do desinteresse por parte daqueles que geram a propriedade intelectual em produzir. Esta produção é interesse de toda a humanidade, pois é responsável pela melhoria de nosso modo e da nossa expectativa de vida e pela difusão da nossa cultura e pensamento. Uma vez que esta proteção tem como fim uma melhoria social, considera-se justo que as entidades com o mesmo fim fiquem isentas.

Portanto, ainda que nesses casos o autor não receba a proteção original da Lei, a proposta reconhece a necessidade desta proteção, apenas identifica casos em que a função social da propriedade intelectual pode atuar de forma diferenciada.

Os demais projetos de lei seguem no sentido oposto ao dos sistemas de licenciamento livre.

A proposta do Deputado Luciano de Souza Castro funciona inteiramente dentro do sistema de licenciamento fechado, procurando assegurar ainda mais firmemente a posição do autor como beneficiário principal do Direito Autoral.

Da mesma forma, a proposta do Deputado Rogério Carvalho cria ainda mais categorias de autores beneficiados pelo Direito Autoral mudando inclusive a forma de gestão desses direitos de forma a obrigar que as entidades gestoras o façam com mais transparência.

Em relação ao uso comercial, este reverte somente para autor no [@RobinRight](#), que defende que os ganhos sobre a propriedade intelectual sejam de sua propriedade exclusiva. No Copyfarleft o resultado da negociação de uma obra é permitido, entretanto reverte para todo o Commons a que pertence o autor e não para ele individualmente, enquanto o Creative Commons, quando admite o uso comercial, o faz apenas para os usuários das obras, pois parte do pressuposto que ao aderir à licença, o autor abriu mão de ser recompensado por ela individualmente, sendo que a única licença em que o uso comercial é totalmente banido é o Copyleft.

Outra demanda dos sistemas de licença livre é a questão da derivação das obras. Neste ponto, o Copyleft, e por uma questão de proveniência, o Copyfarleft e o [@RobinRight](#), concordam que a obra deva ser alterada ou compor outra obra derivada. No caso do Copyleft, esta autorização é dada a todos os usuários, enquanto no Copyfarleft apenas àqueles que fazem parte do mesmo Commons onde a obra foi concebida. No [@RobinRight](#) são beneficiadas todas as pessoas físicas sem intenção de lucro. Apenas no Creative Commons a decisão sobre derivação recai sempre sobre o autor independente da destinação da obra.

Diferente da questão patrimonial, esta é uma decisão mais ligada à paternidade da obra e, pesando os argumentos dos sistemas de licenciamento, fica claro que os modelos que retiram do autor a liberdade de decisão sobre a derivação tendem a considerar a criação da propriedade intelectual mais como fruto da sucessão de consumo de cultural e reprodução do que da individualidade do autor.

Entretanto, apesar disso, existe um ponto comum a todos os sistemas de licenças livres e que faz parte ainda de todos os sistemas de licenciamento fechado. A atribuição de autoria.

Em todos os sistemas é sempre obrigatória a inserção do nome do autor da obra original. Quando ocorre a derivação, o nome deste não é substituído pelo nome do novo autor, mas consta junto com o dele e, a priori, deve ser mencionado o que é original e o que é derivação na obra.

Identificados esses vetores, pode-se deduzir que os pontos de convergência entre a lei e os movimentos de abertura são poucos e essencialmente esses dois elementos tendem a seguir caminhos opostos.

5.2 O Lugar do Autor

Tendo por base as propostas dos sistemas de licenciamento livre, podemos dizer que compartilham a ideia de que a autoria é essencialmente reprodução. Uma vez que o conhecimento é gradual e cumulativo e, para a continuidade do seu desenvolvimento, uma geração depende do conhecimento produzido pela geração anterior.

Segundo Foucault (2009) a escrita teria se libertado da expressão e da interioridade. Ela se encerraria em si mesma ficando mais ligada à interpretação do leitor do que propriamente pelo significado que se tenha querido dar a ela no momento de sua composição.

Desta forma Foucault defende que o autor, em especial contemporaneamente, é na verdade um conjunto de características muito mais relacionadas ao texto e à significação que este tem no tempo do que ao indivíduo que o concebeu. Já Chartier (1999) considera que:

“A cultura escrita é inseparável dos gestos violentos que a reprimem. Antes mesmo que fosse reconhecido o direito do autor sobre sua obra, a primeira afirmação de sua identidade esteve ligada à censura e à interdição dos textos tidos como subversivos pelas autoridades religiosas ou políticas.” (CHARTIER, 1999)

Também para Agamben (2007), esse alguém desaparecido, que tem sua existência contestada, realmente não existindo tornaria sem sentido a própria tese da sua não existência. Agamben considera ainda que existam duas noções que frequentemente são confundidas. O autor como indivíduo real e a função autor, da qual Foucault estaria efetivamente tratando.

“Ela se fundamenta na distinção entre duas noções que frequentemente são confundidas: o autor como indivíduo real, que ficará rigorosamente fora de campo, e a [p.56] função-autor, a única na qual Foucault concentrará toda a sua análise.” (Agamben, 2007)

Fazendo uma correspondência com os vetores apresentados pelos Projetos de Lei e pelos movimentos de abertura dos Direitos Autorais, pode se inferir que estes tratam da condição da autoria como uma função que casualmente está sendo exercida por alguém denominado autor, enquanto que a Lei está dirigida para o autor como um indivíduo, de onde a obra se originou.

Para o Deputado Rogério Carvalho é clara a tendência mundial de não se remunerar outros intérpretes de obras audiovisuais, o que indica um movimento no sentido de reconhecer ainda mais o direito de indivíduos sobre obras, o que personaliza ainda mais a condição da autoria. Quando da apresentação de seu projeto, argumentou com conferências internacionais que à época estavam por vir justamente com a mesma intenção, indicando mudanças na legislação de países como Alemanha, Dinamarca, Espanha, França, Itália, Portugal, Argentina, Chile, Colômbia, Equador, México, Paraguai, Peru, Uruguai, entre outros, corroborando que pelo menos em relação à lei o lugar do autor irá ficar cada vez menos vago. No entendimento do Deputado Paulo Teixeira:

“Uma legislação que produza concentração demasiada de titulares de direito autoral e encareça excessivamente o acesso à criatividade pode acabar por limitar de maneira desarrazoada a produção de expressões do espírito por gerações futuras” (TEIXEIRA, 2011)

Desta forma torna-se necessário encontrar um meio termo que balanceie o reconhecimento e o estímulo à produção de bens intelectuais abrindo margem para que estes possam ser acessados pela humanidade de uma forma geral.

5.3 Sobre os Movimentos de Abertura

Tendo em vista que, essencialmente, os movimentos de abertura de Direitos Autorais surgiram inicialmente de movimentos ligados aos softwares, como o Copyleft e que o principal fator desencadeador de mudança desses dispositivos é a facilidade de reprodução e difusão das obras através da internet é importante frisar que quando se alega que o direito a informação e cultura deve ser garantido à humanidade devemos nos perguntar a que parcela estamos nos referindo, pois, em que pese a necessidade de distribuição igualitária da cultura, é necessário relativizar

o que seria esse igual. Segundo dados da Cisco Systems⁷, apenas em 2017 a internet alcançará metade da população mundial. (disponível em <http://www.tecmundo.com.br/internet/40852-metade-da-populacao-mundial-deve-ter-acesso-a-internet-ate-2017.htm>. Acessado em 16/06/2013). Desta forma, precisamos deixar claro que tornar as obras domínio público dando a “todos” livre acesso é um discurso que, atualmente, não chega nem à metade da humanidade.

Outro aspecto é que nos movimentos de abertura, quando tratam da alteração da legislação sobre os direitos do autor mencionam apenas a parte patrimonial. Todo o conjunto de regras relativo à paternidade das obras, sua relação com a identidade subjetiva do autor e defesa desta por parte de herdeiros e do Estado, não é contestada nem por parte dos Projetos de Lei nem por parte dos movimentos de abertura. Entretanto, se a autoria está perdendo força e o autor está simplesmente compilando materiais de um caldo cultural a que ele tem acesso, e por isso não deveria ter direitos de ganhos sobre ele, por que a paternidade deveria ser tratada diferente? Ou de outra forma: porque a paternidade das obras ainda é preservada e apenas a questão financeira está sendo questionada?

Se o tempo confirmar que o papel do autor está realmente restrito apenas à esta compilação, o rumo tomado pela legislação precisará ser revisto e seremos obrigados a considerar que as palavras “autor” e “autoria”, bem como o conceito de paternidade de uma obra não comportam mais o que está sendo produzido hoje como bem intelectual.

⁷ A Cisco Systems é uma das principais empresas multinacionais na área de equipamentos de rede, cuja principal atividade é o oferecimento de soluções em produtos e serviços para redes e comunicações tanto corporativas quanto particulares.

6 REFERÊNCIAS

AGAMEN, Giorgio. **Profanações**. Tradução de Selvino José Assmann. São Paulo: Boitempo, 2007. P. 55-63.

AGOSTINI, Onofre S. **Projeto de Lei 3.526/12**. Câmara dos Deputados, 2012.

(Online:

<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=973971&filename=PL+3526/2012>)

BARTHES, Roland. **O Rumor da Língua**. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

BELISÁRIO, Adriano e **TARIM**, Bruno (org). Copyfight: Pirataria & Cultura Livre. Rio de Janeiro: Ed. Beco do Azougue, 2012. 270 páginas.

BRANCAGLIONE, Marcus Vinícius. **AROBINRIGHT**. In: **BELISÁRIO**, Adriano e **TARIM**, Bruno (org). Copyfight: Pirataria & Cultura Livre. Rio de Janeiro: Ed. Beco do Azougue, 2012. p. 155-158

BRASIL. **Brasil no exterior: Atos internacionais**. Disponível em:

<<http://www.brasil.gov.br/sobre/o-brasil/brasil-no-exterior/atos-internacionais>>

Acesso em: 16/06/2013

BRASIL. **Código Penal – Decreto-Lei Nº 2.848**. Brasília, DF, 1940 (online:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/Del2848.htm>)

BRASIL. **Constituição (1988)**. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF, Senado, 1988 (online:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/ConstituicaoCompilado.htm>)

BRASIL. **Lei de Direito Autoral (LDA) – Lei Nº 9.610**. Brasília, DF, 1998 (online:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9610.htm>)

CARVALHO, Rogério. **Projeto de Lei 4.072/12**. Câmara dos Deputados, 2012.

(Online:

<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1002097&filename=PL+4072/2012>)

CASA DO AUTOR BRASILEIRO. **Proteção Internacional ao Direito de Autor**.

Disponível em: <<http://www.casadoautorbrasileiro.com.br/direito-autoral/convencao-de-berna>> Acesso em: 16/06/2013

CASTRO, Luciano S. **Projeto de Lei 2.910/11**. Câmara dos Deputados, 2011.

(Online:

<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra;jsessionid=CF910FDC83FD05A36448FF51A5E26A3D.node2?codteor=950472&filename=PL+2910/2011>)

COPYLEFT. Disponível em: <<http://www.copyleftsolutions.com/>> Acesso em:

04/06/2013

CRAMER, Florian. **O mal-entendido do Creative Commons**. In: **BELISÁRIO**, Adriano e **TARIM**, Bruno (org). Copyfight: Pirataria & Cultura Livre. Rio de Janeiro: Ed. Beco do Azougue, 2012. p. 177-185

CREATIVE COMMONS. Disponível em: <<http://creativecommons.org.br/>> Acesso em: 01/06/2013

ECAD. O que é Direito Autoral? Disponível em:

<<http://www.ecad.org.br/ViewController/publico/conteudo.aspx?codigo=48>> Acesso em: 01/06/2013

FOUCAULT, Michel. Ditos e escritos III: Estética: Literatura e pintura, música e cinema. Tradução de Inês Autran Dourado Barbosa. São Paulo, SP: Editora Forense. 2009.

GNU. About the GNU Operating System. Disponível em:

<<http://www.gnu.org/gnu/about-gnu.html>> Acesso em: 13/06/2013

KLEINER, Dmytri. Nem Copyleft, nem Copyright, nem Creative Commons: Copyfarleft. Tradução de Miguel Caetano. Disponível em:

<<http://www.remixtures.com/2007/07/nem-copyleft-nem-copyright-nem-creative-commons-copyfarleft/>> Acesso em: 13/06/2013

MACHÓN, Eduardo. O que é copyleft? Amigos do Livro. Disponível em:

<http://www.amigosdolivro.com.br/lermais_materias.php?cd_materias=5658>

Acesso em: 04/06/2013.

OLIVEIRA, Henrique. Projeto de Lei 1.574/11. Câmara dos Deputados, 2011. (Online:

<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=888601&filename=PL+1574/2011>)

PORTAL 50 TONS. Stephenie Meyer fala sobre Cinquenta tons de cinza e fanfics. Disponível em:

<<http://portal50tons.com.br/2013/03/09/stephenie-meyer-fala-sobre-cinquenta-tons-de-cinza-e-fanfics/>> Acesso em: 16/06/2013

RAMOS, Lupércio. Projeto de Lei 7.325/10. Câmara dos Deputados, 2010. (Online:

<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=768069&filename=PL+7325/2010>)

ROBINRIGHT. De Graça para Quem Precisa, Pago para Quem Pode e Deve Pagar. Disponível em: <<http://robinright.org/>> Acesso em: 13/06/2013

STALLMAN, Richard Matthew. A Serious Bio. Disponível em:

<<http://www.stallman.org/#serious>> Acesso em: 13/06/2013

TECMUNDO. Metade da População Mundial deve ter Acesso à Internet até 2017. Disponível em:

<<http://www.tecmundo.com.br/internet/40852-metade-da-populacao-mundial-deve-ter-acesso-a-internet-ate-2017.htm>> Acesso em: 16/06/2013

TEIXEIRA, Paulo. Projeto de Lei 1.513/11. Câmara dos Deputados, 2011. (Online:

http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=881434&filename=PL+1513/2011>)

WIPO. What's WIPO. Disponível em: <<http://www.wipo.int/about-wipo/en/>> Acesso em: 01/06/2013

WIPO. Berne Convention for the Protection of Literary and Artistic Works. Disponível em:

<<http://www.wipo.int/export/sites/www/treaties/en/documents/pdf/berne.pdf>>

Acesso em: 01/06/2013



Presidência da República
Casa Civil
Subchefia para Assuntos Jurídicos

ANEXO 1

LEI Nº 9.610, DE 19 DE FEVEREIRO DE 1998.

Mensagem de veto

Altera, atualiza e consolida a legislação sobre direitos autorais e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Título I

Disposições Preliminares

Art. 1º Esta Lei regula os direitos autorais, entendendo-se sob esta denominação os direitos de autor e os que lhes são conexos.

Art. 2º Os estrangeiros domiciliados no exterior gozarão da proteção assegurada nos acordos, convenções e tratados em vigor no Brasil.

Parágrafo único. Aplica-se o disposto nesta Lei aos nacionais ou pessoas domiciliadas em país que assegure aos brasileiros ou pessoas domiciliadas no Brasil a reciprocidade na proteção aos direitos autorais ou equivalentes.

Art. 3º Os direitos autorais reputam-se, para os efeitos legais, bens móveis.

Art. 4º Interpretam-se restritivamente os negócios jurídicos sobre os direitos autorais.

Art. 5º Para os efeitos desta Lei, considera-se:

I - publicação - o oferecimento de obra literária, artística ou científica ao conhecimento do público, com o consentimento do autor, ou de qualquer outro titular de direito de autor, por qualquer forma ou processo;

II - transmissão ou emissão - a difusão de sons ou de sons e imagens, por meio de ondas radioelétricas; sinais de satélite; fio, cabo ou outro condutor; meios óticos ou qualquer outro processo eletromagnético;

III - retransmissão - a emissão simultânea da transmissão de uma empresa por outra;

IV - distribuição - a colocação à disposição do público do original ou cópia de obras literárias, artísticas ou científicas, interpretações ou execuções fixadas e fonogramas, mediante a venda, locação ou qualquer outra forma de transferência de propriedade ou posse;

V - comunicação ao público - ato mediante o qual a obra é colocada ao alcance do público, por qualquer meio ou procedimento e que não consista na distribuição de exemplares;

VI - reprodução - a cópia de um ou vários exemplares de uma obra literária, artística ou científica ou de um fonograma, de qualquer forma tangível, incluindo qualquer armazenamento permanente ou temporário por meios eletrônicos ou qualquer outro meio de fixação que venha a ser desenvolvido;

VII - contrafação - a reprodução não autorizada;

VIII - obra:

a) em co-autoria - quando é criada em comum, por dois ou mais autores;

b) anônima - quando não se indica o nome do autor, por sua vontade ou por ser desconhecido;

c) pseudônima - quando o autor se oculta sob nome suposto;

d) inédita - a que não haja sido objeto de publicação;

e) póstuma - a que se publique após a morte do autor;

f) originária - a criação primígena;

g) derivada - a que, constituindo criação intelectual nova, resulta da transformação de obra originária;

h) coletiva - a criada por iniciativa, organização e responsabilidade de uma pessoa física ou jurídica, que a publica sob seu nome ou marca e que é constituída pela participação de diferentes autores, cujas contribuições se fundem numa criação autônoma;

i) audiovisual - a que resulta da fixação de imagens com ou sem som, que tenha a finalidade de criar, por meio de sua reprodução, a impressão de movimento, independentemente dos processos de sua captação, do suporte usado inicial ou posteriormente para fixá-lo, bem como dos meios utilizados para sua veiculação;

IX - fonograma - toda fixação de sons de uma execução ou interpretação ou de outros sons, ou de uma representação de sons que não seja uma fixação incluída em uma obra audiovisual;

X - editor - a pessoa física ou jurídica à qual se atribui o direito exclusivo de reprodução da obra e o dever de divulgá-la, nos limites previstos no contrato de edição;

XI - produtor - a pessoa física ou jurídica que toma a iniciativa e tem a responsabilidade econômica da primeira fixação do fonograma ou da obra audiovisual, qualquer que seja a natureza do suporte utilizado;

XII - radiodifusão - a transmissão sem fio, inclusive por satélites, de sons ou imagens e sons ou das representações desses, para recepção ao público e a transmissão de sinais codificados, quando os meios de decodificação sejam oferecidos ao público pelo organismo de radiodifusão ou com seu consentimento;

XIII - artistas intérpretes ou executantes - todos os atores, cantores, músicos, bailarinos ou outras pessoas que representem um papel, cantem, recitem, declamem, interpretem ou executem em qualquer forma obras literárias ou artísticas ou expressões do folclore.

Art. 6º Não serão de domínio da União, dos Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios as obras por eles simplesmente subvencionadas.

Título II

Das Obras Intelectuais

Capítulo I

Das Obras Protegidas

Art. 7º São obras intelectuais protegidas as criações do espírito, expressas por qualquer meio ou fixadas em qualquer suporte, tangível ou intangível, conhecido ou que se invente no futuro, tais como:

I - os textos de obras literárias, artísticas ou científicas;

II - as conferências, alocuções, sermões e outras obras da mesma natureza;

III - as obras dramáticas e dramático-musicais;

IV - as obras coreográficas e pantomímicas, cuja execução cênica se fixe por escrito ou por outra qualquer forma;

V - as composições musicais, tenham ou não letra;

VI - as obras audiovisuais, sonorizadas ou não, inclusive as cinematográficas;

VII - as obras fotográficas e as produzidas por qualquer processo análogo ao da fotografia;

VIII - as obras de desenho, pintura, gravura, escultura, litografia e arte cinética;

IX - as ilustrações, cartas geográficas e outras obras da mesma natureza;

X - os projetos, esboços e obras plásticas concernentes à geografia, engenharia, topografia, arquitetura, paisagismo, cenografia e ciência;

XI - as adaptações, traduções e outras transformações de obras originais, apresentadas como criação intelectual nova;

XII - os programas de computador;

XIII - as coletâneas ou compilações, antologias, enciclopédias, dicionários, bases de dados e outras obras, que, por sua seleção, organização ou disposição de seu conteúdo, constituam uma criação intelectual.

§ 1º Os programas de computador são objeto de legislação específica, observadas as disposições desta Lei que lhes sejam aplicáveis.

§ 2º A proteção concedida no inciso XIII não abarca os dados ou materiais em si mesmos e se entende sem prejuízo de quaisquer direitos autorais que subsistam a respeito dos dados ou materiais contidos nas obras.

§ 3º No domínio das ciências, a proteção recairá sobre a forma literária ou artística, não abrangendo o seu conteúdo científico ou técnico, sem prejuízo dos direitos que protegem os demais campos da propriedade imaterial.

Art. 8º Não são objeto de proteção como direitos autorais de que trata esta Lei:

I - as idéias, procedimentos normativos, sistemas, métodos, projetos ou conceitos matemáticos como tais;

II - os esquemas, planos ou regras para realizar atos mentais, jogos ou negócios;

III - os formulários em branco para serem preenchidos por qualquer tipo de informação, científica ou não, e suas instruções;

IV - os textos de tratados ou convenções, leis, decretos, regulamentos, decisões judiciais e demais atos oficiais;

V - as informações de uso comum tais como calendários, agendas, cadastros ou legendas;

VI - os nomes e títulos isolados;

VII - o aproveitamento industrial ou comercial das idéias contidas nas obras.

Art. 9º À cópia de obra de arte plástica feita pelo próprio autor é assegurada a mesma proteção de que goza o original.

Art. 10. A proteção à obra intelectual abrange o seu título, se original e inconfundível com o de obra do mesmo gênero, divulgada anteriormente por outro autor.

Parágrafo único. O título de publicações periódicas, inclusive jornais, é protegido até um ano após a saída do seu último número, salvo se forem anuais, caso em que esse prazo se elevará a dois anos.

Capítulo II

Da Autoria das Obras Intelectuais

Art. 11. Autor é a pessoa física criadora de obra literária, artística ou científica.

Parágrafo único. A proteção concedida ao autor poderá aplicar-se às pessoas jurídicas nos casos previstos nesta Lei.

Art. 12. Para se identificar como autor, poderá o criador da obra literária, artística ou científica usar de seu nome civil, completo ou abreviado até por suas iniciais, de pseudônimo ou qualquer outro sinal convencional.

Art. 13. Considera-se autor da obra intelectual, não havendo prova em contrário, aquele que, por uma das modalidades de identificação referidas no artigo anterior, tiver, em conformidade com o uso, indicada ou anunciada essa qualidade na sua utilização.

Art. 14. É titular de direitos de autor quem adapta, traduz, arranja ou orchestra obra caída no domínio público, não podendo opor-se a outra adaptação, arranjo, orquestração ou tradução, salvo se for cópia da sua.

Art. 15. A co-autoria da obra é atribuída àqueles em cujo nome, pseudônimo ou sinal convencional for utilizada.

§ 1º Não se considera co-autor quem simplesmente auxiliou o autor na produção da obra literária, artística ou científica, revendo-a, atualizando-a, bem como fiscalizando ou dirigindo sua edição ou apresentação por qualquer meio.

§ 2º Ao co-autor, cuja contribuição possa ser utilizada separadamente, são asseguradas todas as faculdades inerentes à sua criação como obra individual, vedada, porém, a utilização que possa acarretar prejuízo à exploração da obra comum.

Art. 16. São co-autores da obra audiovisual o autor do assunto ou argumento literário, musical ou lítero-musical e o diretor.

Parágrafo único. Consideram-se co-autores de desenhos animados os que criam os desenhos utilizados na obra audiovisual.

Art. 17. É assegurada a proteção às participações individuais em obras coletivas.

§ 1º Qualquer dos participantes, no exercício de seus direitos morais, poderá proibir que se indique ou anuncie seu nome na obra coletiva, sem prejuízo do direito de haver a remuneração contratada.

§ 2º Cabe ao organizador a titularidade dos direitos patrimoniais sobre o conjunto da obra coletiva.

§ 3º O contrato com o organizador especificará a contribuição do participante, o prazo para entrega ou realização, a remuneração e demais condições para sua execução.

Capítulo III

Do Registro das Obras Intelectuais

Art. 18. A proteção aos direitos de que trata esta Lei independe de registro.

Art. 19. É facultado ao autor registrar a sua obra no órgão público definido no *caput* e no [§ 1º do art. 17 da Lei nº 5.988, de 14 de dezembro de 1973](#).

Art. 20. Para os serviços de registro previstos nesta Lei será cobrada retribuição, cujo valor e processo de recolhimento serão estabelecidos por ato do titular do órgão da administração pública federal a que estiver vinculado o registro das obras intelectuais.

Art. 21. Os serviços de registro de que trata esta Lei serão organizados conforme preceitua o [§ 2º do art. 17 da Lei nº 5.988, de 14 de dezembro de 1973](#).

Título III

Dos Direitos do Autor

Capítulo I

Disposições Preliminares

Art. 22. Pertencem ao autor os direitos morais e patrimoniais sobre a obra que criou.

Art. 23. Os co-autores da obra intelectual exercerão, de comum acordo, os seus direitos, salvo convenção em contrário.

Capítulo II

Dos Direitos Morais do Autor

Art. 24. São direitos morais do autor:

I - o de reivindicar, a qualquer tempo, a autoria da obra;

II - o de ter seu nome, pseudônimo ou sinal convencional indicado ou anunciado, como sendo o do autor, na

utilização de sua obra;

III - o de conservar a obra inédita;

IV - o de assegurar a integridade da obra, opondo-se a quaisquer modificações ou à prática de atos que, de qualquer forma, possam prejudicá-la ou atingi-lo, como autor, em sua reputação ou honra;

V - o de modificar a obra, antes ou depois de utilizada;

VI - o de retirar de circulação a obra ou de suspender qualquer forma de utilização já autorizada, quando a circulação ou utilização implicarem afronta à sua reputação e imagem;

VII - o de ter acesso a exemplar único e raro da obra, quando se encontre legitimamente em poder de outrem, para o fim de, por meio de processo fotográfico ou assemelhado, ou audiovisual, preservar sua memória, de forma que cause o menor inconveniente possível a seu detentor, que, em todo caso, será indenizado de qualquer dano ou prejuízo que lhe seja causado.

§ 1º Por morte do autor, transmitem-se a seus sucessores os direitos a que se referem os incisos I a IV.

§ 2º Compete ao Estado a defesa da integridade e autoria da obra caída em domínio público.

§ 3º Nos casos dos incisos V e VI, ressalvam-se as prévias indenizações a terceiros, quando couberem.

Art. 25. Cabe exclusivamente ao diretor o exercício dos direitos morais sobre a obra audiovisual.

Art. 26. O autor poderá repudiar a autoria de projeto arquitetônico alterado sem o seu consentimento durante a execução ou após a conclusão da construção.

Parágrafo único. O proprietário da construção responde pelos danos que causar ao autor sempre que, após o repúdio, der como sendo daquele a autoria do projeto repudiado.

Art. 27. Os direitos morais do autor são inalienáveis e irrenunciáveis.

Capítulo III

Dos Direitos Patrimoniais do Autor e de sua Duração

Art. 28. Cabe ao autor o direito exclusivo de utilizar, fruir e dispor da obra literária, artística ou científica.

Art. 29. Depende de autorização prévia e expressa do autor a utilização da obra, por quaisquer modalidades, tais como:

I - a reprodução parcial ou integral;

II - a edição;

III - a adaptação, o arranjo musical e quaisquer outras transformações;

IV - a tradução para qualquer idioma;

V - a inclusão em fonograma ou produção audiovisual;

VI - a distribuição, quando não intrínseca ao contrato firmado pelo autor com terceiros para uso ou exploração da obra;

VII - a distribuição para oferta de obras ou produções mediante cabo, fibra ótica, satélite, ondas ou qualquer outro sistema que permita ao usuário realizar a seleção da obra ou produção para percebê-la em um tempo e lugar previamente determinados por quem formula a demanda, e nos casos em que o acesso às obras ou produções se faça por qualquer sistema que importe em pagamento pelo usuário;

VIII - a utilização, direta ou indireta, da obra literária, artística ou científica, mediante:

a) representação, recitação ou declamação;

- b) execução musical;
- c) emprego de alto-falante ou de sistemas análogos;
- d) radiodifusão sonora ou televisiva;
- e) captação de transmissão de radiodifusão em locais de frequência coletiva;
- f) sonorização ambiental;
- g) a exibição audiovisual, cinematográfica ou por processo assemelhado;
- h) emprego de satélites artificiais;

i) emprego de sistemas óticos, fios telefônicos ou não, cabos de qualquer tipo e meios de comunicação similares que venham a ser adotados;

- j) exposição de obras de artes plásticas e figurativas;

IX - a inclusão em base de dados, o armazenamento em computador, a microfilmagem e as demais formas de arquivamento do gênero;

X - quaisquer outras modalidades de utilização existentes ou que venham a ser inventadas.

Art. 30. No exercício do direito de reprodução, o titular dos direitos autorais poderá colocar à disposição do público a obra, na forma, local e pelo tempo que desejar, a título oneroso ou gratuito.

§ 1º O direito de exclusividade de reprodução não será aplicável quando ela for temporária e apenas tiver o propósito de tornar a obra, fonograma ou interpretação perceptível em meio eletrônico ou quando for de natureza transitória e incidental, desde que ocorra no curso do uso devidamente autorizado da obra, pelo titular.

§ 2º Em qualquer modalidade de reprodução, a quantidade de exemplares será informada e controlada, cabendo a quem reproduzir a obra a responsabilidade de manter os registros que permitam, ao autor, a fiscalização do aproveitamento econômico da exploração.

Art. 31. As diversas modalidades de utilização de obras literárias, artísticas ou científicas ou de fonogramas são independentes entre si, e a autorização concedida pelo autor, ou pelo produtor, respectivamente, não se estende a quaisquer das demais.

Art. 32. Quando uma obra feita em regime de co-autoria não for divisível, nenhum dos co-autores, sob pena de responder por perdas e danos, poderá, sem consentimento dos demais, publicá-la ou autorizar-lhe a publicação, salvo na coleção de suas obras completas.

§ 1º Havendo divergência, os co-autores decidirão por maioria.

§ 2º Ao co-autor dissidente é assegurado o direito de não contribuir para as despesas de publicação, renunciando a sua parte nos lucros, e o de vedar que se inscreva seu nome na obra.

§ 3º Cada co-autor pode, individualmente, sem aquiescência dos outros, registrar a obra e defender os próprios direitos contra terceiros.

Art. 33. Ninguém pode reproduzir obra que não pertença ao domínio público, a pretexto de anotá-la, comentá-la ou melhorá-la, sem permissão do autor.

Parágrafo único. Os comentários ou anotações poderão ser publicados separadamente.

Art. 34. As cartas missivas, cuja publicação está condicionada à permissão do autor, poderão ser juntadas como documento de prova em processos administrativos e judiciais.

Art. 35. Quando o autor, em virtude de revisão, tiver dado à obra versão definitiva, não poderão seus sucessores reproduzir versões anteriores.

Art. 36. O direito de utilização econômica dos escritos publicados pela imprensa, diária ou periódica, com exceção dos assinados ou que apresentem sinal de reserva, pertence ao editor, salvo convenção em contrário.

Parágrafo único. A autorização para utilização econômica de artigos assinados, para publicação em diários e periódicos, não produz efeito além do prazo da periodicidade acrescido de vinte dias, a contar de sua publicação, findo o qual recobra o autor o seu direito.

Art. 37. A aquisição do original de uma obra, ou de exemplar, não confere ao adquirente qualquer dos direitos patrimoniais do autor, salvo convenção em contrário entre as partes e os casos previstos nesta Lei.

Art. 38. O autor tem o direito, irrenunciável e inalienável, de perceber, no mínimo, cinco por cento sobre o aumento do preço eventualmente verificável em cada revenda de obra de arte ou manuscrito, sendo originais, que houver alienado.

Parágrafo único. Caso o autor não perceba o seu direito de seqüência no ato da revenda, o vendedor é considerado depositário da quantia a ele devida, salvo se a operação for realizada por leiloeiro, quando será este o depositário.

Art. 39. Os direitos patrimoniais do autor, excetuados os rendimentos resultantes de sua exploração, não se comunicam, salvo pacto antenupcial em contrário.

Art. 40. Tratando-se de obra anônima ou pseudônima, caberá a quem publicá-la o exercício dos direitos patrimoniais do autor.

Parágrafo único. O autor que se der a conhecer assumirá o exercício dos direitos patrimoniais, ressalvados os direitos adquiridos por terceiros.

Art. 41. Os direitos patrimoniais do autor perduram por setenta anos contados de 1º de janeiro do ano subsequente ao de seu falecimento, obedecida a ordem sucessória da lei civil.

Parágrafo único. Aplica-se às obras póstumas o prazo de proteção a que alude o *caput* deste artigo.

Art. 42. Quando a obra literária, artística ou científica realizada em co-autoria for indivisível, o prazo previsto no artigo anterior será contado da morte do último dos co-autores sobreviventes.

Parágrafo único. Acrescer-se-ão aos dos sobreviventes os direitos do co-autor que falecer sem sucessores.

Art. 43. Será de setenta anos o prazo de proteção aos direitos patrimoniais sobre as obras anônimas ou pseudônimas, contado de 1º de janeiro do ano imediatamente posterior ao da primeira publicação.

Parágrafo único. Aplicar-se-á o disposto no art. 41 e seu parágrafo único, sempre que o autor se der a conhecer antes do termo do prazo previsto no *caput* deste artigo.

Art. 44. O prazo de proteção aos direitos patrimoniais sobre obras audiovisuais e fotográficas será de setenta anos, a contar de 1º de janeiro do ano subsequente ao de sua divulgação.

Art. 45. Além das obras em relação às quais decorreu o prazo de proteção aos direitos patrimoniais, pertencem ao domínio público:

I - as de autores falecidos que não tenham deixado sucessores;

II - as de autor desconhecido, ressalvada a proteção legal aos conhecimentos étnicos e tradicionais.

Capítulo IV

Das Limitações aos Direitos Autorais

Art. 46. Não constitui ofensa aos direitos autorais:

I - a reprodução:

a) na imprensa diária ou periódica, de notícia ou de artigo informativo, publicado em diários ou periódicos, com a menção do nome do autor, se assinados, e da publicação de onde foram transcritos;

b) em diários ou periódicos, de discursos pronunciados em reuniões públicas de qualquer natureza;

c) de retratos, ou de outra forma de representação da imagem, feitos sob encomenda, quando realizada pelo

proprietário do objeto encomendado, não havendo a oposição da pessoa neles representada ou de seus herdeiros;

d) de obras literárias, artísticas ou científicas, para uso exclusivo de deficientes visuais, sempre que a reprodução, sem fins comerciais, seja feita mediante o sistema Braille ou outro procedimento em qualquer suporte para esses destinatários;

II - a reprodução, em um só exemplar de pequenos trechos, para uso privado do copista, desde que feita por este, sem intuito de lucro;

III - a citação em livros, jornais, revistas ou qualquer outro meio de comunicação, de passagens de qualquer obra, para fins de estudo, crítica ou polêmica, na medida justificada para o fim a atingir, indicando-se o nome do autor e a origem da obra;

IV - o apanhado de lições em estabelecimentos de ensino por aqueles a quem elas se dirigem, vedada sua publicação, integral ou parcial, sem autorização prévia e expressa de quem as ministrou;

V - a utilização de obras literárias, artísticas ou científicas, fonogramas e transmissão de rádio e televisão em estabelecimentos comerciais, exclusivamente para demonstração à clientela, desde que esses estabelecimentos comercializem os suportes ou equipamentos que permitam a sua utilização;

VI - a representação teatral e a execução musical, quando realizadas no recesso familiar ou, para fins exclusivamente didáticos, nos estabelecimentos de ensino, não havendo em qualquer caso intuito de lucro;

VII - a utilização de obras literárias, artísticas ou científicas para produzir prova judiciária ou administrativa;

VIII - a reprodução, em quaisquer obras, de pequenos trechos de obras preexistentes, de qualquer natureza, ou de obra integral, quando de artes plásticas, sempre que a reprodução em si não seja o objetivo principal da obra nova e que não prejudique a exploração normal da obra reproduzida nem cause um prejuízo injustificado aos legítimos interesses dos autores.

Art. 47. São livres as paráfrases e paródias que não forem verdadeiras reproduções da obra originária nem lhe implicarem descrédito.

Art. 48. As obras situadas permanentemente em logradouros públicos podem ser representadas livremente, por meio de pinturas, desenhos, fotografias e procedimentos audiovisuais.

Capítulo V

Da Transferência dos Direitos de Autor

Art. 49. Os direitos de autor poderão ser total ou parcialmente transferidos a terceiros, por ele ou por seus sucessores, a título universal ou singular, pessoalmente ou por meio de representantes com poderes especiais, por meio de licenciamento, concessão, cessão ou por outros meios admitidos em Direito, obedecidas as seguintes limitações:

I - a transmissão total compreende todos os direitos de autor, salvo os de natureza moral e os expressamente excluídos por lei;

II - somente se admitirá transmissão total e definitiva dos direitos mediante estipulação contratual escrita;

III - na hipótese de não haver estipulação contratual escrita, o prazo máximo será de cinco anos;

IV - a cessão será válida unicamente para o país em que se firmou o contrato, salvo estipulação em contrário;

V - a cessão só se operará para modalidades de utilização já existentes à data do contrato;

VI - não havendo especificações quanto à modalidade de utilização, o contrato será interpretado restritivamente, entendendo-se como limitada apenas a uma que seja aquela indispensável ao cumprimento da finalidade do contrato.

Art. 50. A cessão total ou parcial dos direitos de autor, que se fará sempre por escrito, presume-se onerosa.

§ 1º Poderá a cessão ser averbada à margem do registro a que se refere o art. 19 desta Lei, ou, não estando a obra registrada, poderá o instrumento ser registrado em Cartório de Títulos e Documentos.

§ 2º Constarão do instrumento de cessão como elementos essenciais seu objeto e as condições de exercício do direito quanto a tempo, lugar e preço.

Art. 51. A cessão dos direitos de autor sobre obras futuras abrangerá, no máximo, o período de cinco anos.

Parágrafo único. O prazo será reduzido a cinco anos sempre que indeterminado ou superior, diminuindo-se, na devida proporção, o preço estipulado.

Art. 52. A omissão do nome do autor, ou de co-autor, na divulgação da obra não presume o anonimato ou a cessão de seus direitos.

Título IV

Da Utilização de Obras Intelectuais e dos Fonogramas

Capítulo I

Da Edição

Art. 53. Mediante contrato de edição, o editor, obrigando-se a reproduzir e a divulgar a obra literária, artística ou científica, fica autorizado, em caráter de exclusividade, a publicá-la e a explorá-la pelo prazo e nas condições pactuadas com o autor.

Parágrafo único. Em cada exemplar da obra o editor mencionará:

I - o título da obra e seu autor;

II - no caso de tradução, o título original e o nome do tradutor;

III - o ano de publicação;

IV - o seu nome ou marca que o identifique.

Art. 54. Pelo mesmo contrato pode o autor obrigar-se à feitura de obra literária, artística ou científica em cuja publicação e divulgação se empenha o editor.

Art. 55. Em caso de falecimento ou de impedimento do autor para concluir a obra, o editor poderá:

I - considerar resolvido o contrato, mesmo que tenha sido entregue parte considerável da obra;

II - editar a obra, sendo autônoma, mediante pagamento proporcional do preço;

III - mandar que outro a termine, desde que consintam os sucessores e seja o fato indicado na edição.

Parágrafo único. É vedada a publicação parcial, se o autor manifestou a vontade de só publicá-la por inteiro ou se assim o decidirem seus sucessores.

Art. 56. Entende-se que o contrato versa apenas sobre uma edição, se não houver cláusula expressa em contrário.

Parágrafo único. No silêncio do contrato, considera-se que cada edição se constitui de três mil exemplares.

Art. 57. O preço da retribuição será arbitrado, com base nos usos e costumes, sempre que no contrato não a tiver estipulado expressamente o autor.

Art. 58. Se os originais forem entregues em desacordo com o ajustado e o editor não os recusar nos trinta dias seguintes ao do recebimento, ter-se-ão por aceitas as alterações introduzidas pelo autor.

Art. 59. Quaisquer que sejam as condições do contrato, o editor é obrigado a facultar ao autor o exame da escrituração na parte que lhe corresponde, bem como a informá-lo sobre o estado da edição.

Art. 60. Ao editor compete fixar o preço da venda, sem, todavia, poder elevá-lo a ponto de embaraçar a circulação da obra.

Art. 61. O editor será obrigado a prestar contas mensais ao autor sempre que a retribuição deste estiver condicionada à venda da obra, salvo se prazo diferente houver sido convencionado.

Art. 62. A obra deverá ser editada em dois anos da celebração do contrato, salvo prazo diverso estipulado em convenção.

Parágrafo único. Não havendo edição da obra no prazo legal ou contratual, poderá ser rescindido o contrato, respondendo o editor por danos causados.

Art. 63. Enquanto não se esgotarem as edições a que tiver direito o editor, não poderá o autor dispor de sua obra, cabendo ao editor o ônus da prova.

§ 1º Na vigência do contrato de edição, assiste ao editor o direito de exigir que se retire de circulação edição da mesma obra feita por outrem.

§ 2º Considera-se esgotada a edição quando restarem em estoque, em poder do editor, exemplares em número inferior a dez por cento do total da edição.

Art. 64. Somente decorrido um ano de lançamento da edição, o editor poderá vender, como saldo, os exemplares restantes, desde que o autor seja notificado de que, no prazo de trinta dias, terá prioridade na aquisição dos referidos exemplares pelo preço de saldo.

Art. 65. Esgotada a edição, e o editor, com direito a outra, não a publicar, poderá o autor notificá-lo a que o faça em certo prazo, sob pena de perder aquele direito, além de responder por danos.

Art. 66. O autor tem o direito de fazer, nas edições sucessivas de suas obras, as emendas e alterações que bem lhe aprouver.

Parágrafo único. O editor poderá opor-se às alterações que lhe prejudiquem os interesses, ofendam sua reputação ou aumentem sua responsabilidade.

Art. 67. Se, em virtude de sua natureza, for imprescindível a atualização da obra em novas edições, o editor, negando-se o autor a fazê-la, dela poderá encarregar outrem, mencionando o fato na edição.

Capítulo II

Da Comunicação ao Público

Art. 68. Sem prévia e expressa autorização do autor ou titular, não poderão ser utilizadas obras teatrais, composições musicais ou lítero-musicais e fonogramas, em representações e execuções públicas.

§ 1º Considera-se representação pública a utilização de obras teatrais no gênero drama, tragédia, comédia, ópera, opereta, balé, pantomimas e assemelhadas, musicadas ou não, mediante a participação de artistas, remunerados ou não, em locais de frequência coletiva ou pela radiodifusão, transmissão e exibição cinematográfica.

§ 2º Considera-se execução pública a utilização de composições musicais ou lítero-musicais, mediante a participação de artistas, remunerados ou não, ou a utilização de fonogramas e obras audiovisuais, em locais de frequência coletiva, por quaisquer processos, inclusive a radiodifusão ou transmissão por qualquer modalidade, e a exibição cinematográfica.

§ 3º Consideram-se locais de frequência coletiva os teatros, cinemas, salões de baile ou concertos, boates, bares, clubes ou associações de qualquer natureza, lojas, estabelecimentos comerciais e industriais, estádios, circos, feiras, restaurantes, hotéis, motéis, clínicas, hospitais, órgãos públicos da administração direta ou indireta, fundacionais e estatais, meios de transporte de passageiros terrestre, marítimo, fluvial ou aéreo, ou onde quer que se representem, executem ou transmitam obras literárias, artísticas ou científicas.

§ 4º Previamente à realização da execução pública, o empresário deverá apresentar ao escritório central, previsto no art. 99, a comprovação dos recolhimentos relativos aos direitos autorais.

§ 5º Quando a remuneração depender da frequência do público, poderá o empresário, por convênio com o escritório central, pagar o preço após a realização da execução pública.

§ 6º O empresário entregará ao escritório central, imediatamente após a execução pública ou transmissão, relação completa das obras e fonogramas utilizados, indicando os nomes dos respectivos autores, artistas e

produtores.

§ 7º As empresas cinematográficas e de radiodifusão manterão à imediata disposição dos interessados, cópia autêntica dos contratos, ajustes ou acordos, individuais ou coletivos, autorizando e disciplinando a remuneração por execução pública das obras musicais e fonogramas contidas em seus programas ou obras audiovisuais.

Art. 69. O autor, observados os usos locais, notificará o empresário do prazo para a representação ou execução, salvo prévia estipulação convencional.

Art. 70. Ao autor assiste o direito de opor-se à representação ou execução que não seja suficientemente ensaiada, bem como fiscalizá-la, tendo, para isso, livre acesso durante as representações ou execuções, no local onde se realizam.

Art. 71. O autor da obra não pode alterar-lhe a substância, sem acordo com o empresário que a faz representar.

Art. 72. O empresário, sem licença do autor, não pode entregar a obra a pessoa estranha à representação ou à execução.

Art. 73. Os principais intérpretes e os diretores de orquestras ou coro, escolhidos de comum acordo pelo autor e pelo produtor, não podem ser substituídos por ordem deste, sem que aquele consinta.

Art. 74. O autor de obra teatral, ao autorizar a sua tradução ou adaptação, poderá fixar prazo para utilização dela em representações públicas.

Parágrafo único. Após o decurso do prazo a que se refere este artigo, não poderá opor-se o tradutor ou adaptador à utilização de outra tradução ou adaptação autorizada, salvo se for cópia da sua.

Art. 75. Autorizada a representação de obra teatral feita em co-autoria, não poderá qualquer dos co-autores revogar a autorização dada, provocando a suspensão da temporada contratualmente ajustada.

Art. 76. É impenhorável a parte do produto dos espetáculos reservada ao autor e aos artistas.

Capítulo III

Da Utilização da Obra de Arte Plástica

Art. 77. Salvo convenção em contrário, o autor de obra de arte plástica, ao alienar o objeto em que ela se materializa, transmite o direito de expô-la, mas não transmite ao adquirente o direito de reproduzi-la.

Art. 78. A autorização para reproduzir obra de arte plástica, por qualquer processo, deve se fazer por escrito e se presume onerosa.

Capítulo IV

Da Utilização da Obra Fotográfica

Art. 79. O autor de obra fotográfica tem direito a reproduzi-la e colocá-la à venda, observadas as restrições à exposição, reprodução e venda de retratos, e sem prejuízo dos direitos de autor sobre a obra fotografada, se de artes plásticas protegidas.

§ 1º A fotografia, quando utilizada por terceiros, indicará de forma legível o nome do seu autor.

§ 2º É vedada a reprodução de obra fotográfica que não esteja em absoluta consonância com o original, salvo prévia autorização do autor.

Capítulo V

Da Utilização de Fonograma

Art. 80. Ao publicar o fonograma, o produtor mencionará em cada exemplar:

I - o título da obra incluída e seu autor;

- II - o nome ou pseudônimo do intérprete;
- III - o ano de publicação;
- IV - o seu nome ou marca que o identifique.

Capítulo VI

Da Utilização da Obra Audiovisual

Art. 81. A autorização do autor e do intérprete de obra literária, artística ou científica para produção audiovisual implica, salvo disposição em contrário, consentimento para sua utilização econômica.

§ 1º A exclusividade da autorização depende de cláusula expressa e cessa dez anos após a celebração do contrato.

§ 2º Em cada cópia da obra audiovisual, mencionará o produtor:

- I - o título da obra audiovisual;
- II - os nomes ou pseudônimos do diretor e dos demais co-autores;
- III - o título da obra adaptada e seu autor, se for o caso;
- IV - os artistas intérpretes;
- V - o ano de publicação;
- VI - o seu nome ou marca que o identifique.
- VII - o nome dos dubladores. [\(Incluído pela Lei nº 12.091, de 2009\)](#)

Art. 82. O contrato de produção audiovisual deve estabelecer:

I - a remuneração devida pelo produtor aos co-autores da obra e aos artistas intérpretes e executantes, bem como o tempo, lugar e forma de pagamento;

II - o prazo de conclusão da obra;

III - a responsabilidade do produtor para com os co-autores, artistas intérpretes ou executantes, no caso de co-produção.

Art. 83. O participante da produção da obra audiovisual que interromper, temporária ou definitivamente, sua atuação, não poderá opor-se a que esta seja utilizada na obra nem a que terceiro a substitua, resguardados os direitos que adquiriu quanto à parte já executada.

Art. 84. Caso a remuneração dos co-autores da obra audiovisual dependa dos rendimentos de sua utilização econômica, o produtor lhes prestará contas semestralmente, se outro prazo não houver sido pactuado.

Art. 85. Não havendo disposição em contrário, poderão os co-autores da obra audiovisual utilizar-se, em gênero diverso, da parte que constitua sua contribuição pessoal.

Parágrafo único. Se o produtor não concluir a obra audiovisual no prazo ajustado ou não iniciar sua exploração dentro de dois anos, a contar de sua conclusão, a utilização a que se refere este artigo será livre.

Art. 86. Os direitos autorais de execução musical relativos a obras musicais, lítero-musicais e fonogramas incluídos em obras audiovisuais serão devidos aos seus titulares pelos responsáveis dos locais ou estabelecimentos a que alude o § 3º do art. 68 desta Lei, que as exibirem, ou pelas emissoras de televisão que as transmitirem.

Capítulo VII

Da Utilização de Bases de Dados

Art. 87. O titular do direito patrimonial sobre uma base de dados terá o direito exclusivo, a respeito da forma de

expressão da estrutura da referida base, de autorizar ou proibir:

I - sua reprodução total ou parcial, por qualquer meio ou processo;

II - sua tradução, adaptação, reordenação ou qualquer outra modificação;

III - a distribuição do original ou cópias da base de dados ou a sua comunicação ao público;

IV - a reprodução, distribuição ou comunicação ao público dos resultados das operações mencionadas no inciso II deste artigo.

Capítulo VIII

Da Utilização da Obra Coletiva

Art. 88. Ao publicar a obra coletiva, o organizador mencionará em cada exemplar:

I - o título da obra;

II - a relação de todos os participantes, em ordem alfabética, se outra não houver sido convencionada;

III - o ano de publicação;

IV - o seu nome ou marca que o identifique.

Parágrafo único. Para valer-se do disposto no § 1º do art. 17, deverá o participante notificar o organizador, por escrito, até a entrega de sua participação.

Título V

Dos Direitos Conexos

Capítulo I

Disposições Preliminares

Art. 89. As normas relativas aos direitos de autor aplicam-se, no que couber, aos direitos dos artistas intérpretes ou executantes, dos produtores fonográficos e das empresas de radiodifusão.

Parágrafo único. A proteção desta Lei aos direitos previstos neste artigo deixa intactas e não afeta as garantias asseguradas aos autores das obras literárias, artísticas ou científicas.

Capítulo II

Dos Direitos dos Artistas Intérpretes ou Executantes

Art. 90. Tem o artista intérprete ou executante o direito exclusivo de, a título oneroso ou gratuito, autorizar ou proibir:

I - a fixação de suas interpretações ou execuções;

II - a reprodução, a execução pública e a locação das suas interpretações ou execuções fixadas;

III - a radiodifusão das suas interpretações ou execuções, fixadas ou não;

IV - a colocação à disposição do público de suas interpretações ou execuções, de maneira que qualquer pessoa a elas possa ter acesso, no tempo e no lugar que individualmente escolherem;

V - qualquer outra modalidade de utilização de suas interpretações ou execuções.

§ 1º Quando na interpretação ou na execução participarem vários artistas, seus direitos serão exercidos pelo diretor do conjunto.

§ 2º A proteção aos artistas intérpretes ou executantes estende-se à reprodução da voz e imagem, quando

associadas às suas atuações.

Art. 91. As empresas de radiodifusão poderão realizar fixações de interpretação ou execução de artistas que as tenham permitido para utilização em determinado número de emissões, facultada sua conservação em arquivo público.

Parágrafo único. A reutilização subsequente da fixação, no País ou no exterior, somente será lícita mediante autorização escrita dos titulares de bens intelectuais incluídos no programa, devida uma remuneração adicional aos titulares para cada nova utilização.

Art. 92. Aos intérpretes cabem os direitos morais de integridade e paternidade de suas interpretações, inclusive depois da cessão dos direitos patrimoniais, sem prejuízo da redução, compactação, edição ou dublagem da obra de que tenham participado, sob a responsabilidade do produtor, que não poderá desfigurar a interpretação do artista.

Parágrafo único. O falecimento de qualquer participante de obra audiovisual, concluída ou não, não obsta sua exibição e aproveitamento econômico, nem exige autorização adicional, sendo a remuneração prevista para o falecido, nos termos do contrato e da lei, efetuada a favor do espólio ou dos sucessores.

Capítulo III

Dos Direitos dos Produtores Fonográficos

Art. 93. O produtor de fonogramas tem o direito exclusivo de, a título oneroso ou gratuito, autorizar-lhes ou proibir-lhes:

I - a reprodução direta ou indireta, total ou parcial;

II - a distribuição por meio da venda ou locação de exemplares da reprodução;

III - a comunicação ao público por meio da execução pública, inclusive pela radiodifusão;

IV - ([VETADO](#))

V - quaisquer outras modalidades de utilização, existentes ou que venham a ser inventadas.

Art. 94. Cabe ao produtor fonográfico perceber dos usuários a que se refere o art. 68, e parágrafos, desta Lei os proventos pecuniários resultantes da execução pública dos fonogramas e reparti-los com os artistas, na forma convencionada entre eles ou suas associações.

Capítulo IV

Dos Direitos das Empresas de Radiodifusão

Art. 95. Cabe às empresas de radiodifusão o direito exclusivo de autorizar ou proibir a retransmissão, fixação e reprodução de suas emissões, bem como a comunicação ao público, pela televisão, em locais de frequência coletiva, sem prejuízo dos direitos dos titulares de bens intelectuais incluídos na programação.

Capítulo V

Da Duração dos Direitos Conexos

Art. 96. É de setenta anos o prazo de proteção aos direitos conexos, contados a partir de 1º de janeiro do ano subsequente à fixação, para os fonogramas; à transmissão, para as emissões das empresas de radiodifusão; e à execução e representação pública, para os demais casos.

Título VI

Das Associações de Titulares de Direitos de Autor e dos que lhes são Conexos

Art. 97. Para o exercício e defesa de seus direitos, podem os autores e os titulares de direitos conexos associar-se sem intuito de lucro.

§ 1º É vedado pertencer a mais de uma associação para a gestão coletiva de direitos da mesma natureza.

§ 2º Pode o titular transferir-se, a qualquer momento, para outra associação, devendo comunicar o fato, por escrito, à associação de origem.

§ 3º As associações com sede no exterior far-se-ão representar, no País, por associações nacionais constituídas na forma prevista nesta Lei.

Art. 98. Com o ato de filiação, as associações tornam-se mandatárias de seus associados para a prática de todos os atos necessários à defesa judicial ou extrajudicial de seus direitos autorais, bem como para sua cobrança.

Parágrafo único. Os titulares de direitos autorais poderão praticar, pessoalmente, os atos referidos neste artigo, mediante comunicação prévia à associação a que estiverem filiados.

Art. 99. As associações manterão um único escritório central para a arrecadação e distribuição, em comum, dos direitos relativos à execução pública das obras musicais e lítero-musicais e de fonogramas, inclusive por meio da radiodifusão e transmissão por qualquer modalidade, e da exibição de obras audiovisuais.

§ 1º O escritório central organizado na forma prevista neste artigo não terá finalidade de lucro e será dirigido e administrado pelas associações que o integrem.

§ 2º O escritório central e as associações a que se refere este Título atuarão em juízo e fora dele em seus próprios nomes como substitutos processuais dos titulares a eles vinculados.

§ 3º O recolhimento de quaisquer valores pelo escritório central somente se fará por depósito bancário.

§ 4º O escritório central poderá manter fiscais, aos quais é vedado receber do empresário numerário a qualquer título.

§ 5º A inobservância da norma do parágrafo anterior tornará o faltoso inabilitado à função de fiscal, sem prejuízo das sanções civis e penais cabíveis.

Art. 100. O sindicato ou associação profissional que congregue não menos de um terço dos filiados de uma associação autoral poderá, uma vez por ano, após notificação, com oito dias de antecedência, fiscalizar, por intermédio de auditor, a exatidão das contas prestadas a seus representados.

Título VII

Das Sanções às Violações dos Direitos Autorais

Capítulo I

Disposição Preliminar

Art. 101. As sanções civis de que trata este Capítulo aplicam-se sem prejuízo das penas cabíveis.

Capítulo II

Das Sanções Civis

Art. 102. O titular cuja obra seja fraudulentamente reproduzida, divulgada ou de qualquer forma utilizada, poderá requerer a apreensão dos exemplares reproduzidos ou a suspensão da divulgação, sem prejuízo da indenização cabível.

Art. 103. Quem editar obra literária, artística ou científica, sem autorização do titular, perderá para este os exemplares que se apreenderem e pagar-lhe-á o preço dos que tiver vendido.

Parágrafo único. Não se conhecendo o número de exemplares que constituem a edição fraudulenta, pagará o transgressor o valor de três mil exemplares, além dos apreendidos.

Art. 104. Quem vender, expuser a venda, ocultar, adquirir, distribuir, tiver em depósito ou utilizar obra ou fonograma reproduzidos com fraude, com a finalidade de vender, obter ganho, vantagem, proveito, lucro direto ou indireto, para si ou para outrem, será solidariamente responsável com o contrafator, nos termos dos artigos precedentes, respondendo como contrafatores o importador e o distribuidor em caso de reprodução no exterior.

Art. 105. A transmissão e a retransmissão, por qualquer meio ou processo, e a comunicação ao público de

obras artísticas, literárias e científicas, de interpretações e de fonogramas, realizadas mediante violação aos direitos de seus titulares, deverão ser imediatamente suspensas ou interrompidas pela autoridade judicial competente, sem prejuízo da multa diária pelo descumprimento e das demais indenizações cabíveis, independentemente das sanções penais aplicáveis; caso se comprove que o infrator é reincidente na violação aos direitos dos titulares de direitos de autor e conexos, o valor da multa poderá ser aumentado até o dobro.

Art. 106. A sentença condenatória poderá determinar a destruição de todos os exemplares ilícitos, bem como as matrizes, moldes, negativos e demais elementos utilizados para praticar o ilícito civil, assim como a perda de máquinas, equipamentos e insumos destinados a tal fim ou, servindo eles unicamente para o fim ilícito, sua destruição.

Art. 107. Independentemente da perda dos equipamentos utilizados, responderá por perdas e danos, nunca inferiores ao valor que resultaria da aplicação do disposto no art. 103 e seu parágrafo único, quem:

I - alterar, suprimir, modificar ou inutilizar, de qualquer maneira, dispositivos técnicos introduzidos nos exemplares das obras e produções protegidas para evitar ou restringir sua cópia;

II - alterar, suprimir ou inutilizar, de qualquer maneira, os sinais codificados destinados a restringir a comunicação ao público de obras, produções ou emissões protegidas ou a evitar a sua cópia;

III - suprimir ou alterar, sem autorização, qualquer informação sobre a gestão de direitos;

IV - distribuir, importar para distribuição, emitir, comunicar ou puser à disposição do público, sem autorização, obras, interpretações ou execuções, exemplares de interpretações fixadas em fonogramas e emissões, sabendo que a informação sobre a gestão de direitos, sinais codificados e dispositivos técnicos foram suprimidos ou alterados sem autorização.

Art. 108. Quem, na utilização, por qualquer modalidade, de obra intelectual, deixar de indicar ou de anunciar, como tal, o nome, pseudônimo ou sinal convencional do autor e do intérprete, além de responder por danos morais, está obrigado a divulgar-lhes a identidade da seguinte forma:

I - tratando-se de empresa de radiodifusão, no mesmo horário em que tiver ocorrido a infração, por três dias consecutivos;

II - tratando-se de publicação gráfica ou fonográfica, mediante inclusão de errata nos exemplares ainda não distribuídos, sem prejuízo de comunicação, com destaque, por três vezes consecutivas em jornal de grande circulação, dos domicílios do autor, do intérprete e do editor ou produtor;

III - tratando-se de outra forma de utilização, por intermédio da imprensa, na forma a que se refere o inciso anterior.

Art. 109. A execução pública feita em desacordo com os arts. 68, 97, 98 e 99 desta Lei sujeitará os responsáveis a multa de vinte vezes o valor que deveria ser originariamente pago.

Art. 110. Pela violação de direitos autorais nos espetáculos e audições públicas, realizados nos locais ou estabelecimentos a que alude o art. 68, seus proprietários, diretores, gerentes, empresários e arrendatários respondem solidariamente com os organizadores dos espetáculos.

Capítulo III

Da Prescrição da Ação

Art. 111. [\(VETADO\)](#)

Título VIII

Disposições Finais e Transitórias

Art. 112. Se uma obra, em consequência de ter expirado o prazo de proteção que lhe era anteriormente reconhecido pelo [§ 2º do art. 42 da Lei nº. 5.988, de 14 de dezembro de 1973](#), caiu no domínio público, não terá o prazo de proteção dos direitos patrimoniais ampliado por força do art. 41 desta Lei.

Art. 113. Os fonogramas, os livros e as obras audiovisuais sujeitar-se-ão a selos ou sinais de identificação sob a responsabilidade do produtor, distribuidor ou importador, sem ônus para o consumidor, com o fim de atestar o

cumprimento das normas legais vigentes, conforme dispuser o regulamento. [\(Regulamento\)](#) [\(Regulamento\)](#)

Art. 114. Esta Lei entra em vigor cento e vinte dias após sua publicação.

Art. 115. Ficam revogados os [arts. 649 a 673](#) e [1.346 a 1.362 do Código Civil](#) e as [Leis nºs 4.944, de 6 de abril de 1966](#); [5.988, de 14 de dezembro de 1973](#), excetuando-se o [art. 17 e seus §§ 1º e 2º](#); [6.800, de 25 de junho de 1980](#); [7.123, de 12 de setembro de 1983](#); [9.045, de 18 de maio de 1995](#), e demais disposições em contrário, mantidos em vigor as [Leis nºs 6.533, de 24 de maio de 1978](#) e [6.615, de 16 de dezembro de 1978](#).

Brasília, 19 de fevereiro de 1998; 177º da Independência e 110º da República.

FERNANDO HENRIQUE CARDOSO

Francisco Weffort

Este texto não substitui o publicado no DOU de 20.2.1998

ANEXO 2**Licença Jurídica Creative Commons****Atribuição 3.0 Brasil**

A INSTITUIÇÃO CREATIVE COMMONS NÃO É UM ESCRITÓRIO DE ADVOCACIA E NÃO PRESTA SERVIÇOS JURÍDICOS. A DISTRIBUIÇÃO DESTA LICENÇA NÃO ESTABELECE QUALQUER RELAÇÃO ADVOCATÍCIA. O CREATIVE COMMONS DISPONIBILIZA ESTAS INFORMAÇÕES "NO ESTADO EM QUE SE ENCONTRAM". O CREATIVE COMMONS NÃO FAZ QUALQUER GARANTIA QUANTO ÀS INFORMAÇÕES DISPONIBILIZADAS E SE EXONERA DE QUALQUER RESPONSABILIDADE POR DANOS RESULTANTES DO SEU USO.

Licença

A OBRA (CONFORME DEFINIDA ABAIXO) É DISPONIBILIZADA DE ACORDO COM OS TERMOS DESTA LICENÇA PÚBLICA CREATIVE COMMONS ("CCPL" OU "LICENÇA"). A OBRA É PROTEGIDA POR DIREITO AUTURAL E/OU OUTRAS LEIS APLICÁVEIS. QUALQUER USO DA OBRA QUE NÃO O AUTORIZADO SOB ESTA LICENÇA OU PELA LEGISLAÇÃO AUTURAL É PROIBIDO.

AO EXERCER QUAISQUER DOS DIREITOS À OBRA AQUI CONCEDIDOS, VOCÊ ACEITA E CONCORDA FICAR OBRIGADO NOS TERMOS DESTA LICENÇA. O LICENCIANTE CONCEDE A VOCÊ OS DIREITOS AQUI CONTIDOS EM CONTRAPARTIDA A SUA ACEITAÇÃO DESTES TERMOS E CONDIÇÕES.

1. Definições

- a. **"Obra Derivada"** significa uma Obra baseada na Obra ou na Obra e outras Obras pré-existentes, tal qual uma tradução, adaptação, arranjo musical ou outras alterações de uma Obra literária, artística ou científica, ou fonograma ou performance, incluindo adaptações cinematográficas ou qualquer outra forma na qual a Obra possa ser refeita, transformada ou adaptada, abrangendo qualquer forma reconhecível como derivada da original, com exceção da Obra que constitua uma Obra Coletiva, a qual não será considerada uma Obra Derivada para os propósitos desta Licença. Para evitar dúvidas, quando a Obra for uma Obra musical, performance ou fonograma, a sincronização da Obra em relação cronometrada com uma imagem em movimento ("synching") será considerada uma Obra Derivada para os propósitos desta Licença.
- b. **"Obra Coletiva"** significa uma coleção de Obras literárias, artísticas ou científicas, tais quais enciclopédias e antologias, ou performances, fonogramas ou transmissões, ou outras Obras ou materiais não indicados na Seção 1(g) abaixo, que em razão da seleção e arranjo do seu conteúdo, constituam criações intelectuais nas quais a Obra é incluída na sua integridade em forma não-modificada, juntamente com uma ou mais contribuições, cada qual constituindo separada e independentemente uma Obra em si própria, que juntas são reunidas em um todo coletivo. A Obra que constituir uma Obra Coletiva não será considerada uma Obra Derivada (como definido acima) para os propósitos desta Licença.
- c. **"Distribuir"** significa colocar à disposição do público o original e cópias da Obra ou Obra Derivada, o que for apropriado, por meio de venda ou qualquer outra forma de transferência de propriedade ou posse.
- d. **"Licenciante"** significa a pessoa física ou jurídica que oferece a Obra sob os termos desta Licença.
- e. **"Autor Original"** significa, no caso de uma Obra literária, artística ou científica, o indivíduo ou indivíduos que criaram a Obra ou, se nenhum indivíduo puder ser identificado, a editora.
- f. **"Titular de Direitos Conexos"** significa (i) no caso de uma performance os atores, cantores, músicos, dançarinos, e outras pessoas que atuem, cantem, recitem, declamem, participem em, interpretem ou façam performances de Obras literárias ou artísticas ou expressões de folclore (ii) no caso de um fonograma, o produtor, sendo este a pessoa ou entidade legal que primeiramente fixar os sons de uma performance ou outros sons; e (iii) no caso de radiodifusão, a empresa de radiodifusão.
- g. **"Obra"** significa a Obra literária, artística e/ou científica oferecida sob os termos desta Licença,

incluindo, sem limitação, qualquer produção nos domínios literário, artístico e científico, qualquer que seja o modo ou a forma de sua expressão, incluindo a forma digital, tal qual um livro, brochuras e outros escritos; uma conferência, alocução, sermão e outras Obras da mesma natureza; uma Obra dramática ou dramático-musical; uma Obra coreográfica ou pantomima; uma composição musical com ou sem palavras; uma Obra cinematográfica e as expressas por um processo análogo ao da cinematografia; uma Obra de desenho, pintura, arquitetura, escultura, gravura ou litografia; uma Obra fotográfica e as Obras expressas por um processo análogo ao da fotografia; uma Obra de arte aplicada; uma ilustração, mapa, plano, esboço ou Obra tridimensional relativa a geografia, topografia, arquitetura ou ciência; uma performance, transmissão ou fonograma, na medida em que tais Obras/direitos sejam reconhecidos e protegidos pela legislação aplicável; uma compilação de dados, na extensão em que ela seja protegida como uma Obra sujeita ao regime dos direitos autorais; ou uma Obra executada por artistas circenses ou de shows de variedade, conforme ela não for considerada uma Obra literária, artística ou científica.

- h. **"Você"** significa a pessoa física ou jurídica exercendo direitos sob esta Licença, que não tenha previamente violado os termos desta Licença com relação à Obra, ou que tenha recebido permissão expressa do Licenciante para exercer direitos sob esta Licença apesar de uma violação prévia.
- i. **"Executar Publicamente"** significa fazer a utilização pública da Obra e comunicar ao público a Obra, por qualquer meio ou processo, inclusive por meios com ou sem fio ou performances públicas digitais; disponibilizar ao público Obras de tal forma que membros do público possam acessar essas Obras de um local e em um local escolhido individualmente por eles; Executar a Obra para o público por qualquer meio ou processo e comunicar ao público performances da Obra, inclusive por performance pública digital; transmitir e retransmitir a Obra por quaisquer meios, inclusive sinais, sons ou imagens.
- j. **"Reproduzir"** significa fazer cópias da Obra por qualquer meio, inclusive, sem qualquer limitação, por gravação sonora ou visual, e o direito de fixar e Reproduzir fixações da Obra, inclusive o armazenamento de uma performance protegida ou fonograma, em forma digital ou qualquer outro meio eletrônico.

2. Limitações e exceções ao direito autoral e outros usos livres. Nada nesta licença deve ser interpretado de modo a reduzir, limitar ou restringir qualquer uso permitido de direitos autorais ou direitos decorrentes de limitações e exceções estabelecidas em conexão com a proteção autoral, sob a legislação autoral ou outras leis aplicáveis.

3. Concessão da licença. O Licenciante concede a Você uma licença de abrangência mundial, sem royalties, não-exclusiva, perpétua (pela duração do direito autoral aplicável), sujeita aos termos e condições desta Licença, para exercer os direitos sobre a Obra definidos abaixo:

- a. Reproduzir a Obra, incorporar a Obra em uma ou mais Obras Coletivas e Reproduzir a Obra quando incorporada em Obras Coletivas;
- b. Criar e Reproduzir Obras Derivadas, desde que qualquer Obra Derivada, inclusive qualquer tradução, em qualquer meio, adote razoáveis medidas para claramente indicar, demarcar ou de qualquer maneira identificar que mudanças foram feitas à Obra original. Uma tradução, por exemplo, poderia assinalar que "A Obra original foi traduzida do Inglês para o Português," ou uma modificação poderia indicar que "A Obra original foi modificada";
- c. Distribuir e Executar Publicamente a Obra, incluindo as Obras incorporadas em Obras Coletivas; e,
- d. Distribuir e Executar Publicamente Obras Derivadas.
- e. O Licenciante renuncia ao direito de recolher royalties, seja individualmente ou, na hipótese de o Licenciante ser membro de uma sociedade de gestão coletiva de direitos (por exemplo, ECAD, ASCAP, BMI, SESAC), via essa sociedade, por qualquer exercício Seu sobre os direitos concedidos sob esta Licença.

Os direitos acima podem ser exercidos em todas as mídias e formatos, independente de serem conhecidos agora ou concebidos posteriormente. Os direitos acima incluem o direito de fazer as modificações que forem tecnicamente necessárias para exercer os direitos em outras mídias, meios e formatos. Todos os direitos não concedidos expressamente pelo Licenciante ficam ora reservados.

4. Restrições. A licença concedida na Seção 3 acima está expressamente sujeita e limitada pelas seguintes restrições:

- a. Você pode Distribuir ou Executar Publicamente a Obra apenas sob os termos desta Licença, e Você deve incluir uma cópia desta Licença ou o Identificador Uniformizado de Recursos (Uniform Resource Identifier) para esta Licença em cada cópia da Obra que você Distribuir ou Executar Publicamente. Você não poderá oferecer ou impor quaisquer termos sobre a Obra que restrinjam

os termos desta Licença ou a habilidade do destinatário exercer os direitos a ele aqui concedidos sob os termos desta Licença. Você não pode sublicenciar a Obra. Você deverá manter intactas todas as informações que se referem a esta Licença e à exclusão de garantias em toda cópia da Obra que Você Distribuir ou Executar Publicamente. Quando Você Distribuir ou Executar Publicamente a Obra, Você não poderá impor qualquer medida tecnológica eficaz à Obra que restrinja a possibilidade do destinatário exercer os direitos concedidos a ele sob os termos desta Licença. Esta Seção 4(a) se aplica à Obra enquanto quando incorporada em uma Obra Coletiva, mas isto não requer que a Obra Coletiva, à parte da Obra em si, esteja sujeita aos termos desta Licença. Se Você criar uma Obra Coletiva, em havendo notificação de qualquer Licenciante, Você deve, na medida do razoável, remover da Obra Coletiva qualquer crédito, conforme estipulado na Seção 4(b), quando solicitado. Se Você criar uma Obra Derivada, em havendo aviso de qualquer Licenciante, Você deve, na medida do possível, retirar da Obra Derivada qualquer crédito conforme estipulado na Seção 4(b), de acordo com o solicitado.

- b. Se Você Distribuir ou Executar Publicamente a Obra ou qualquer Obra Derivada ou Obra Coletiva, Você deve, a menos que um pedido relacionado à Seção 4(a) tenha sido feito, manter intactas todas as informações relativas a direitos autorais sobre a Obra e exibir, de forma razoável em relação ao meio ou mídia por Você utilizado: (i) o nome do Autor Original (ou seu pseudônimo, se for o caso), se fornecido, do Titular de Direitos Conexos, se fornecido e quando aplicável, e/ou, ainda, se o Autor Original/Titular de Direitos Conexos e/ou o Licenciante designar outra parte ou partes (p. ex.: um instituto patrocinador, editora, periódico) para atribuição ("Partes de Atribuição") nas informações relativas aos direitos autorais do Licenciante, termos de serviço ou por outros meios razoáveis, o nome dessa parte ou partes; (ii) o título da Obra, se fornecido; (iii) na medida do razoável, o Identificador Uniformizado de Recursos (URI) que o Licenciante especificar para estar associado à Obra, se houver, exceto se o URI não se referir ao aviso de direitos autorais ou à informação sobre o regime de licenciamento da Obra; e, (iv) em conformidade com a Seção 3(b), no caso de Obra Derivada, crédito identificando o uso da Obra na Obra Derivada (p. ex.: "Tradução Francesa da Obra do Autor Original/Titular de Direitos Conexos", ou "Roteiro baseado na Obra original do Autor Original/Titular de Direitos Conexos"). O crédito exigido por esta Seção 4(b), pode ser implementado de qualquer forma razoável; desde que, entretanto, no caso de uma Obra Derivada ou Obra Coletiva, na indicação de crédito feita aos autores participantes da Obra Derivada ou Obra Coletiva, o crédito apareça como parte dessa indicação, e de modo ao menos tão proeminente quanto os créditos para os outros autores participantes. De modo a evitar dúvidas, Você apenas poderá fazer uso do crédito exigido por esta Seção para o propósito de atribuição na forma estabelecida acima e, ao exercer Seus direitos sob esta Licença, Você não poderá implícita ou explicitamente afirmar ou sugerir qualquer vínculo, patrocínio ou apoio do Autor Original, Titular de Direitos Conexos, Licenciante e/ou Partes de Atribuição, o que for cabível, por Você ou Seu uso da Obra, sem a prévia e expressa autorização do Autor Original, Titular de Direitos Conexos, Licenciante e/ou Partes de Atribuição.
- c. Na extensão em que reconhecidos e considerados indisponíveis pela legislação aplicável, direitos morais não são afetados por esta Licença.

5. Declarações, garantias e exoneração

EXCETO QUANDO FOR DE OUTRA FORMA MUTUAMENTE ACORDADO PELAS PARTES POR ESCRITO, O LICENCIANTE OFERECE A OBRA "NO ESTADO EM QUE SE ENCONTRA" (AS IS) E NÃO PRESTA QUAISQUER GARANTIAS OU DECLARAÇÕES DE QUALQUER ESPÉCIE RELATIVAS À OBRA, SEJAM ELAS EXPRESSAS OU IMPLÍCITAS, DECORRENTES DA LEI OU QUAISQUER OUTRAS, INCLUINDO, SEM LIMITAÇÃO, QUAISQUER GARANTIAS SOBRE A TITULARIDADE DA OBRA, ADEQUAÇÃO PARA QUAISQUER PROPÓSITOS, NÃO-VIOLAÇÃO DE DIREITOS, OU INEXISTÊNCIA DE QUAISQUER DEFEITOS LATENTES, ACURACIDADE, PRESENÇA OU AUSÊNCIA DE ERROS, SEJAM ELES APARENTES OU OCULTOS. EM JURISDIÇÕES QUE NÃO ACEITEM A EXCLUSÃO DE GARANTIAS IMPLÍCITAS, ESTAS EXCLUSÕES PODEM NÃO SE APLICAR A VOCÊ.

6. Limitação de responsabilidade. EXCETO NA EXTENSÃO EXIGIDA PELA LEI APLICÁVEL, EM NENHUMA CIRCUNSTÂNCIA O LICENCIANTE SERÁ RESPONSÁVEL PARA COM VOCÊ POR QUAISQUER DANOS, ESPECIAIS, INCIDENTAIS, CONSEQUENCIAIS, PUNITIVOS OU EXEMPLARES, ORIUNDOS DESTA LICENÇA OU DO USO DA OBRA, MESMO QUE O LICENCIANTE TENHA SIDO AVISADO SOBRE A POSSIBILIDADE DE TAIS DANOS.

7. Terminação

- a. Esta Licença e os direitos aqui concedidos terminarão automaticamente no caso de qualquer violação dos termos desta Licença por Você. Pessoas físicas ou jurídicas que tenham recebido Obras Derivadas ou Obras Coletivas de Você sob esta Licença, entretanto, não terão suas

licenças terminadas desde que tais pessoas físicas ou jurídicas permaneçam em total cumprimento com essas licenças. As Seções 1, 2, 5, 6, 7 e 8 subsistirão a qualquer terminação desta Licença.

- b. Sujeito aos termos e condições dispostos acima, a licença aqui concedida é perpétua (pela duração do direito autoral aplicável à Obra). Não obstante o disposto acima, o Licenciante reserva-se o direito de difundir a Obra sob termos diferentes de licença ou de cessar a distribuição da Obra a qualquer momento; desde que, no entanto, quaisquer destas ações não sirvam como meio de retratação desta Licença (ou de qualquer outra licença que tenha sido concedida sob os termos desta Licença, ou que deva ser concedida sob os termos desta Licença) e esta Licença continuará válida e eficaz a não ser que seja terminada de acordo com o disposto acima.

8. Outras disposições.

- a. Cada vez que Você Distribuir ou Executar Publicamente a Obra ou uma Obra Coletiva, o Licenciante oferece ao destinatário uma licença da Obra nos mesmos termos e condições que a licença concedida a Você sob esta Licença.
- b. Cada vez que Você Distribuir ou Executar Publicamente uma Obra Derivada, o Licenciante oferece ao destinatário uma licença à Obra original nos mesmos termos e condições que foram concedidos a Você sob esta Licença.
- c. Se qualquer disposição desta Licença for tida como inválida ou não-executável sob a lei aplicável, isto não afetará a validade ou a possibilidade de execução do restante dos termos desta Licença e, sem a necessidade de qualquer ação adicional das partes deste acordo, tal disposição será reformada na mínima extensão necessária para tal disposição tornar-se válida e executável.
- d. Nenhum termo ou disposição desta Licença será considerado renunciado e nenhuma violação será considerada consentida, a não ser que tal renúncia ou consentimento seja feito por escrito e assinado pela parte que será afetada por tal renúncia ou consentimento.
- e. Esta Licença representa o acordo integral entre as partes com respeito à Obra aqui licenciada. Não há entendimentos, acordos ou declarações relativas à Obra que não estejam especificados aqui. O Licenciante não será obrigado por nenhuma disposição adicional que possa aparecer em quaisquer comunicações provenientes de Você. Esta Licença não pode ser modificada sem o mútuo acordo, por escrito, entre o Licenciante e Você.

Aviso Creative Commons

O Creative Commons não é uma parte desta Licença e não presta qualquer garantia relacionada à Obra. O Creative Commons não será responsável perante Você ou qualquer outra parte por quaisquer danos, incluindo, sem limitação, danos gerais, especiais, incidentais ou consequentes, originados com relação a esta licença. Não obstante as duas frases anteriores, se o Creative Commons tiver expressamente se identificado como o Licenciante, ele deverá ter todos os direitos e obrigações do Licenciante.

Exceto para o propósito delimitado de indicar ao público que a Obra é licenciada sob a CCPL (Licença Pública Creative Commons), Creative Commons não autoriza nenhuma parte a utilizar a marca "Creative Commons" ou qualquer outra marca ou logo relacionado ao Creative Commons sem consentimento prévio e por escrito do Creative Commons. Qualquer uso permitido deverá ser de acordo com as diretrizes do Creative Commons de utilização da marca então válidas, conforme sejam publicadas em seu website ou de outro modo disponibilizadas periodicamente mediante solicitação. De modo a tornar claras estas disposições, essa restrição de marca não constitui parte desta Licença.

O Creative Commons pode ser contactado pelo endereço: <http://creativecommons.org/>.

ANEXO 3

MODALIDADES DE LICENÇAS CREATIVE COMMONS

“Atribuição 3.0 Brasil (CC BY 3.0 BR)” – Permite que o usuário compartilhe - o que compreende: copiar, distribuir e transmitir a obra, além de autorizar o remixe, dando origem a obras derivadas - e que faça uso comercial da obra e suas derivações, embora, conforme os termos da própria licença CC, não o obrigue a reverter parte do ganho ao licenciante e seja obrigado a creditar a obra da forma especificada pelo autor ou licenciante. Nada obriga que a distribuição ou as obras derivadas sejam distribuídas pelo mesmo tipo de licença. É a licença menos restritiva do CC.

“Atribuição-Compartilhalgual 3.0 Brasil” (CC BY-SA 3.0 BR) – Oferece as mesmas permissões que a Atribuição 3.0 Brasil (CC BY 3.0 BR), entretanto, ao creditar a obra, além do CC deve ser citado o Centro de Tecnologia e Sociedade (CTS) do curso de Direito da Fundação Getúlio Vargas Rio e tanto a distribuição da obra quanto as obras derivadas da licenciada deverão obrigatoriamente estar sob a mesma licença ou outra similar.

“Atribuição-SemDerivados 3.0 Brasil (CC BY-ND 3.0 BR)” – Permite que o usuário compartilhe a obra e faça uso comercial dela, entretanto não autoriza sua utilização para obras derivadas, ou seja, proíbe modificações no original, e obriga o crédito ao autor ou licenciante.

“Atribuição-NãoComercial 3.0 Brasil (CC BY-NC 3.0 BR)” – Autoriza que o usuário compartilhe e remixe a obra, mas impede que seja dado uso comercial tanto a ela quanto a suas derivações.

“Atribuição-NãoComercial-Compartilhalgual 3.0 Brasil (CC BY-NC-SA 3.0 BR)” – Permite o compartilhamento e derivação da obra, mas impede que seja dado uso comercial e obriga que as derivações sejam distribuídas pela mesma licença.

“Atribuição-NãoComercial-SemDerivados 3.0 Brasil (CC BY-NC-ND 3.0 BR)” – Libera apenas o compartilhamento com crédito ao licenciante, não permitindo nem a derivação da obra e nem o uso comercial. É a licença mais restritiva do CC, sendo conhecida como “propaganda grátis”.